



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE TEORIA E PESQUISA DO COMPORTAMENTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEORIA E PESQUISA DO COMPORTAMENTO
LABORATÓRIO DE ECOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO

**CARACTERÍSTICAS BIOPSISSOCIAIS DE AUTORES DE AGRESSÃO
SEXUAL DE CRIANÇAS E/OU ADOLESCENTES EM CONTEXTO
INTRAFAMILIAR E EXTRAFAMILIAR**

Lucilene Paiva da Costa

**Belém - Pará
2015**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE TEORIA E PESQUISA DO COMPORTAMENTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEORIA E PESQUISA DO COMPORTAMENTO
LABORATÓRIO DE ECOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO

**CARACTERÍSTICAS BIOPSIKOSSOCIAIS DE AUTORES DE AGRESSÃO
SEXUAL DE CRIANÇAS E/OU ADOLESCENTES EM CONTEXTO
INTRAFAMILIAR E EXTRAFAMILIAR**

Lucilene Paiva da Costa

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento da Universidade Federal do Pará, como requisito avaliativo para o título de mestre em Teoria e Pesquisa do Comportamento.

Área de Concentração: Ecoetologia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Lília Iêda Chaves Cavalcante

**Belém – Pará
2015**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
 Núcleo de Terapia Psicológica - Compota/PA 47C
 Programa de Pós-Graduação em Terapia Psicológica
 do Compota/PA 47C
 E-mail: terrap@ufpa.br / compota@ufpa.br
 Fones: 3201-8476 / 3201-8542
 Rua Augusto Corrêa, nº 01
 Guamá, Cep: 66.075-110
 Belém - Pará

Dissertação de Mestrado

“Características Biopsicológicas de Autores de Agressão Sexual de Crianças e/ou Adolescentes em Contextos Intrafamiliar e Extrafamiliar.”

Aluna: Lucilene Paiva da Costa.

Data da Defesa: 28 de Agosto de 2015.

Resultado: Aprovada.

Banca examinadora:

Prof.ª Dr.ª Lília Iêda Chaves Cavalcante (Orientadora - UFPA).

Prof.º Dr.º Normando Araújo de Moraes (Membro - UNIFOR).

Prof.ª Dr.ª Lúcia Isabel da Conceição Silva (Membro - UFPA).

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFPA

Costa, Lucilene Paiva da, 1975-

Características biopsicossociais de autores de
agressão sexual de crianças e/ou adolescentes em
contexto intrafamiliar e extrafamiliar / Lucilene Paiva
da Costa. - 2015.

Orientador: Lília Iêda Chaves Cavalcante.

Dissertação (Mestrado) - Universidade
Federal do Pará, Núcleo de Teoria e Pesquisa do
Comportamento, Programa de Pós-Graduação em
Teoria e Pesquisa do Comportamento, Belém, 2015.

1. Crime sexual contra crianças. 2.
Adolescentes e violência. I. Título.

CDD 23. ed. 364.15554

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a DEUS por tudo que tem me proporcionado.

Aos meus familiares, que sempre me incentivaram a estudar, em especial ao meu querido Pai, que não pertence mais a esse mundo, mas que sempre me incentivou a buscar novos conhecimentos.

Aos meus amigos que ficaram felizes com a minha aprovação no mestrado e que acompanharam minha caminhada neste desafio e também aos amigos que adquiri no Laboratório de Ecologia do Desenvolvimento (LED), apesar do término do curso desejo que nossa amizade permaneça. Ao Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento (PPGTPC) da Universidade Federal do Pará (UFPA).

À Professora Lília Cavalcante, minha orientadora neste trabalho científico, pela competência profissional, por ser uma pessoa admirável e também por me proporcionar uma trajetória exitosa no mestrado.

À doutoranda Daniela Reis, que atuou como coorientadora neste trabalho, a qual me ajudou muito na compreensão de como produzir um trabalho acadêmico, com certeza teve um papel importante no meu desempenho acadêmico.

Aos componentes do Grupo de Estudo de Autores de Violência - GEAV, em especial aqueles que contribuíram com a elaboração desta dissertação coletando e alimentando o bando de dados junto comigo, em especial ao Joaquim, que iniciou a pesquisa como bolsista de Iniciação Científica e atualmente é mestrando do PPGTPC.

Aos professores do PPGTPC, em especial a Professora Celina Magalhães, pela disponibilidade em contribuir com sugestões quando solicitada e à banca composta pelas professoras Lúcia Isabel da Conceição Silva e Normanda Araújo de Moraes, que contribuíram na qualificação do projeto de pesquisa.

Aos Juízes do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA) das comarcas de Abaetetuba, Belém e Parauapebas que autorizaram a realização da pesquisa e aos funcionários desta instituição, que nos forneceram os processos da população estudada.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram com este trabalho.

Muito Obrigada!!!

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	8
LISTA DE TABELAS	9
RESUMO	10
ABSTRACT	11
APRESENTAÇÃO	12
CAPÍTULO I	
	16
1. Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes	
2. Dados Empíricos da Agressão Sexual em Contexto Intrafamiliar e Extrafamiliar	21
CAPÍTULO II	
	33
Autores de Agressão Sexual de Crianças e/ou Adolescentes: Uma Revisão Sistemática da Literatura	
Resumo	33
Abstract	34
Introdução	35
Método	41
Resultados	48
Discussão	63
Considerações Finais	71
Referências	74
CAPÍTULO III	
	80
Características Biopsicossociais de Pessoas Acusadas de Praticar Agressão Sexual contra Crianças e/ou Adolescentes no Município de Belém do Pará	
Resumo	80
Abstract	81
Introdução	82
Método	89
Resultados	101
Discussão	108
Considerações Finais	115
Referências	117
CAPÍTULO IV	123
CONSIDERAÇÕES FINAIS	123
REFERÊNCIAS	128

ANEXO A– DOCUMENTO DE APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA	135
ANEXO B – TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA	138
APÊNDICE A – FORMULÁRIO DE CARACTERIZAÇÃO BIOPSISSOCIAL (FCBS)	139

LISTA DE FIGURAS

CAPÍTULO I

Figura 1. Denúncias sobre violência sexual contra crianças e adolescentes no Disque 100.	29
--	----

CAPÍTULO II

Figura 1. Termos que orientaram as buscas preliminares e exploratórias do tema da pesquisa.	41
---	----

Figura 2. Critérios de inclusão e exclusão dos artigos	42
--	----

Figura 3. Termos que orientaram as buscas da revisão da literatura em português e inglês.	43
---	----

Figura 4. Teste de relevância	45
-------------------------------	----

Figura 5: Valor absoluto dos artigos encontrados, repetidos, descartados e selecionados.	48
--	----

CAPÍTULO III

Figura 1. Mapa do Estado do Pará destacando os municípios pesquisados.	89
--	----

Figura 2. Mapa da Mesorregião Metropolitana de Belém.	91
---	----

Figura 3. Processos analisados no município de Belém por ano	102
--	-----

LISTA DE TABELAS

CAPÍTULO II

Tabela 1: Caracterização geral das publicações selecionadas	49
Tabela 2. Caracterização da população estudada	50
Tabela 3. Contextos e identificação dos vínculos entre a população pesquisada e vítimas	52
Tabela 4. Contextos e locais em que ocorreu a agressão sexual	53
Tabela 5. Diferenças entre as Características Biológicas entre Autores de Agressão Sexual	54
Tabela 6. Diferenças entre as Características Psicológicas dos Autores de Agressão Sexual	55
Tabela 7. Diferenças entre as Características Sociais dos Autores de Agressão Sexual	57
Tabela 8. Semelhanças entre as características biopsicossociais dos autores de agressão sexual	60
Tabela 9: Características da agressão sexual e das vítimas	61

CAPÍTULO III

Tabela 1: Número de processos registrados no Sistema LIBRA entre 2012 e 2014.	94
Tabela 2. Amostra por município	95
Tabela 3: Números de estratos e tamanho de amostras por município	97
Tabela 4. Característica da agressão sexual no contexto intrafamiliar e extrafamiliar	102
Tabela 5. Características dos acusados de cometer agressão sexual nos contextos intrafamiliar e extrafamiliar	104
Tabela 6. Situação Processual dos acusados nos contextos intrafamiliar e extrafamiliar	105
Tabela 7. Modelo de Regressão Logística dos Acusados de Autoria de Agressão Sexual	106
Tabela 8. Probabilidades de ocorrência de agressão sexual de acordo com o contexto intrafamiliar e extrafamiliar	108

RESUMO

COSTA, L. P. (2015). *Características Biopsicossociais de Autores de Agressão Sexual de Crianças e/ou Adolescentes em Contexto Intrafamiliar e Extrafamiliar*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, Brasil, p. 141.

Esta pesquisa teve como objetivo geral compreender as características biopsicossociais de autores de agressão sexual de crianças e/ou adolescentes nos contextos intrafamiliar e extrafamiliar. Foram realizados dois estudos, um referente à revisão sistemática de literatura, e outro descritivo, documental, com caráter exploratório e abordagem quantitativa. O primeiro analisou as semelhanças e as diferenças das características biopsicossociais de autores de agressão de crianças e/ou adolescentes, no período de 1983 a 2013, a partir de publicações na literatura nacional e internacional. O segundo investigou e analisou, por meio de dados contidos em processos jurídicos, as características biopsicossociais de pessoas adultas acusadas de praticar agressão sexual contra crianças e adolescentes, no município de Belém, no Estado do Pará, no período de 2012 a 2014. O resultado do primeiro estudo indicou que as pesquisas sobre autores de agressão sexual são realizadas em sua maioria com condenados presos (84%) do sexo masculino (93%). Entre as publicações selecionadas, predominaram aquelas que se referiam simultaneamente aos contextos, intrafamiliar e extrafamiliar (77%). Essas publicações demonstraram que, no contexto intrafamiliar, os autores de agressão sexual mantêm relacionamento com a vítima de natureza não hostil e utilizam estratégias sutis e manipuladoras. Diferentemente do observado no contexto extrafamiliar, onde os autores dessa agressão tendem a utilizar estratégias coercitivas e a se expor a riscos mais elevados de apreensão. Os resultados do segundo estudo indicaram que no contexto intrafamiliar os principais autores foram os pais e padrastos das vítimas. No contexto extrafamiliar houve a predominância de autores conhecidos da família das vítimas, em ambos os contextos, as vítimas eram em sua maioria do sexo feminino. Os resultados encontrados no segundo estudo sugeriram que entre as pessoas acusadas nos processos jurídicos de praticar agressão sexual com idade acima dos 30 anos, com cônjuge e filhos, e com vínculo de parentesco com a vítima possuíam maior probabilidade de pertencer ao contexto intrafamiliar do que aquelas que possuem idade abaixo de 30 anos, com cônjuge e filhos, mas sem vínculo de parentesco com a vítima. A razão de chance (2,949) sugere que as pessoas acusadas acima dos 30 anos possuíam aproximadamente 2 vezes mais chance de pertencer ao contexto intrafamiliar quando comparado a uma com idade abaixo dos 30 anos. Neste estudo, utilizou-se como instrumento de coleta de dados um Formulário de Caracterização Biopsicossocial (FCB) e todas as análises foram realizadas no software estatístico SPSS versão 20.0 for Windows. Os resultados dos estudos realizados sugerem que existem diferenças nítidas no perfil dos autores de agressão sexual de crianças e adolescentes do contexto intrafamiliar e extrafamiliar, sendo no primeiro caso mais manipuladores e no segundo mais coercitivos, porém outras pesquisas precisam ser realizadas para que esta questão seja melhor compreendida. Espera-se que este estudo possa contribuir com a discussão dessa temática, principalmente, no contexto da região Amazônica, que necessita de mais investigações que utilizem como referencial a perspectiva bioecológica do desenvolvimento humano para compreensão do perfil e trajetória dos autores de qualquer forma de agressão, principalmente a sexual.

Palavras-chave: Desenvolvimento; autores de agressão sexual; crianças e adolescentes, contexto intrafamiliar e extrafamiliar.

ABSTRACT

COSTA, L. P. (2015). *Biopsychosocial Characteristics of Authors of Sexual Aggression of Children and/or Adolescents in Intrafamilial and Extrafamilial Contexts. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, Brasil. p.141.*

This research had general goal to understand the biopsychosocial characteristics of authors of sexual aggression of children and/or adolescents in intrafamilial and extrafamilial contexts. Two studies were carried out, one referring to the systematic literature review and other descriptive, documental with exploratory character and quantitative approach. The first research examined the similarities and differences of biopsychosocial characteristics of authors of sexual aggression of children and adolescents in the period 1983-2013, from publications in national and international literature. The second study analyzed, through data contained in legal processes, the biopsychosocial characteristics of adult people accused of sexual aggression against children and adolescents in the city of Belem, State of Para, in the period 2012-2014. The result of first study indicated that the researches about authors of sexual aggression were realized more frequently with convicted prisoners (84%) and were male (93%). Among the selected publications, predominated those referred to both intrafamilial and extrafamilial contexts (77%). These publications showed that in the intrafamilial context, sexual offenders maintain a non-hostile relationship with the victim and utilized manipulative strategies. Unlike what has been observed in extrafamilial context, in which the author of aggression tends to use coercive strategies and to be exposed to higher risks of apprehension. The result the second study indicated in the intrafamilial context, the principal authors were the father and the stepfather of the victims. In extrafamilial context, there was a prevalence of perpetrators of sexual assault who were known to their victims' families. In both contexts, the victims were mostly female. The results of the second study suggested that among those accused in the legal processes of practicing sexual assault over the age of 30 years, with spouse and children, and family relationship with the victim had most likely to belong to intrafamily context of those that have aged below 30 years, with spouse and children, but no family relationship with the victim. The odds ratio (2.949) suggests that the accused persons over age 30 had about 2 times more likely to belong to intrafamily context when compared to an aged below 30 years. In this study, was used at data collect the instrument Biopsychosocial Characterization Form, and all analyzes were made with SPSS software version 20.0 for Windows. The results of the studies suggest that there are clear differences among the profiles of sexual authors of sexual aggression of children and adolescents from intrafamilial and extrafamilial contexts, in the first case being more handlers and the second most coercive, however more research needs to be conducted so that this issue is better understood. Expected that this study may have contributed to broaden the discussion of this theme, especially in the context of the Amazon region, which needs further investigation using as reference the bio-ecological perspective of human development to understand the profile and trajectory of the authors anyway of aggression, mainly sexual.

Keywords: Development, authors of sexual aggression, children and adolescents, intrafamilial and extrafamilial context.

APRESENTAÇÃO

A violência sexual é um fenômeno universal identificado em diversas sociedades, contextos históricos e culturais, ocorrendo em todas as classes sociais e econômicas, independente de religião, sexo e cor. Para Olofsson (2014), a violência, provavelmente, sempre fez parte das experiências humanas, sendo possível destacar vários tipos de exploração e negligência, abusos físicos e psicológicos.

Diante da diversidade que marca a sua ocorrência, a violência em geral, mas em particular a violência sexual, tem sido descrita como socialmente complexa, polissêmica e multifatorial (Matos, Ferreira, Cardoso, Santos, Pereira, & Costa, 2013). Contudo, a natureza polissêmica da violência sexual retratada nas várias formas de agressão contra crianças e adolescentes em todo o mundo, depende tanto dos sujeitos envolvidos quanto do local onde ocorre o ato sexual violento – se no contexto intrafamiliar ou extrafamiliar. Esta classificação que leva em conta o contexto onde a violência sexual ocorre, deve ser considerada como uma questão importante quando se quer conhecer quem são os autores da agressão, uma vez que pode ser, tanto alguém pertencente à família ou do seu convívio social, quanto um estranho.

No âmbito da pesquisa sobre violência sexual na atualidade, este estudo investigou o fenômeno da agressão sexual a partir da sua compreensão como um ato em que, por diferentes motivações e circunstâncias, alguém agride outra pessoa, causando-lhe danos de forma intencional. Este estudo, em particular, investigou pessoas adultas que praticaram agressão sexual contra crianças e adolescentes nos contextos intrafamiliar e/ou extrafamiliar. Considerou-se importante identificar as características biopsicossociais de autores de agressão sexual, assim como verificar traços comuns aos perfis pesquisados, uma vez que tal conhecimento pode contribuir com a formulação de estratégias de

prevenção das distintas formas de agressão sexual nos contextos intrafamiliar e extrafamiliar.

Compreender os autores de agressão sexual a partir da perspectiva bioecológica do desenvolvimento humano tem se apresentado como uma proposta do grupo de pesquisa inicialmente denominado Estudos do Agressor Sexual de Criança e Adolescente (EASCA), e em seguida, Grupo de Estudo de Autores de Violência (GEAV). Esta mudança de nome ocorreu pelo fato do grupo passar a agregar estudos sobre vários tipos de autores de violência, com destaque para a agressão sexual. O referido grupo de estudo está vinculado ao Laboratório de Ecologia do Desenvolvimento (LED), o qual pertence ao Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento (PPGTPC) da Universidade Federal do Pará (UFPA).

É válido destacar que no mês de novembro de 2014 foi aprovado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico (CNPq) o projeto de pesquisa “Autores de Agressão Sexual de Crianças e Adolescentes na Mesorregião Metropolitana de Belém: Perfil, Fatores e Contextos de Desenvolvimento Biopsicossocial”, sob a coordenação da Prof^a. Dr^a. Lília Iêda Chaves Cavalcante, docente e pesquisadora do PPGTPC. Esse projeto de pesquisa apoia as investigações científicas iniciadas no Laboratório de Ecologia do Desenvolvimento e tem como objetivo contribuir com o debate atual relacionado às características biopsicossociais e sociodemográficas de autores de agressão sexual de crianças e adolescente e seus contextos de desenvolvimento, priorizando questões regionais. Isso porque, por muitos anos, os estudos desenvolvidos sobre esta temática têm privilegiado a condição psicossocial da vítima, então desenvolver pesquisas que focalizam os autores de agressão sexual se faz necessário para a geração de mais conhecimentos sobre essa população e o aperfeiçoamento das estratégias de atendimento as suas demandas.

Este estudo buscou olhar o autor de agressão sexual no contexto intrafamiliar e extrafamiliar, de acordo com a proposta do GEAV, ou seja, por meio do Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano, o que se colocou como um desafio que foi compartilhado com outros participantes do grupo, em particular com a doutoranda Daniela Castro dos Reis, por meio do seu projeto de pesquisa “*Autores de Agressão Sexual de Crianças e Adolescentes: Características Biopsicossociais e Trajetórias de Vida*”. A elaboração desta dissertação e a concretização deste estudo ocorreram a partir do projeto de tese desta doutoranda. Deste modo, houve a integração desta e de outras pesquisas apoiadas pelo GEAV com base em questões de estudo comuns e específicas a cada uma delas. É importante destacar que os estudos desenvolvidos no GEAV vêm sendo orientados pela a Prof^a. Dr^a. Lília Iêda Chaves Cavalcante, docente e pesquisadora do PPGTPC, desde 2012.

Devido à abrangência e complexidade do tema pesquisado, o método de investigação foi norteado pela perspectiva da bioecologia do desenvolvimento humano que, por sua natureza sistêmica, favoreceu a combinação de abordagens qualitativa e quantitativa dos dados. Esperou-se, com isto, contribuir para uma compreensão mais abrangente das características biopsicossociais de autores de agressão sexual e de suas relações com os contextos nos quais estas emergem.

Esta dissertação está estruturada em capítulos que tomaram a forma de artigos, independentes e interligados, onde o primeiro direcionou o seguinte. O primeiro estudo está apoiado em uma Revisão Sistemática de Literatura (RSL), cujo objetivo foi analisar a partir de um rol de publicações divulgadas no período de 1983 a 2013, semelhanças e diferenças nas características biopsicossociais de autores de agressão sexual de crianças e/ou adolescentes em contexto intrafamiliar e extrafamiliar. O segundo estudo objetivou também investigar as características biopsicossociais de autores de agressão sexual de

crianças e/ou adolescentes em contexto intrafamiliar e extrafamiliar, mas por meio da análise de processos jurídicos. Coletaram-se dados em três municípios do Estado do Pará (Abaetetuba, Belém e Parauapebas), porém, nesta dissertação, analisou-se apenas aqueles que tramitaram na Comarca da capital do Estado do Pará.

A realização destes dois estudos teve a intenção de contribuir com o avanço das investigações sobre as características biopsicossociais de autores de agressão sexual em contextos diversos, principalmente pelo fato de permitir a melhor compreensão da bioecologia que orienta o comportamento de pessoas com essa característica peculiar. Neste sentido, considera-se que este trabalho possui relevância social e acadêmica, principalmente por fornecer informações sobre o perfil da população estudada com base em dados sobre como vem se desenvolvendo essa temática na atualidade, tanto nas áreas psicossociais quanto jurídicas. Espera-se que os resultados destes estudos possam colaborar com a formulação de estratégias de prevenção das distintas formas de agressão sexual observadas nos contextos estudados.

Ainda são escassos os conhecimentos sobre o universo vivenciado por autores de agressão sexual nos contextos estudados. Em diversas sociedades, incluindo o exemplo brasileiro, ainda é grande a preocupação em punir essas pessoas sem antes buscar compreender os contextos ecológicos que direcionaram o curso do seu desenvolvimento e os aspectos particulares que marcaram a sua trajetória de vida e toda a sua complexidade. Investir na produção desse tipo de conhecimento – ou seja, na identificação de um conjunto de características biopsicossociais – que pode ser associado à ocorrência da violência em um contexto intrafamiliar e extrafamiliar, representa uma estratégia de pesquisa com esperada aplicação no campo das políticas públicas.

CAPÍTULO I

1. Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes

Nos últimos trinta anos, a violência sexual (VS) contra crianças e adolescentes vem adquirindo maior visibilidade social, tornando-se cada vez mais objeto da preocupação de diferentes instâncias do poder público e de pesquisas científicas, principalmente nas áreas da Psicologia, Ciências Sociais e Saúde Pública (Neves, Castro, Hayeck, & Cury, 2010). Pode-se dizer que a violência sexual tem sido um dos maiores desafios colocados a estas e outras áreas do conhecimento humano na contemporaneidade.

Para compreender o fenômeno da violência e as suas formas de manifestação (física, moral, psicológica, negligência, sexual), é importante conhecer a etimologia da palavra que tem origem no latim, *violentia*, que significa veemência, impetuosidade. Sua origem etimológica está relacionada à definição do termo *violare*, que, por sua vez, originou outro: violação (Ferreira, 2012). Nesse sentido, a violência se materializa por meio dos comportamentos ou atos intencionais que levam a uma diversidade de danos, entre eles os físicos e os psicológicos. Adicionalmente, provoca intimidações a outra pessoa, ou seja, a vítima, comprometendo-lhe a autonomia e ameaçando a sua integridade física e psicológica.

Além de compreender a etimologia da palavra violência também, é importante no trato do tema poder conhecer o processo histórico da violência e identificar como a sua manifestação ocorre nas diversas formas e nos mais variados contextos sociohistóricos. Segundo Olofsson (2014), a violência é um fenômeno que sempre fez parte da experiência humana, mas que, nos últimos anos, está entre as principais causas de morbimortalidade em todo o mundo. Ou seja, a violência tem sido relacionada ao impacto provocado por doenças e mortes que afetam toda uma sociedade.

São diversas as causas apontadas como fatores que propiciam o aumento da violência, destacando-se as desigualdades econômicas, sociais e culturais, a propagação das drogas, o desemprego e os efeitos da chamada cultura de massa. Este último fator pode ser responsável em parte pela alienação de parcelas da sociedade pelo fato de que estas não realizam reflexões em relação aos acontecimentos sociais mais importantes. Tais fatores podem estar relacionados ao aumento dos indicadores da violência, mas, sozinhos, não podem explicar esse fenômeno em toda a sua complexidade (Sands, Elsom, & Gerdtz, 2012).

Existe na literatura uma variedade de conceitos que remetem ao tema da violência, já que é um fenômeno que acompanha a história da humanidade e manifesta-se de diversas formas por meio de atos intencionais. Nessa direção, um dos conceitos mais aceitos e referenciado no mundo acadêmico foi o elaborado pela Organização Mundial de Saúde - OMS (2002). Para esse organismo internacional violência é:

O uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (p.05).

Além da definição da OMS, outros conceitos de violência elaborados por diferentes autores, como Vasconcelos, Ferreira, Oliveira, Siqueira e Pinheiro (2010), consideram a violência como um ato de privação dos direitos do indivíduo. Neles, fica clara a perspectiva de que não se pode compreender a violência como um fenômeno natural da vida, posto que é algo criado, isto é, socialmente construído.

Observa-se na literatura e nos meios de comunicação que a violência vem sendo tratada como um tema diretamente associado a diferentes segmentos que constituem a sociedade brasileira (negros, mulheres, idosos, crianças e adolescentes). É um fenômeno

que chama a atenção das autoridades governamentais pelos altos e crescentes índices de incidência nestes segmentos sociais, assumindo distintas formas de classificação (física, psicológica, patrimonial, sexual).

No Brasil, existem diversas classificações para violência em razão do segmento social por ela atingido. No que se refere à violência contra a criança e ao adolescente, Guimarães e Villela (2011) consideram que esta ocorre quando um sujeito em condições de superioridade comete algum tipo de dano (corporal, psicológico ou sexual), sendo que tal experiência pode ser conseguida por indução ou sedução enganosa.

Segundo Martins e Jorge (2010), as violências mais frequentes na população infanto-juvenil são: física, psicológica, de negligência e sexual. A violência física é caracterizada pelos atos que causam lesões corporais. A violência psicológica se refere a uma agressão emocional, que ocorre por meio de ameaças, rejeições, humilhações e discriminações. A negligência está relacionada ao descuido familiar, ou seja, quando pais e demais responsáveis não conseguem assistir a criança e o adolescente em suas necessidades básicas. E, finalmente, a violência sexual, que é compreendida como a conduta que induz ou obriga a criança e ao adolescente a presenciar, manter ou participar de atos que envolvam relações sexuais.

A violência sexual contra crianças e adolescentes é definida por Hildebrand, Celeri, Morcillo e Zanolli, (2015) como “toda ação na qual uma pessoa, a partir do estabelecimento de uma relação de poder, obriga outra à realização de práticas sexuais, utilizando força física, influência psicológica e uso de armas ou drogas” (p. 214). Tais práticas sexuais podem variar desde atos em que não exista contato físico (assédio, voyeurismo, exibicionismo) até outros com contato físico, sem penetração ou com penetração. A Lei nº 12.015/09 acrescenta ao Código Penal brasileiro o crime de “estupro de vulnerável”, essa Lei acrescenta o Art. 217-A, que se refere a ter conjunção carnal ou

praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos, sendo a pena reclusão de 8 (oito) a 15 (quinze) anos.

Percebe-se a importância de conhecer as diversas tipologias de violência sexual para compreender a trajetória histórica deste fenômeno que emergiu como um problema social que muitas vezes não é aprofundado e está constantemente sujeito à influência da mídia, assumindo a proporção de um debate popular sobre violência sexual, o qual é expresso nas conversas cotidianas das pessoas, por meio de seus comportamentos e sentimentos. Entende-se também que a violência sexual está relacionada à pauta das instituições que compõem a comunidade científica, a qual tem procurado dar respostas a este fenômeno através da produção de conhecimentos a partir de perguntas formuladas sobre o tema em questão.

Segundo Monteiro (2012), existem vários termos para se referir à violência sexual contra crianças e adolescentes, destacando-se a pedofilia, que vem sendo utilizado indiscriminadamente para caracterizá-la. Isto é, contudo, incorreto, pois pedofilia representa uma parafilia que se refere a um tipo específico de transtorno sexual de um adulto. Segundo Gonçalves, Graça, Almeida e Vieira (2010), a parafilia tem como características primordiais a produção de fantasias sexuais intensas e recorrentes, além de impulsos sexuais ou comportamentos sexuais (não adaptativos). Ou seja, ela se caracteriza pela presença de fantasias que despertam excitação sexual. No caso dos pedófilos, argumentam esses autores, a passagem da fantasia para o ato ocorre com maior frequência, sobretudo se o indivíduo for exposto a níveis de estresse intenso ou a situações nas quais haja grande pressão psíquica.

Pelo exposto, identifica-se a existência de vários termos (crimes, violência, abuso, agressão) relacionados aos atos sexuais violentos praticados contra crianças e adolescentes, sendo estes, muitas vezes, utilizados como sinônimos. Neste trabalho, optou-se então por

utilizar o termo agressão sexual para se referir às pessoas que praticaram esse ato de agressão em contexto intrafamiliar ou extrafamiliar. Deste modo, admite-se aqui que quem pratica atos de agressão sexual é “autor/a de agressão”.

Assim como existem vários termos na literatura para se referir à violência sexual contra crianças e adolescentes, também se utilizam outros para dar nomes às pessoas que praticam esse tipo de agressão. Os principais termos encontrados na literatura foram: agressor sexual, abusador, molestatador, pedófilo, perpetrador, entre outros. Em alguns momentos eles são utilizados como sinônimos, como é o caso dos termos agressor sexual e pedófilo (Rebocho & Gonçalves 2012; Titcomb, Delahunty, & Puiseau, 2012)

De acordo com Pincolini e Hutz (2014), no Brasil, ainda são escassos os estudos sobre autores de agressão sexual, principalmente quando os responsáveis pela agressão sexual são adolescentes. De maneira geral, os autores desse estudo afirmam que existem poucos dados sobre prevalência ou características dessa população e a definição de perfis específicos em função da idade do autor da agressão, da vítima, do contexto em que a violência acontece, além de outros aspectos como presença ou não de interesses comerciais.

Em razão disso, entende-se que são necessárias mais pesquisas para ampliar os conhecimentos relacionados a esta temática, uma vez que as publicações sobre vítimas desse tipo de agressão são mais frequentes do que aquelas sobre os que praticaram a agressão sexual. As publicações existentes sobre esta população (autores de agressão sexual) têm sido mais frequentes em âmbito internacional do que nacional, sendo mais raras ainda aquelas que os diferenciam em razão do contexto no qual ocorreu a agressão, ou seja, intrafamiliar ou extrafamiliar.

2. Dados Empíricos da Agressão Sexual em Contexto Intrafamiliar e Extrafamiliar

A incidência do fenômeno referente à agressão sexual contra crianças e adolescentes no mundo é difícil de ser conhecida devido às diferenças culturais, legais, profissionais e conceituais existentes entre os países. De acordo com Pelisoli, Pires, Almeida e Dell’Aglia, (2010), além de Vasconcelos et al. (2010), é impossível conhecer a incidência da agressão sexual contra crianças e adolescentes, em sua totalidade, de forma confiável. Segundo Cerqueira e Coelho (2014), apesar da importância social das pesquisas sobre agressão sexual na atualidade, no Brasil, ainda existem poucos estudos empíricos quantitativos. Isso se deve ao fato de que são muitas as dificuldades colocadas à coleta de dados realmente confiáveis sobre este fenômeno.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) realizou, no ano de 2013, uma pesquisa de campo referente à agressão sexual no país e obteve os seguintes resultados: no Brasil, 0,26% da população sofreu agressão sexual, indicando que anualmente ocorrem 527 mil tentativas ou casos de estupros consumados. Essa pesquisa constatou que no ano de 2011 foram registrados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) 12.087 casos de estupro no Brasil e 70% desses estupros vitimaram crianças e adolescentes. Este dado é alarmante e sinaliza a necessidade da realização de mais estudos que tenham como objetivo conhecer melhor essa problemática na sociedade atual, pois se supõe que desta forma será possível ter elementos eficazes de intervenção para este antigo problema social (Cerqueira & Coelho, 2014).

A referida pesquisa do IPEA (2013) também obteve informações referentes aos autores de agressão sexual e aos locais onde ocorreram as agressões sexuais. Em relação aos autores de agressão sexual foi demonstrado que a maioria é do sexo masculino, independentemente da idade da vítima. Os casos que envolveram mais de um autor dessa agressão ocorreram quando a vítima era adolescente e 24,1% dos autores de agressão

sexual de crianças eram os próprios pais ou padrastos, 32,2% eram amigos ou conhecidos das vítimas.

No que se refere ao local onde ocorreu a agressão sexual contra crianças e adolescentes, Cerqueira e Coelho (2014) demonstraram com os dados da pesquisa do IPEA que, nos casos em que o autor dessa agressão era um familiar ou conhecido da família, a residência da vítima foi o lugar mais frequente. Quando o autor era desconhecido, o local em que ocorreu, destacadamente, esse tipo de agressão, foi a via pública, seguido de escolas, locais de práticas esportivas, bares e similares, comércios entre outros.

A pesquisa citada também indicou que a agressão sexual acontece com mais frequência em contexto intrafamiliar e quando a criança ou o adolescente reside fora da área urbana. Essa pesquisa (IPEA, 2013) também apontou que morar em áreas afastadas dos grandes centros urbanos aumenta a probabilidade desse tipo de agressão acontecer, especialmente no contexto intrafamiliar.

O estudo realizado por Martins e Jorge (2010), que objetivou conhecer as características da agressão sexual em crianças e adolescentes de zero a 14 anos e que possuía uma amostra de 186 autores de agressão sexual do contexto intrafamiliar e extrafamiliar, identificou que o autor de agressão sexual intrafamiliar apresentou a seguinte variação: padrasto (30,1%) pai biológico (7, %) e outros parentes (21,5%). No contexto extrafamiliar este estudo demonstrou que o vizinho foi o sujeito mais frequente (18,3%), seguido de amigos da família (8,6%), colega de escola (4,8%), desconhecidos (3,8%), namorado da mãe da vítima (1,1%), porteiro do prédio (1,1%), vendedor de lanche da escola (1,1%), mãe (0,5%), babá (0,5%), Caseiro da chácara (0,5%), em (1,1%) não informado quem foi o autor da agressão sexual.

Rebocho e Gonçalves (2012), ao estudar autores de agressão sexual de crianças e adolescentes compararam o modo que os diferentes tipos de autores de agressão sexual

agem com as vítimas. Os resultados demonstraram que estupradores (aqueles que agrediram vítimas com idade acima de 14 anos), pertenciam mais ao contexto extrafamiliar e tendiam a se expor a riscos mais elevados de apreensão ao cometer esse tipo de crime, enquanto que os molestadores de crianças (que agrediram vítimas com a idade até 13 anos) pertenciam mais ao contexto intrafamiliar. O estudo sugere que esse tipo de comportamento pode estar relacionado a fatores como racionalidade limitada e a falta de autocontrole, devido a traços da personalidade dessas pessoas, o que os leva a tomar decisões não assertivas.

No que se refere aos molestadores de crianças, o estudo de Rebocho e Gonçalves (2012) afirma que essas pessoas nem sequestram, nem usam armas, na prática da agressão, pois, em geral, possuem laços familiares com as vítimas, ou seja, são pessoas próximas a eles, do ponto de vista relacional e espacialmente. Na maioria das vezes seu relacionamento com a vítima é de natureza não hostil, o que facilita o sucesso de estratégias mais sutis e manipuladoras, até porque, em geral, possuem uma posição de autoridade dentro da família.

Para compreender o comportamento das pessoas que praticam agressão sexual contra crianças e adolescentes, é importante a realização de mais estudos sobre as características biopsicossociais desenvolvidas por elas em seu percurso desenvolvimental. De acordo com Barreto, Soares, & Barbato (2014), os estudos psicológicos sobre desenvolvimento humano tiveram seu período formativo, entre os anos de 1882 e 1912, na França e nos Estados Unidos, porém priorizavam pesquisas referentes aos primeiros anos de vida. Nesse período, os principais estudos desenvolvidos eram centrados na psicobiologia, a psicologia da personalidade e no desenvolvimento cognitivo.

No decorrer do tempo, este quadro foi se modificando e atualmente muitos cientistas reconhecem que o desenvolvimento continua ao longo de toda a vida, por isso cada vez

mais outros grupos, além de crianças, vêm sendo estudados. Entre eles, destacam-se pessoas na fase adulta (pessoas com deficiências, mulheres vítimas de violência, presidiários, entre outros) e na fase de envelhecimento (Mota, 2005).

Estudos sobre o desenvolvimento humano, que utilizam teorias de bases sistêmicas, buscam compreender os fenômenos estudados de maneira interacional, por meio das influências exercidas pelos contextos vivenciados no percurso desenvolvimental. Este estudo utilizou como referencial teórico o Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano, de Urie Bronfenbrenner, o qual possui as dimensões de análise Processo, Pessoa, Contexto e Tempo (PPCT). Este modelo define desenvolvimento como “o fenômeno de continuidade e de mudança nas características dos seres humanos como indivíduos e como grupos. Esse processo de desenvolvimento se estende ao longo do ciclo de vida, mediado pelas sucessivas gerações e pelo tempo histórico, tanto passado quanto futuro” (Bronfenbrenner, 2011).

De acordo com De Antoni e Koller (2014), as dimensões de análise do Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano permitem avaliar as características das pessoas em múltiplos âmbitos em seu processo de desenvolvimento, de acordo com os diversos níveis de contexto (microsistema, mesossistema, exossistema e macrosistema) do qual faz parte e sempre mediado pelo tempo.

Desse modo, este trabalho possui como foco investigar as características biopsicossociais de pessoas que praticaram ou foram acusadas de praticar agressão sexual contra crianças e adolescentes, considerando agressão sexual, qualquer forma de ataque ou ofensa de natureza sexual praticada por pessoas adultas. A agressão sexual contra crianças e adolescentes, que ocorre nos contextos intrafamiliar e extrafamiliar, é um fenômeno social grave, que envolve pessoas de todas as idades, classes sociais, etnias, religiões e culturas. Por isso, entende-se ser importante investigar esse fenômeno em sua

complexidade, considerando-se que ele ocorre em um ambiente relacional geralmente favorável ao autor dessa agressão, pois se trata de uma relação de poder de adultos contra crianças e/ou adolescentes, quer ocorra em casa, na escola ou na rua.

Segundo Matos, Ferreira, Cardoso, Santos, Pereira e Costa (2013), a classificação da agressão sexual pode se referir ao contexto intrafamiliar e extrafamiliar. No contexto intrafamiliar, esse tipo de agressão se caracteriza pelo ato sexual ter sido praticado no contexto doméstico, na residência da criança e do adolescente. No contexto extrafamiliar a agressão sexual “é definida como qualquer forma de atividade sexual entre um não membro da família e uma criança, podendo ser o autor da agressão um conhecido ou desconhecido da família e da criança” (p. 160). O estudo realizado por Libório e Castro (2010) demonstrou que a agressão sexual, extrafamiliar, em alguns casos, esteve associada à exploração sexual de crianças e adolescentes. Esse tipo particular de agressão, envolve uma relação mercantilizada, sendo explorador, tanto aquele que faz uso sexual direto do corpo da criança ou do adolescente, como também aquele que se beneficia do comércio, obtendo lucros a partir do aliciamento direto ou indireto.

Desse modo, o fenômeno da agressão sexual tem dois protagonistas envolvidos, a vítima e o autor/a, em geral, do sexo masculino. Ao estudar os autores de agressão sexual de crianças e adolescentes nos contextos intrafamiliar e extrafamiliar, é importante obter informações sobre a caracterização desses protagonistas. É igualmente importante verificar o tipo de relação de parentesco ou afinidade que as vítimas mantêm com os autores dessa agressão que lhe foi imputada, sendo relevante obter informações sobre o tempo de duração dessas agressões.

Em diversos estudos (Guimarães & Villela, 2011; Martins & Jorge, 2010; Vasconcelos et al., 2010) foi possível verificar que, comparando-se o contexto intrafamiliar com o extrafamiliar, no primeiro predominam os parentes consanguíneos e

por afinidade ou pessoas com as quais a vítima mantenha laços afetivos, enquanto que, no segundo, são citadas principalmente pessoas estranhas, conhecidos da família e também casos que envolvem exploração sexual comercial. No que se refere à duração de agressões sexuais contra crianças e adolescentes, Habigzang, Ramos e Koller (2011) afirmam que existe relação entre o período de duração com o contexto onde ocorre. No contexto extrafamiliar a agressão sexual tende a ter menor tempo de duração, quando comparada com aquela que ocorre no contexto intrafamiliar. Segundo Habigzang et al. (2011), o que contribui para maior duração dos casos de agressão sexual no contexto intrafamiliar é principalmente a dinâmica do segredo, sendo bastante comum no meio familiar devido ao vínculo próximo da vítima com o autor da agressão.

Alguns estudos (Rice & Harris, 2002; Sanfelice & De Antoni, 2010) não relatam diferenças significativas entre as preferências sexuais de autores dessa agressão no contexto intrafamiliar e extrafamiliar, no que se refere ao sexo das vítimas, faixa etária e modo de agir. Também existem estudos (De Antoni et al. 2011; Rebocho & Gonçalves 2012; Titcomb et al., 2012) que demonstram que essas diferenças existem e são relevantes, principalmente, na forma de agir entre esses dois tipos de autores de agressão sexual. Daí a importância de produzir mais conhecimentos sobre os referidos autores de agressão em diferentes contextos e conhecer os assuntos que já foram estudados sobre este tema, pois os seus resultados podem auxiliar na compreensão da trajetória de desenvolvimento dos autores de agressão sexual contra crianças e adolescentes, auxiliando na elaboração de estratégias de enfrentamento desse tipo de violência.

No Brasil, na última década do século XX, começaram, de forma intensa, campanhas de enfrentamento ao abuso e à exploração sexual infanto-juvenil, sendo instituído por meio da Lei Federal nº. 9.970, de 17 de maio de 2000, o dia 18 de maio como o *Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes*. Este dia foi

escolhido por ser a data em que a menina de oito anos de idade, Araceli Cabrera Sánchez Crespo, a qual morava em Vitória no Espírito Santo, foi encontrada morta com marcas de vários tipos de violência, entre elas, a agressão sexual, no ano de 1973. Os autores desse crime eram desconhecidos da vítima e não foram condenados (Lírio, 2013).

Na última década do século XX, também houve a elaboração do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil (Brasil, 2000). Nele, uma das metas previstas é a criação de programas para o atendimento de autores de agressão sexual de crianças e adolescentes. Segundo Lima e Deslandes (2011), ainda são escassos os serviços especializados no atendimento de autores de agressão sexual no país em funcionamento e aqueles existentes estão sob responsabilidade de organizações não governamentais.

É importante destacar que a agressão sexual no Brasil tem notificação obrigatória, podendo ocorrer a apuração da responsabilidade daqueles que se omitem e decidem não denunciar, caso estejam cientes de que alguma criança ou adolescente está sofrendo agressão sexual, ficando os mesmos sujeitos às penalidades legais. De acordo com Assis, Avanci, Pesce, Pires e Gomes (2012), a agressão sexual infringe a dignidade de crianças e adolescentes e está entre as formas de agressão perpetradas contra esta faixa etária (0 a 18 anos) menos notificadas pelas instituições de saúde, quando comparada à negligência e à violência física. Desse modo, diz-se ser importante pesquisar a violência sexual, principalmente, quando se quer obter mais dados sobre os autores dessa violência, visto que a literatura sobre as vítimas é vasta, tanto no âmbito nacional quanto internacional.

Apesar da menor quantidade de publicações sobre autores de agressão sexual de crianças e adolescentes em comparação com as publicações relacionadas às vítimas, na atualidade, o tema em questão vem obtendo maior visibilidade social. Este fato tem despertado um crescente interesse em desenvolver estudos sobre o assunto no meio científico (Moura & Koller, 2008; Pincolini & Hutz, 2014). Com a produção de mais

trabalhos que abordem autores de agressão sexual, supostamente se tem a possibilidade de mais debates sobre várias questões relacionadas a esse tipo de agressão e a provocação de mudanças na maneira de perceber esse fenômeno, que aos poucos passa a ser compreendido de forma sistêmica (Martins & Jorge, 2010; Neves, et al., 2010). Na sociedade brasileira vem ocorrendo maior visibilidade da agressão sexual contra crianças e adolescentes por meio movimentos sociais, criação de leis e modificações na legislação existente (Lei 8.069 de 1990, Código Penal Brasileiro). No meio acadêmico, é possível identificar o aumento no número de publicações, nos meios de comunicação vem ocorrendo mais divulgação através de campanhas, identifica-se também maior número de denúncias, sejam elas anônimas ou não (Maia & Barreto, 2012).

No que se refere às denúncias dos casos de agressão sexual, em dezembro de 2010, foi criado no Brasil o serviço telefônico *Disque Direitos Humanos*, o qual atua em várias áreas relacionadas à defesa de direitos humanos. Em relação à agressão sexual contra crianças e adolescentes, este serviço ocorre por meio do Disque 100, o qual ampliou a capacidade de atendimento às denúncias desta forma de agressão.

O Disque 100 é um serviço coordenado pela Ouvidoria da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH). Esta maneira de fazer denúncias tem se mostrado efetiva e vem se consolidando em todo território nacional como um meio de quebrar o silêncio em relação à agressão sexual contra crianças e adolescentes (Brasil, 2011). Segundo o Relatório do Disque Direitos Humanos de 2011, cerca de um terço das denúncias recebidas é referente à violência sexual contra crianças e adolescentes. Os dados das denúncias são repassados imediatamente às autoridades locais para averiguação e providências, sendo o poder público provocado no sentido de tomar as medidas cabíveis em relação ao problema em questão (Brasil, 2011). A Figura 1 apresenta a quantidade de

denúncias registradas no Disque 100, entre os anos de 2013 e 2014, que retratam a violência sexual contra crianças e adolescentes em Estados das cinco regiões brasileiras.

REGIÃO	ESTADO	DENÚNCIAS 2013	DENÚNCIAS 2014
NORTE	ACRE	230	112
	AMAZONAS	879	712
	RORAIMA	38	29
	AMAPÁ	105	52
	PARÁ	1276	817
	RONDÔNIA	430	201
	TOCANTINS	161	103
TOTAL		3119	2016
NORDESTE	MARANHÃO	1449	898
	PIAUÍ	511	321
	CEARÁ	1357	843
	RIO GRANDE DO NORTE	747	620
	PARAÍBA	947	580
	PERNAMBUCO	1447	933
	ALAGOAS	549	318
	SERGIPE	350	200
	BAHIA	3077	1907
TOTAL		10.431	6620
CENTRO OESTE	DISTRITO FEDERAL	474	535
	MATO GROSSO SUL	549	399
	MATO GROSSO	612	454
	GOIÁS	1191	853
TOTAL		2826	2241
SUDESTE	MINAS GERAIS	2676	1958
	SÃO PAULO	3873	3159
	ESPIRITO SANTO	514	365
	RIO DE JANEIRO	3286	1804
TOTAL		10.349	6.986
SUL	PARANÁ	1624	1176
	SANTA CATARINA	1297	1270
	RIO GRANDE DO SUL	1676	1093
TOTAL		4597	3539

Fonte: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
 Figura 1: Denúncias sobre violência sexual contra crianças e adolescentes no Disque 100.

Segundo a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, em 2013, o Disque 100 registrou 124.079 denúncias de violência cometidas contra crianças e adolescentes no país. Dessas denúncias, 36% envolviam negligência, 25% violência psicológica, 21% violência física, 13% violência sexual, 4% trabalho infantil e 1% outros tipos de violência. Até novembro de 2014 foram recebidas 88.091 denúncias referentes à crianças e adolescentes, destas 25% informam casos de violência sexual. A distribuição das denúncias indicou a predominância dos casos de abuso sexual, seguidos da exploração sexual, pornografia e tráfico de pessoas.

A distribuição das denúncias sobre violência sexual contra crianças e adolescentes no Disque 100, no ano de 2014, indicou também que predominaram vítimas do sexo feminino na faixa etária de 7 a 14 anos. A diferença da incidência de violência sexual entre os sexos das vítimas é um dos diversos aspectos relacionados à agressão sexual contra crianças e adolescentes que vêm despertando a atenção nos dias de hoje e provocando indagações de ordem teórica e política, pois não atinge na mesma proporção crianças e adolescentes dos sexos feminino e masculino. Em vários estudos sobre agressão sexual (Blasko, Jeglic, & Mercado, 2011; Butler, Delahunty, & Lulham, 2012; Lambie & Stewart, 2012), a quantidade de vítimas do sexo feminino é expressivamente superior ao do sexo masculino. Uma explicação para este fato, segundo Hohendorff, Habigzang e Koller (2012), é a possibilidade do sexo masculino possuir maior vergonha e dificuldade em relatar a ocorrência, além do medo de serem rotulados como homossexuais (quando sofrem agressão por outro homem), mas também por não reconhecerem alguns atos sexuais como agressão.

O *site* da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República informou no mês de maio de 2015, que no primeiro trimestre de 2015, o Disque 100 registrou 21.021 denúncias de violações de direitos de crianças e adolescentes, dessas denúncias 4.480 se

referiam à violência sexual. Os casos mais registrados foram de negligência, violência física, violência psicológica e violência sexual. Então, a violência sexual é a quarta violação mais recorrente contra crianças e adolescentes denunciada nesse serviço. No primeiro trimestre de 2014, os casos de abuso de sexual estiveram presentes em 85%, do total de denúncias seguidos da exploração sexual, que é caracterizada pela utilização sexual de meninas e meninos com a intenção de obter lucro. As outras denúncias se reportaram à violência sexual que envolveu casos de pornografia infantil, *grooming* (assédio sexual na Internet), *sexting* (troca de fotos e vídeos de nudez, eróticas ou pornográficas), exploração sexual no turismo, entre outros.

Além do serviço Disque 100, outra iniciativa que visa proteger os direitos da criança e do adolescente é a Agenda de Convergência Proteja Brasil, que foi elaborada em agosto de 2012. Esta foi assim denominada pelo fato de buscar convergir preocupações, investimentos e competências de todos os órgãos envolvidos na proteção de crianças e adolescentes, sejam eles governamentais e não governamentais, em nível nacional ou internacional, e teve como prioridade inicial a atuação nos principais eventos previstos no Brasil, nos anos de 2013 e 2014 – a Copa das Confederações, a Jornada Mundial da Juventude e a Copa do Mundo (Brasil, 2014).

Segundo o Guia de Referência para os Comitês de Proteção Integral a Crianças e Adolescentes (2014), as cidades brasileiras que sediaram a Copa do mundo em 2014 são áreas que apresentavam altos índices de vulnerabilidade de crianças e adolescentes, mesmo sem a realização de grandes eventos, pois, segundo os registros do Disque 100, das 275.638 denúncias de violações de direitos de crianças e adolescentes realizadas entre maio de 2003 e março de 2011, entre as doze cidades que sediaram a Copa do Mundo, 27.664 se concentram na exploração sexual, uma das mais graves formas de violação de direitos. O Relatório da Agenda de Convergência (2014) afirma que existe a pretensão de

que esse serviço seja um espaço permanente de articulação e integração de políticas para a efetivação dos direitos de crianças e adolescentes.

Por se acreditar que para criar mecanismos de defesa dos direitos de crianças e adolescentes quanto à sua dignidade sexual, é de suma importância conhecer os autores desse tipo de agressão, e não somente estudar as vítimas, este trabalho de dissertação teve como foco as características biopsicossociais de autores de agressão sexual de crianças e/ou adolescente do contexto intrafamiliar e extrafamiliar. Para tanto, realizaram-se dois estudos, o primeiro com base em uma Revisão Sistemática de Literatura, e o segundo, de natureza documental, analisou processos jurídicos de pessoas adultas acusadas de autoria de agressão sexual de crianças e/ou adolescentes na Comarca de Belém, Estado do Pará.

CAPÍTULO II

Autores de Agressão Sexual de Crianças e/ou Adolescentes: Uma Revisão Sistemática da Literatura

Resumo

Este estudo teve como objetivo analisar as semelhanças e diferenças das características biopsicossociais de autores de agressão sexual de crianças e/ou adolescentes em contexto intrafamiliar e extrafamiliar por meio da análise da produção nacional e internacional, no período de 1983 a 2013. As buscas por artigos foram realizadas nas bases bibliográficas eletrônicas que compõem os Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Através de estratégias previamente definidas de buscas por artigos empíricos foram selecionados 56 artigos, que foram categorizados de modo geral. Após essa categorização, analisaram-se as características biopsicossociais da população estudada nos artigos que tratavam simultaneamente do contexto intrafamiliar e extrafamiliar. Os participantes dos estudos pertenciam, predominantemente, ao sexo masculino (93%), e, em sua maioria, eram condenados presos (84%). Entre os estudos, prevaleceram os artigos que se referiam simultaneamente aos contextos intrafamiliar e extrafamiliar (77%), seguido daqueles que analisavam somente o contexto intrafamiliar (14%) e somente o contexto extrafamiliar (4%). Em 5% das publicações essa informação não estava disponível. Destacou-se o caráter descritivo e quantitativo dos estudos, as áreas de conhecimento que predominaram foram a Psicologia (61%), Saúde (21%), Social (11%) e a Jurídica (7%). Na classificação dos procedimentos e técnicas utilizados nas publicações predominou o levantamento com 68%, seguidos por estudos documentais (30%) e estudos de caso (2%). Os resultados encontrados neste estudo de revisão indicaram que os autores de agressão sexual de crianças e/ou adolescentes do contexto intrafamiliar mantêm relacionamento com a vítima de natureza não hostil, o que facilita a ocorrência da agressão sexual, geralmente utilizam estratégias sutis e manipuladoras. No contexto extrafamiliar, os autores dessa agressão tendem a utilizar estratégias coercitivas e a se expor a riscos mais elevados de apreensão. Espera-se que esta revisão da literatura possa contribuir com elementos que gerem novas reflexões na maneira de perceber a população estudada, a partir de suas condições bioecológicas, no sentido de tentar compreender o que pode conduzir uma pessoa a tornar-se autora de agressão sexual de crianças e/ou adolescentes.

Palavras-chave: Autores de agressão sexual, crianças e adolescentes, contexto intrafamiliar e extrafamiliar

Abstract

This study aimed to analyze the similarities and differences of biopsychosocial characteristics of authors of sexual aggression of children and/or adolescents in intrafamilial and extrafamilial context through analysis of national and international production in the period of 1983-2013. The searches were conducted in the electronic bibliographic databases that are part of the Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Through strategies previously defined to search for empirical articles 56 articles were selected, which were categorized in a general way, after this categorization, it was analyzed the biopsychological characteristics of the population studied in the articles that treated simultaneously in the intrafamilial and extrafamilial context. Participants of the study were predominantly male (93%), and, mostly were convicted prisoners (84%). Among the studies, prevailed those referred simultaneously to intrafamilial and extrafamilial context (77%), followed by those that only analyzed the intrafamilial context (14%) and only context the extrafamilial (4%). End in 5% of the publications this information was not available. The highlight was the descriptive and quantitative studies, the area of knowledge that prevailed was Psychology (61%), followed by the area of Health (21%), Social (11%) and Legal (7%). The classification of procedures and techniques used in the publications dominated the survey (68%), followed by documental studies (30%) and case studies (2%). The results of this review study indicated that authors of sexual aggression of children and / or adolescents in intrafamilial context maintain a relationship with the victim of non-hostile nature, which facilitates the occurrence of sexual aggression, often using subtle and manipulative strategies. In extrafamilial context, the authors of this aggression tend to use coercive strategies and are more exposed to higher risks of apprehension. It is expected that this literature review can contribute with elements that generate new reflections on the way that this studied population are perceived from their bioecological conditions, in order to try to understand what can drive a person to become authors of sexual aggression of children and/or adolescents.

Keywords: Authors of sexual aggression, children and adolescents, intrafamilial and extrafamilial context.

Introdução

Estudos de Revisão Sistemática de Literatura (RSL) possuem como principal objetivo agregar evidências de pesquisas. O uso desses estudos como fonte de evidências para organizar várias publicações sobre uma questão específica de pesquisa vem crescendo no meio acadêmico, pois estes podem favorecer novos rumos para futuras investigações. Utiliza-se revisão de literatura como uma forma metodológica de buscar, conhecer e compreender um tema já estudado com o objetivo de identificar lacunas, semelhanças, diferenças e inconsistências entre os estudos de uma determinada problemática de pesquisa (Vosgerau & Romanowski, 2014).

De acordo com Zoltowski, Costa, Teixeira e Koller (2014), revisão sistemática de literatura “é uma das técnicas mais robustas para avaliação e síntese da literatura em diversos campos de conhecimento” (p.98). De acordo com esses autores, este tipo de estudo caracteriza-se pela aplicação de estratégias rigorosas de busca na seleção de publicações, objetivando estudar uma questão de pesquisa específica, além de permitir uma síntese da literatura de modo organizado e sua análise crítica. Segundo Ramos, Faria e Faria (2014) revisões sistemáticas podem ser reproduzidas, pois seguem uma metodologia rigorosa por utilizar critérios estabelecidos de inclusão e exclusão de estudos.

Este estudo trata-se de uma Revisão Sistemática da Literatura de produções científicas empíricas, nacionais e internacionais, referentes à agressão sexual cometida contra crianças e adolescentes no contexto intrafamiliar e extrafamiliar. Nele, admite-se que esses contextos não se reportam apenas ao local onde ocorreu a agressão sexual, mas também à natureza do vínculo entre o autor da agressão sexual e a vítima, sendo este um diferencial deste trabalho. Este estudo de revisão diferencia-se ainda de outros realizados anteriormente em âmbito nacional e internacional, por incluir não apenas estudos

referentes a características sociodemográficas, mas também características psicológicas da população estudada.

Em âmbito nacional, foram localizados estudos de Revisão Sistemática de Literatura (Aded, Dalcin, Moraes, & Cavalcanti, 2006; Hohendorff, Habigzang, & Koller, 2012; Souto, Lucena, Paiva, & Cavalcanti, 2010;) que abordaram a temática que envolve os autores de agressão sexual e suas vítimas. O objetivo desses estudos refere-se principalmente à análise do perfil dos envolvidos neste tipo de agressão e a descrição de suas características sociodemográficas.

O estudo de revisão de literatura realizado por Aded, Dalcin, Moraes e Cavalcanti (2006) sobre agressão sexual contra crianças e adolescentes em medicina legal e psiquiatria, com abrangência de cinco anos, teve como objetivo analisar tanto a vítima quanto o autor da agressão sexual. Nesse estudo, utilizaram-se as bases eletrônicas *Medline-PubMed* e *Scielo*. Devido ao reduzido número de publicações nacionais sobre o tema pesquisado, justificou-se a inclusão de trabalhos acessados em capítulos de livros e textos disponíveis *on-line*, em *sites* que se diferenciaram das bases consultadas, e em bibliotecas tradicionais. Os termos de busca utilizados foram: *child abuse e child sexual abuse, sex offender e forensic examination*, assim como seus correspondentes em português.

A revisão de literatura realizada por Aded et al. (2006) concluiu que mais estudos são necessários para conhecer a realidade relacionada aos desdobramentos legais e consequências futuras para os envolvidos nos casos de agressão sexual, pois ainda é incipiente a literatura que trata da prevalência, incidência e tempo de duração deste tipo de agressão. Nesse estudo, foram identificados os autores da agressão sexual e o tempo de duração dessa agressão de acordo com o contexto de ocorrência, sendo mais longo nos casos em que o autor deste tipo de agressão é um familiar, por isso a denúncia pode

demorar, provavelmente até que a vítima perceba que tais práticas são incorretas, ou que possa se defender. Ao contrário do contexto extrafamiliar, em que o tempo transcorrido é mais curto, sendo o autor da agressão sexual um desconhecido ou alguém que não tem vínculo de parentesco com a vítima.

O estudo de revisão sistemática de literatura de Souto, Lucena, Paiva e Cavalcanti (2010), teve como objetivo descrever as características sociodemográficas de vítimas e autores de agressão sexual. Os autores de agressão sexual foram caracterizados como indivíduos do sexo masculino, sendo a maioria conhecido de familiares da vítima. Constatou-se, nesse estudo, que poucas publicações tratavam de aspectos relacionados ao autor da agressão sexual, e que muitos artigos investigaram a associação da agressão sexual com alguns fatores de risco. Nele, foram encontrados 81 artigos, por meio de buscas nas bases *BVS* e *PubMed*. Os artigos revisados deveriam compreender o período entre 2008 e 2009. Do total de artigos encontrados, 24 foram selecionados, no que se refere ao vínculo com a vítima, na maioria dos artigos (85,71%) era conhecido desta, sendo os familiares os que mais realizaram atos de agressão sexual contra crianças e/ou adolescentes (50%); vizinhos (40%) e apenas conhecidos (10%). O pai biológico foi o autor de agressão sexual mais frequente no contexto intrafamiliar e o vizinho no extrafamiliar.

O estudo de revisão de literatura sobre violência sexual contra meninos realizado por Hohendorff, Habigzang e Koller (2012), demonstrou características referentes às vítimas e aos autores deste tipo de agressão. Este conhecimento é útil para que se possa compreender a dinâmica dessa forma particular de agressão. A compreensão dessas características pode auxiliar no planejamento de intervenções preventivas e terapêuticas. O estudo de Hohendorff et al. (2012) foi realizado nas bases de dados *BVS Psi*, *Scielo* e Periódicos Capes. Nesse estudo, ficou claro que os autores de agressão sexual de meninos, em geral,

são caracterizados como heterossexuais do sexo masculino. Evidenciou também que meninos com menos de seis anos estariam mais expostos à agressão sexual intrafamiliar, enquanto que entre aqueles acima de 12 anos, o risco para a agressão sexual extrafamiliar seria maior.

Em âmbito internacional, encontraram-se três estudos de Revisão Sistemática de Literatura (Marotta, 2015; Schmucker & Losel, 2008; Tully, Chou & Browne, 2013) que também tratavam da temática que envolve os autores de agressão sexual e suas vítimas. Eles fizeram referência às formas de tratamento e fatores de reincidência do comportamento de agressão sexual.

No estudo de revisão sistemática de Schmucker e Losel (2008) sobre avaliação de resultados obtido por tratamento controlados, psicossocial e orgânico, elaborados para autores de agressão sexual, 69 estudos foram selecionados nas bases de dados *PsycInfo* e *MedLine*, em cinco línguas (inglês, alemão, holandês, francês e sueco). Demonstrou-se nessa revisão, que o tratamento apresentou efeito positivo, na maioria dos casos. Em 11,1% dos estudos, os autores de agressão sexual tratados, tempos depois, reincidiram, diferenciando-se dos grupos de controle, em que 17,5% apresentaram reincidência no comportamento de agressão sexual. Tratamento envolvendo medicação hormonal, terapia cognitivo-comportamental e abordagens comportamentais também revelaram efeito positivo, ao contrário dos tratamentos não comportamentais, que não demonstraram resultados positivos.

No estudo de revisão da literatura de Tully, Chou e Browne (2013) investigou-se a eficácia dos instrumentos de avaliação de risco na previsão de reincidência de autores de agressão sexual. Foram utilizados três bancos de dados eletrônicos (*PsycINFO*, *Medline*, *Embase*) e listas de referência de meta-análises, consideradas relevantes. Foram selecionados 43 estudos, para análise de seu conteúdo. Nos resultados dessa revisão,

chamou atenção o fato de que todos os instrumentos apresentavam moderada acurácia preditiva. Ou seja, esses instrumentos não poderiam ser considerados precisos na avaliação dos riscos para o comportamento de reincidência da população em que foram aplicados.

Marotta (2015) realizou estudo de revisão de literatura sobre avaliação de programas destinados a tratar autores de agressão sexual com deficiência intelectual e deficiências desenvolvimentais, o período de abrangência dos artigos selecionados foi 1994 a 2014. As bases de dados para seleção dos estudos foram: *Medline, PsycINFO, PubMed, ProQuest, e ScienceDirect*. Os termos de buscas utilizados foram: *sex offender, developmental disability, intellect disability, retard*. Foram encontrados 846 estudos, e após a aplicação dos critérios de inclusão, somente 18 estudos foram selecionados. Nele, ficou claro que os tratamentos cognitivo-comportamentais têm sido a modalidade de tratamento mais comum utilizada entre autores de agressão sexual que possuem deficiência intelectual e deficiências desenvolvimentais. Outros tratamentos foram identificados como a terapia comportamental dialética e também de resolução de problemas, além da prevenção de recaída. Os principais resultados terapêuticos demonstrados nos estudos foram descritos como: mudanças de atitudes em relação às distorções cognitivas e aos problemas comportamentos sexuais.

Pelo exposto, observa-se que a literatura a respeito de autores de agressão sexual ainda é escassa, havendo maior interesse no estudo de questões relativas às vítimas. Esse fato implica na existência de uma lacuna no conhecimento sobre o tema, a qual deve ser preenchida com a realização de pesquisas direcionadas para essa população, pois os resultados de mais estudos podem subsidiar futuramente medidas de proteção e promoção de saúde. Essa escassez de estudos ocorre, principalmente, em âmbito nacional. Os estudos existentes, atualmente, têm entre outras iniciativas de investigação, classificado os autores

de agressão sexual em grupos segundo semelhanças psicológicas e comportamentais (Picolini & Hutz, 2014).

No presente estudo de revisão da literatura, considerou-se como foco as características biopsicossociais dos autores de agressão sexual de crianças e adolescentes no contexto intrafamiliar e extrafamiliar. Os dados obtidos foram analisados de acordo com o referencial teórico do Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano. Esse modelo possui como núcleos constituintes unidades de análise: Processo, Pessoa, Contexto, Tempo – PPCT, que possibilitam avaliar as características da pessoa em desenvolvimento nos diversos contextos de que faz parte. Segundo Bronfenbrenner (2011), o paradigma bioecológico para o desenvolvimento no contexto considera que:

As características da pessoa em um dado tempo de sua vida são uma função conjunta das características da pessoa e do ambiente durante o ciclo de vida da pessoa ao longo do tempo. Assim a ciência define o desenvolvimento como o conjunto de processos pelos quais as propriedades da pessoa e do ambiente interagem para produzir a constância e a mudança das características biopsicossociais da pessoa ao longo do seu ciclo de vida (p.139)

No modelo bioecológico, as características biopsicossociais da pessoa são compreendidas como o processo de interação e reciprocidade com os diversos ambientes. Para compreender a bioecologia dos autores de agressão sexual de crianças e adolescentes, de acordo com os contextos em que ocorrem essas ofensas, é importante obter mais informações de como esses indivíduos estabeleceram suas interações nos grupos sociais dos quais foram participantes. Deste modo, o presente estudo de Revisão Sistemática de Literatura teve como objetivo analisar as semelhanças e as diferenças nas características biopsicossociais de autores de agressão de crianças e/ou adolescentes no período de 1983 a 2013.

Método

Procedimentos Gerais

Para a realização desta revisão sistemática de literatura foi necessário o cumprimento de etapas que foram condensadas como parte dos procedimentos gerais. Na primeira etapa, foi selecionado o Portal Periódico da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) como a base de dados para o levantamento das publicações. Esta foi selecionada pelo fato de ser uma fonte de dados confiável que contém um acervo vasto de artigos publicados nas diversas áreas de conhecimento e em diferentes idiomas. Após esta etapa foi realizada, de forma exploratória, a busca por artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais. Estas buscas, preliminares e exploratórias, tiveram a finalidade de mapear a produção existente sobre a temática em questão. Isto possibilitou a exploração do tema e promoveu o refinamento dos critérios de inclusão e exclusão no sentido de promover as buscas definitivas dos estudos. Os termos que orientaram as buscas iniciais nessa fase exploratória da pesquisa estão demonstrados na Figura 1.

1º Termo (População)		2ª Termo (Tema)		3º Termo (Característica)	
Português	Inglês	Português	Inglês	Português	Inglês
Agressor	Aggressor	Violência sexual	Sexual violence	Caracterização	Characterization
Pedófilo	Pedophile	Abuso sexual	Sexual abuser	Perfil	Profile
Aliciador	Sex offender	Agressão sexual	Sexual assault	Fator de risco	Riskfactors
Abusador sexual	Sexual abuser	Pedofilia	Pedophilia	Fator de proteção	Protectivefactors
Traficante sexual	Sexual trafficker	Tráfico para fins sexuais	Sex trafficking	Trajetória de desenvolvimento	Developmental trajectory
Perpetrador	Perpetrator	Pornografia infantil	Pornography	Percepção	Perception
Angariador	Salesman sexual	Estupro	Rape	Perfil psicológico	Psychological profile
Sequestrador sexual	Sexual kidnapper	Coerção sexual	Sexual coercion	Perfil social	Social profile
Estuprador	Rapist			Perfil comportamental	Behavioral profile
Molestador	Molester			Perfil biopsicossocial	Biopsychosocial profile

Figura 1. Termos que orientaram as buscas preliminares e exploratórias do tema da pesquisa.

As buscas iniciais auxiliaram na definição de descritores mais adequados, os quais foram utilizados na etapa seguinte que envolveu o levantamento dos artigos científicos dos Periódicos CAPES. Os critérios utilizados para inclusão e exclusão dos artigos desta revisão estão demonstrados na Figura 2.

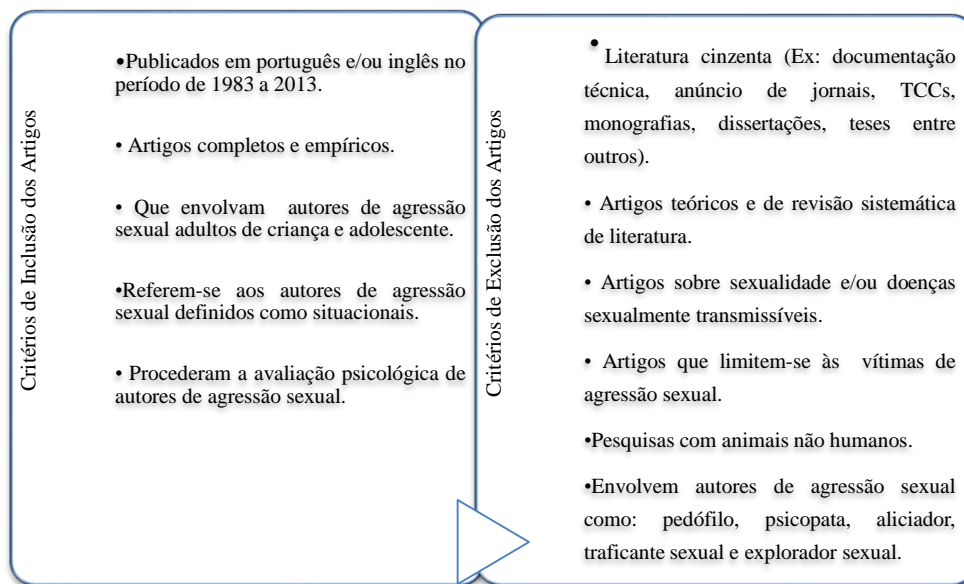


Figura 2. Critérios de inclusão e exclusão dos artigos

Novos descritores

Após as buscas preliminares e exploratórias houve a elaboração dos critérios de inclusão e exclusão demonstrados na Figura 2. Depois, foram elencados dez novos descritores, cinco no idioma português e cinco no idioma inglês, os quais foram combinados com as palavras criança/child e adolescente/adolescent, sendo utilizados na composição das novas estratégias de busca das publicações feitas sobre o tema, conforme apresentado na Figura 3.

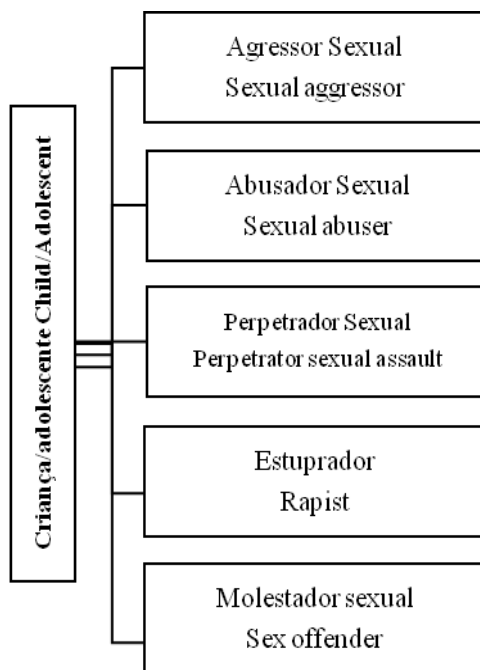


Figura 3. Termos que orientaram as buscas da revisão da literatura em português e inglês.

Buscas dos artigos

Com o início das buscas por publicações referentes ao tema da revisão, os artigos encontrados foram numerados de forma ordinal e classificados conforme as categorias: selecionados, repetidos e descartados. No processo de seleção dos artigos houve a leitura do título e do resumo de cada estudo. Ressalta-se que a leitura na íntegra dos artigos ocorreu apenas quando o título e o resumo não eram esclarecedores.

Os artigos que estavam de acordo com os critérios de inclusão, portanto, selecionados, foram arquivados em uma pasta eletrônica. Aqueles que eram repetidos foram excluídos e aqueles que não tratavam do assunto pesquisado imediatamente descartados em razão dos propósitos deste estudo, seguindo os critérios predefinidos de inclusão e exclusão.

Escolha e treinamento dos juízes

Para seleção definitiva dos artigos foram escolhidos três pesquisadores, os quais atuaram como juízes, uma vez que no processo de construção de um estudo desta natureza é necessária a participação de colaboradores com a finalidade de garantir que estudos relevantes sejam selecionados, possibilitando a minimização de viés na seleção. Segundo Schutz, Sant'Ana e Santos (2011), o viés na seleção de estudos de revisão de literatura refere-se à possível interferência da percepção subjetiva do pesquisador a tal ponto que isso pode conduzir a erros sistemáticos e tendenciosidades no processo de seleção dos estudos.

Após a escolha dos juízes, estes participaram de treinamento com carga horária de oito horas. Nesse treinamento foram orientados no sentido de como avaliar os artigos pré-selecionados, que atendiam aos critérios de inclusão e exclusão previamente elaborados. Na revisão, os juízes aplicaram um teste de relevância para tornar a avaliação padronizada e objetiva. Segundo Ferreira, Silveira-Lacerda e García-Zapata (2014), o teste de relevância em revisões sistemáticas de literatura se trata de um roteiro composto de uma lista de questões claras, que devem gerar respostas afirmativas ou negativas, visando identificar se o artigo avaliado responde ou não às questões de investigação propostas pelo estudo. O teste de relevância é uma estratégia utilizada para selecionar ou excluir os estudos encontrados. Neste estudo de revisão, cada artigo para ser considerado relevante deveria receber resposta positiva em três das quatro questões contidas no teste de relevância apresentado na Figura 4.

Teste de relevância (aplicado aos artigos na íntegra)		
Questões de Interesse	Sim	Não
1 - O problema de pesquisa está claro?		
2 - Os objetivos do estudo têm relação com a questão que está sendo estudada?		
3 - A metodologia está descrita com clareza e alcança os objetivos?		
4 - Os resultados são compatíveis com a metodologia e merecem credibilidade?		
O estudo foi incluso? Assinatura do avaliador: _____		

Figura 4. Teste de relevância (Fonte: Azevedo, 2010, adaptado).

Seleção dos Artigos pelos juízes

Os três juízes participantes do processo de seleção dos artigos atuaram de forma independente. Para organizar a avaliação dos juízes foi criada uma planilha no programa Excel, onde foi registrado o resultado do teste de relevância aplicado: inclusão ou exclusão dos artigos analisados. Assim, a permanência do artigo para a análise ocorreu quando houve duas concordâncias, ou seja, este foi escolhido por, no mínimo, dois juízes. O contrário também ocorreu, isto é, quando dois juízes discordaram da escolha feita por um terceiro, o que resultou no descarte do artigo para análise.

Índice de Confiabilidade

Além da aplicação do teste de relevância, foi calculado, por meio do número de concordâncias e discordâncias entre os pesquisadores que atuaram como juízes, o Índice de Confiabilidade (IC) deste estudo. Segundo Pereira (2006), o cálculo do IC é uma técnica de pesquisa que tem como função aumentar a probabilidade do resultado de uma pesquisa ter credibilidade, isso ocorre quando o resultado do IC deve ser $\geq 80\%$. De acordo com este autor, esse índice é calculado por meio da seguinte equação:

$$IC = \frac{A}{A + D} \times 100$$

(A = concordância; D = discordância)

Neste estudo de revisão que envolveu 64 artigos pré-selecionados, 56 foram selecionados pelos juízes. O IC entre os juízes foi de 87.50%, como demonstra o cálculo:

$$IC = 56 \times 100 \div 56 + 8$$
$$IC = 5600 \div 64 = 87.50$$

Procedimentos de análise

Caracterização Geral

Este estudo de revisão de literatura teve como categorias de análises os dados identificados nos artigos, referentes à agressão sexual e aos autores dessa agressão praticada contra crianças e adolescentes no contexto intrafamiliar e extrafamiliar. O foco das análises foram as características biopsicossociais identificadas entre os envolvidos na agressão em estudo. Para tanto, elaborou-se uma planilha eletrônica no programa Excel, que serviu para registrar as informações retiradas dos artigos, sendo organizadas da seguinte forma:

- Dados da publicação: número da busca, periódico, ano, palavras pesquisadas, país de publicação, continente, objetivo do estudo.
- Dados da população e método da pesquisa: área de conhecimento, forma da abordagem do dado, classificação dos objetivos do estudo, classificação dos procedimentos, amostra, participantes, grupo etário, gênero, escolaridade.
- Dados da agressão intrafamiliar e extrafamiliar: contexto onde ocorreu a agressão sexual, termos utilizados para nomear o autor de agressão sexual, vínculo entre o autor da agressão sexual e a vítima, local onde ocorreu a agressão sexual, histórico de agressão sexual na infância do autor de agressão sexual, fatores de risco que os autores de agressão sexual estiveram expostos na infância e/ou adolescência, sexo das vítimas e grupo etário das vítimas.

Análise crítica dos artigos referentes aos autores de agressão sexual dos contextos intrafamiliar/extrafamiliar

Depois da caracterização geral das publicações, identificou-se que 77% referia-se simultaneamente aos contextos intrafamiliar e extrafamiliar, 14% ao intrafamiliar, 4% ao extrafamiliar e em 5%, não foi informado o contexto de ocorrências das agressões. Como a maioria dos artigos desta revisão referia-se, simultaneamente, aos contextos intrafamiliar e extrafamiliar, optou-se então por analisá-los. Como essas publicações fizeram referência à violência sexual numa perspectiva intra e extrafamiliar, isto facilitou a proposição de uma dinâmica de comparação entre elas, uma vez que o objetivo deste estudo foi identificar semelhanças e diferenças em relação às características da agressão sexual e de seus autores e vítimas, nesses contextos específicos.

Deste modo, após a caracterização geral das publicações selecionadas (N=56), procedeu-se às análises dessas publicações referentes aos dois contextos citados (n=43). Entre o total dessas publicações que tratavam simultaneamente do contexto intrafamiliar e extrafamiliar, verificou-se que 51% (n= 22) demonstraram os resultados obtidos sem diferenciar os autores de agressão sexual de acordo com o contexto em que a agressão sexual ocorreu. Deste modo, somente as demais publicações que tratavam desses contextos 49% (n=21), foram incluídas neste estudo de revisão, pois demonstraram em seus resultados a caracterização da população estudada abordando tanto a violência numa perspectiva intrafamiliar quanto extrafamiliar.

As semelhanças e diferenças entre a população dos estudos revisados foram apresentadas por meio de tabelas, que tiveram o objetivo de proporcionar melhor visualização dos dados demonstrados. Os resultados obtidos foram discutidos na perspectiva dos pressupostos fundamentais do Modelo da Bioecologia do Desenvolvimento Humano, nos moldes em que propôs Bronfenbrenner (2011).

Resultados

Nas buscas pelos artigos foram encontradas 1122 publicações nas bases de dados CAPES, a partir dos descritores utilizados nessas buscas. Os números absolutos das publicações encontradas são demonstrados na Figura 5.

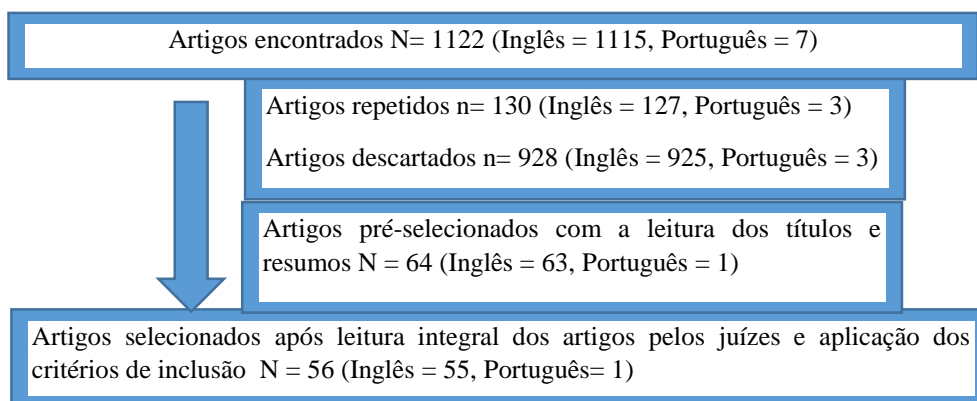


Figura 5: Valor absoluto dos artigos encontrados, repetidos, descartados e selecionados.

Nos estudos de revisão sistemática de literatura é comum ocorrer um grande número de exclusões de artigos. Os estudos são excluídos por vários motivos, como por exemplo, a sua apresentação estar em duplicata ou o artigo não estar disponível na íntegra para *download*, entre outros. Essas exclusões ocorrem após a aplicação dos critérios preestabelecidos para seleção das publicações (Pereira & Bachion, 2006; Pureza, Kuhn, Castro, & Lisboa, 2012).

No presente estudo, houve um grande número de publicações descartadas, pois os artigos não estavam de acordo com os critérios de inclusão estabelecidos. Os motivos que levaram três artigos escritos em português a serem descartados foram os seguintes: um deles tratava de violência de gênero e os outros por serem trabalhos teóricos. Por sua vez, no idioma inglês foram descartadas 925 publicações. Entre elas, 24% se referiam às vítimas de agressão sexual, seguidas de outras publicações referentes à sexualidade (19%), outros tipos de violência (18%), literatura cinzenta (14%), aspectos históricos (13%), escrita em outros idiomas (6%), crimes virtuais (3%) e mortalidade decorrente de crimes sexuais

(3%). Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão na seleção dos artigos pelos juízes, realizou-se a caracterização geral das publicações, que pode ser visualizada na Tabela 1.

Tabela 1. Caracterização Geral das Publicações (N = 56)

Eixo temático	Variáveis	Frequência em %
Dados da publicação	<i>Idioma</i>	Inglês (98%) Português (2%)
	<i>Período pesquisado</i>	De 1983 a 1992 (5%) De 1993 a 2002 (34%) De 2003 a 2013 (61%)
	<i>País de publicação</i>	USA (54%), Canadá (12%), Grã-Bretanha (12%), Austrália (3.5%), Nova Zelândia (3.5%), Holanda (3.5%), Portugal (3.5%), Áustria (2%), Brasil (2%), Finlândia (2%), Itália (2%).
Método e dados da população da pesquisa	<i>Continente</i>	América do Norte (67%), Europa (24%), Oceania (7%), América do Sul (2%).
	<i>Área de conhecimento</i>	Psicologia (61%), Saúde (21%), Social (11%), Jurídica (7%).
	<i>Forma de abordagem dos dados</i>	Quantitativa (88%), Quantitativa/Qualitativa (7%), qualitativa (5%).
	<i>Classificação dos objetivos dos estudos</i>	Descritivos (91%), Explicativos (7%), Exploratórios (3%).
	<i>Classificação dos procedimentos e técnicas</i>	Levantamento (68%), Documental (30%), Estudo de caso (2%).

O idioma inglês predominou entre os estudos desta revisão, representando cerca de 98% das publicações. Entre os países que mais publicaram, destacaram-se os Estados Unidos da América, com 54% das publicações selecionadas. A América do Norte foi o continente que apresentou o maior número de publicações sobre o tema.

Nesta revisão de literatura, prevaleceram estudos oriundos da área da Psicologia (61%), com abordagem quantitativa (88%), e em 91% dos artigos os objetivos eram descritivos. Quanto aos procedimentos e técnicas utilizados nas pesquisas das publicações, a maior parte caracterizava-se como levantamento ou *survey* (68%).

Do mesmo modo, foram identificados artigos que buscaram identificar e discutir o histórico de agressão sexual na infância na população estudada, assim como o contexto onde essa população praticou atos de agressão sexual contra crianças e/ou adolescentes, o gênero e o grupo etário verificado, além de dados sobre as vítimas. Estes são alguns dos dados demonstrados na Tabela 2.

Tabela 2. Caracterização da População Estudada

Eixo temático	Variáveis	(N = 56)
Dados da agressão sexual	<i>Histórico de agressão sexual na infância dos autores de agressão</i>	Sim (51%), Não informado (49%)
	<i>Contextos</i>	Intrafamiliar e Extrafamiliar (77%), Intrafamiliar (14%), Extrafamiliar (4%), Não informado (5%).
Dados dos autores de agressão sexual	<i>Amostra</i>	Condenados presos (84%), Condenados internados em hospitais psiquiátricos (10.5%), Condenados em liberdade condicional (3.5%), Pós-condenados (2%).
	<i>Gênero dos participantes</i>	Masculino (93%), Feminino (3.5%), Feminino/Masculino (3.5%)
	<i>Grupo etário</i>	Adultos (91%), Adulto/Jovem (5%), Não informado (4%)
Dados da vítima	<i>Grupo etário</i>	Crianças (39%), Criança/Adolescente (28%), Criança / Adolescentes / Adultos (28%), Crianças / Adultos (5%).
	<i>Gênero das vítimas</i>	Feminino e Masculino (84%), Feminino (12%), Masculino (4%).

Entre as publicações selecionadas, 51% delas atestaram a existência de participantes que relataram ter sofrido algum tipo de agressão sexual na infância. Considera-se importante saber quais fatores de riscos foram enfrentados na infância e na adolescência por essas pessoas que se tornaram autoras de agressão sexual de crianças e adolescentes no percurso de sua trajetória de desenvolvimento. Identificou-se também que as agressões

sexuais relatadas pelos participantes dos estudos revisados, quando ocorreram no contexto intrafamiliar, foram praticadas por membros de suas próprias famílias. Quando ocorreu no contexto extrafamiliar, os atos de agressão sexual foram perpetrados por desconhecidos e por pessoas conhecidas e consideradas de confiança da família.

Neste estudo, foram dominantes os artigos que tratavam simultaneamente da agressão sexual ocorrida seja no contexto intrafamiliar ou no extrafamiliar (77%). As amostras dos estudos eram compostas principalmente por condenados que estavam cumprindo pena em prisões (84%), entre estes, 3,5% eram padres antes do encarceramento. Os grupos de controle eram compostos por não condenados (integrantes de comunidades, universitários, padres que não foram denunciados como autores agressores sexuais e voluntários pagos, ou ainda, homens que foram agredidos sexualmente na infância, mas não eram agressores sexuais).

Em relação ao gênero dos participantes dos estudos revisados, em sua maioria, eram do sexo masculino (93%). Quanto aos grupos etários dessas amostras, os adultos predominaram em 91% das publicações. No que se referem às vítimas da agressão sexual foram identificados os seguintes grupos etários: crianças (39%), crianças e adolescentes (28%), crianças, adolescentes e adultos (28%), crianças e adultos (5%). Quanto ao sexo das vítimas 84% dos estudos registrou vítimas de ambos os sexos, porém a quantidade de vítimas do sexo feminino era sempre superior àquelas do sexo masculino.

Ressalta-se que, nos artigos selecionados, foram identificados diferentes tipos de vínculos entre os autores de agressão sexual e suas vítimas. Entre as publicações que tratavam ao mesmo tempo de formas de agressão sexual ocorridas nos contextos intrafamiliar e extrafamiliar, observou-se que várias delas não especificaram o vínculo entre o autor da agressão sexual e a vítima, aproximadamente 44% do total de artigos selecionados. Nas publicações que informaram o tipo de vínculo existente entre eles,

foram apontados as categorias utilizadas em cada uma das pesquisas. A relação entre os autores de agressão sexual e as vítimas e o contexto em que ocorreram as agressões identificadas nesta revisão, estão demonstrados na Tabela 3.

Tabela 3. Contextos e Identificação dos Vínculos entre a População Pesquisada e Vítimas

Contexto	Vínculo com a Vítima	Publicações (N= 56)	%
Intrafamiliar	Pai biológico	4	7
	Pai adotivo	2	3.5
	Membros da família não especificados	2	3.5
	Avô	1	1.8
	Mãe	1	1.8
	Padrasto	1	1.8
	Madrasta	1	1.8
	Tia	1	1.8
	Primo	1	1.8
Extrafamiliar	Desconhecido	2	3.5
	Conhecido da família	1	1.8
Intrafamiliar/extrafamiliar	Não foi identificado o vínculo entre o autor da agressão sexual e a vítima	25	44
	Desconhecido	15	26.8
	Pai biológico	10	17.5
	Membros da família não especificados	7	12
	Padrasto	5	9
	Vizinho	4	7
	Avô	2	3.5
	Irmão	2	3.5
	Tio	2	3.5
	Babá	2	3.5
	Padre	2	3.5
	Mãe	1	1.8
	Pai adotivo	1	1.8
	Irmãs	1	1.8
	Amigo da família	2	3.6
	Namorado	1	1.8
Professor /treinador	2	3.6	
Não informou o contexto	Não especificados	3	5

Optou-se por informar o número de publicações que identificaram o autor da agressão sexual e a porcentagem destas de forma detalhada. Utilizou-se como referência para o cálculo do percentual o número total das publicações selecionadas, que foram 56 artigos. Nesta revisão, constatou-se que em 79% dos artigos selecionados não foi informado de forma destacada o local onde ocorreu a agressão sexual contra as vítimas.

Somente em 21% dos artigos analisados identificou-se o local onde ocorreu a agressão sexual como uma das variáveis investigadas, os quais estão demonstrados na Tabela 4.

Tabela 4. Contextos e Locais em que Ocorreu a Agressão Sexual

Contextos	Local	Publicações (N= 56)	%
Intrafamiliar	Residência da vítima	4	7
	Não informou o local	4	7
Extrafamiliar	Não informou o local	2	3.5
Intrafamiliar/ Extrafamiliar	Não informou o local	35	61
	Residência da vítima e do autor da agressão	8	14
	Residência do autor da agressão	4	7
	Residência de conhecidos do autor da agressão	3	5
	Via pública	3	5
	Veículos	2	3.5
	Local de lazer (praças, parques, bosques)	3	5
	Local de trabalho dos autores da agressão	1	1.8
Não informou o contexto	Não informou o local	3	5

Os resultados identificaram que, no contexto intrafamiliar, as agressões sexuais foram praticadas no ambiente doméstico, ou seja, na residência da vítima e em residências que pertenciam aos autores da agressão e as vítimas por habitarem juntos, que é o caso de pai (biológico e adotivo), padrastos e irmãos. No contexto extrafamiliar, os locais identificados nos estudos foram variados, destacando-se a residência do autor da agressão, residência de conhecidos do autor da agressão e a via pública.

Ressalta-se que, neste estudo, confirmou-se a suposição de que os autores de agressão sexual são nomeados na literatura por uma diversidade de termos. Em um mesmo artigo vários termos podem ser utilizados para se referir aos autores deste tipo de agressão. Entre estes, aqueles que foram identificados com mais frequência nas publicações incluem, molestar e estuprador (54%), já os termos menos identificados foram criminosos *hands on* e criminosos *hands off* (2%).

Este estudo de revisão de literatura identificou um conjunto de características biopsicossociais dos autores de agressão sexual representados na literatura. A identificação dessas características ocorreu a partir da análise do conteúdo das publicações que demonstraram em seus resultados a população estudada de acordo com o contexto em que ocorreu a agressão sexual. As diferenças entre as características biológicas, psicológicas e sociais identificadas nas publicações estão demonstradas na Tabelas 5, 6 e 7.

Tabela 5. Diferenças entre as Características Biológicas dos Autores de Agressão Sexual

Contexto Intrafamiliar	Contexto Extrafamiliar	Autores das publicações
Mais velhos	Mais jovens	Lussier, Bouchard e Beauregard (2011), Mair (1993), Rebocho e Gonçalves (2012), Rice e Harris (2002).
No instrumento que mediu excitação sexual (Plethysmographic) demonstraram excitação elevada por meninas de 9 anos de idade, com força de resposta baixa por meninas de 13 anos, seguida de um gradual aumento da excitação por mulheres com idades mais elevadas.	No instrumento que mediu excitação sexual (Plethysmographic) demonstraram maior excitação por adolescentes e adultos e menos excitação por púberes.	Marshall, Barbaree e Christophe (1986).

Tabela 6. Diferenças entre as Características Psicológicas dos Autores de Agressão Sexual

Contexto Intrafamiliar	Contexto Extrafamiliar	Autores das publicações
Bem sucedidos na estratégia de manter vítimas únicas que podem ser repetidamente revitimizadas.	Bem sucedidos na estratégia de completar as agressões sexuais em múltiplas vítimas.	Lussier, Bouchard e Beauregard (2011), Mair (1993).
Mais produtivos na conquista das vítimas.	Menos produtivos na conquista das vítimas.	Lussier, Bouchard e Beauregard (2011), Mair (1993).
Maior capacidade de retardar a descoberta da agressão.	Menor capacidade de retardar a descoberta da agressão.	Lussier, Bouchard e Beauregard (2011), Mair (1993).
Premeditaram cuidadosamente a agressão.	Pouca preocupação com premeditação da agressão.	Lussier, Bouchard e Beauregard (2011), Mair (1993).
Maior probabilidade de aceitar tratamento referente ao crime sexual.	Menor probabilidade de aceitar tratamento referente ao crime sexual.	Titcomb, Delahunty e Puiseau (2012).
Mais prováveis de possuir características de comportamento do <i>modus operandi</i> manipulador.	Mais prováveis de possuir características de comportamento do <i>modus operandi</i> coercitivo.	Rebocho & Gonçalves (2012)
Menos prováveis de sofrer transtornos de personalidade.	Mais prováveis de sofrer transtornos de personalidade.	Rebocho & Gonçalves (2012)
Menos prováveis de se expor a riscos elevados de apreensão.	Mais prováveis de se expor a riscos elevados de apreensão.	Rebocho & Gonçalves (2012)

Contexto Intrafamiliar	Contexto Extrafamiliar	Autores das publicações
Aqueles que relataram serem incapazes de viver perto de sua família, após a desoberta do crime sexual, apresentaram níveis mais elevados de depressão (Beck Depression Inventory - II - BDI-II) e desesperança (Beck Hopelessness Scale - BHS) do que aqueles que relatam ter a capacidade de viver perto da família.	Aqueles que relataram incapacidade de encontrar lugares acessíveis para viver, após a desoberta do crime sexual, perto de escolas, pontos de ônibus ou parques apresentaram elevados níveis de depressão (Beck Depression Inventory - II - BDI-II) e desesperança (Beck Hopelessness Scale - BHS) do que aqueles que não relataram esta situação.	Jeglic, Mercado e Levenson (2012).
Maior afeto positivo, sensação de alegria, estado de alerta, energia, entusiasmo e autoconfiança.	Maior afeto negativo, irritabilidade, angústia e hostilidade.	Carvalho e Nobre (2013)
Utilização de persuasão e suborno para assegurar a continuidade das agressões.	Utilização de força física e armas para assegurar a continuidade das agressões.	Elilott e Kilcoyne (1995).
Não sequestram suas vítimas.	Podem sequestrar as vítimas.	Elilott e Kilcoyne (1995).

Tabela 7. Diferenças entre as Características Sociais dos Autores de Agressão Sexual

Contexto Intrafamiliar	Contexto Extrafamiliar	Autores das publicações
Baixo risco para reincidência.	Alto risco para reincidência.	Mailloux, Abracen, Serin, Cousineau, Malcolm e Looman (2003).
Menor reincidência quando o autor da agressão foi só de menino ou só de meninas.	Maior reincidência quando o autor da agressão foi só de menino ou só de meninas.	Langevin e Curnoe (2012).
Quando eram autores de agressão de ambos (meninos e meninas) tiveram o maior percentual de reincidência.	Quando eram autores de agressão de ambos (meninos e meninas) tiveram o menor percentual de reincidência.	
Mais ajustamento social.	Menos ajustamento social.	Rice e Harris (2002).
Menos violentos com as vítimas.	Mais violentos com as vítimas.	Rice e Harris (2002).
Menos problemas com drogas.	Mais problemas com drogas.	Rice e Harris (2002).
Menos problemas graves de saúde.	Mais problemas graves de saúde.	Rice e Harris (2002).
Menos condutas antissociais e menos condenações por crimes violentos.	Mais condutas antissociais e mais condenações por crimes violento.	Rice e Harris (2002), Mailloux, Abracen, Serin, Cousineau, Malcolm e Looman (2003).
Comportamento sexual menos desviante.	Comportamento sexual mais desviante.	Rice e Harris (2002).
Mais problemas com bebida alcoólica.	Menos problemas com bebida alcoólica.	Tewksbury, Jennings e Zgoba (2012)
Menos prováveis de cometer outros crimes além dos crimes sexuais.	Mais prováveis de cometer outros crimes além dos crimes sexuais.	
Relataram mais abuso sexual na infância.	Relataram menos abuso sexual na infância.	Simons, Wurtele e Durham (2008), Tardif, Auclair, Jacob e Carpentier (2005).

Contexto Intrafamiliar	Contexto Extrafamiliar	Autores das publicações
Relataram experiências menos frequentes de abuso físico	Relataram experiências mais frequentes de abuso físico.	Simons, Wurtele e Durham (2008).
Mais exposição precoce à pornografia (antes da idade de 10)	Menos exposição precoce à pornografia (antes da idade de 10).	Simons, Wurtele e Durham (2008).
Início mais precoce da masturbação (antes dos 11 anos).	Início menos precoce da masturbação (depois dos 11 anos).	Simons, Wurtele e Durham (2008).
Relataram atividades sexuais com animais.	Relataram crueldade com animais.	Simons, Wurtele e Durham (2008).
Relataram ter mantido vínculo de ansiedade com os pais na infância.	Relataram evitar vínculos parentais na infância.	Simons, Wurtele e Durham (2008).
Idade média que começaram a praticar agressão sexual foi de 14 anos.	Idade média de início da agressão sexual foi de 16 anos.	Simons, Wurtele e Durham (2008).
Relataram mais tentativa de estupro e penetração digital.	Relataram mais estupro vaginal, anal e sexo oral.	Morgan, Brittain e Welch (2012).
Relataram maior variedade de experiências heterossexuais quando não eram padres.	Relataram menor variedade de experiências heterossexuais quando eram padres.	Haywood, Kravitz, Grossman, Wasyliw, e Hardy (1996), Haywood, Kravitz, Wasyliw, Goldberg, e Cavanaugh (1996).

Analisando os dados da literatura revisada, observou-se que, no contexto intrafamiliar, os autores da agressão geralmente são parentes próximos das vítimas, com quem, muitas vezes, possuíam convívio diário. Nesse contexto, os autores da agressão na maioria das vezes tinham um número pequeno de vítimas, mas que eram repetidamente revitimizadas. Eles aceitaram com maior probabilidade iniciar um tratamento para evitar a reincidência desse tipo de comportamento sexual. Os resultados obtidos com esses tratamentos relatados na literatura reforçam a ideia de que esses autores de agressão sexual tendem a apresentar baixo risco de reincidência após o término do tratamento.

Os autores de agressão sexual do contexto intrafamiliar relatam ter sofrido agressão sexual na infância, apresentaram menor probabilidade de cometer outros crimes além dos de natureza sexual, e foram considerados menos violentos pelo fato de pouco utilizarem coerção física na agressão sexual das vítimas. Em sua maioria, manifestavam um comportamento considerado manipulador e cauteloso. Logo, verificou-se que a sua exposição a riscos elevados de apreensão foi considerada como pouco provável de ocorrer nesse contexto. Diferente daqueles do contexto extrafamiliar que relataram ter sofrido mais agressão física na infância, apresentaram maior probabilidade de cometer outros crimes além dos de natureza sexual, e foram considerados mais violentos pelo fato de utilizarem coerção física na agressão sexual contra as vítimas.

Além das diferenças encontradas entre a população estudada também foram identificadas algumas semelhanças nessa população, as quais são demonstradas na Tabela 8.

Tabela 8. Semelhanças entre as Características Biopsicossociais dos Autores de Agressão Sexual

	Contexto Intrafamiliar e Extrafamiliar	Autores das Publicações
Biológica	- Preferência pelo sexo feminino	Hoke, McGrath e Vojtisek (1998).
	- Não houve diferença entre os autores dos dois contextos na resposta subjetiva média para as imagens de adultos para o instrumento que mediu excitação fisiológica (CAT – 200- Plethysmograph /pletismografia peniana).	Haywood, Grossman e Cavanaugh (1990).
Psicológica	- Não houve diferença entre os autores de agressão sexual na escala (Psychopathy Checklist Revised - PCL-R), que caracterizou os participantes do estudo pela superficialidade, falsidade, insensibilidade, crueldade, ausência de afeto, remorso e culpa.	Sanfelice e De Antoni (2010).
Social	- Relatos de exposição frequente à violência na mídia durante a infância e laços de apego inseguro com os pais.	Simons, Wurtele e Durham (2008)
	- Não possuíam noção clara sobre o significado do termo sexualidade.	Sanfelice e De Antoni (2010).

Identificou-se poucas semelhanças entre os autores de agressão sexual do contexto intrafamiliar e extrafamiliar. A Tabela 9 demonstra as características das agressões sexuais e as características das vítimas.

Tabela 9: Características da Agressão Sexual e das Vítimas

	Contexto Intrafamiliar	Contexto Extrafamiliar	Autores das Publicações
Agressão	<p>Longo período de duração sem detecção.</p> <p>Tempo médio entre o início da agressão sexual e a punição do autor é alto.</p> <p>Ocorreu em locais em que os autores possuíam grande quantidade de controle, como suas residências e locais de trabalho.</p> <p>Menor reincidência.</p>	<p>Curto período de duração, geralmente uma agressão por vítima.</p> <p>Tempo médio entre o início da agressão sexual e a punição do autor é baixo.</p> <p>Ocorreu nas residências dos autores, em veículos e em locais onde as vítimas estavam propensas a ir como escolas, parques e praças.</p> <p>Maior reincidência.</p>	<p>Lussier, Bouchard e Beauregard (2011)</p> <p>Elilott & Kilcoyne (1995), Rebocho & Gonçalves (2012).</p> <p>Hoke, McGrath e Vojtisek (1998), Rice e Harris (2002), Titcomb, Delahunty & Puiseau (2012).</p>
Vítimas	<p>Menor quantidade de vítimas</p> <p>Conhecidas dos autores da agressão, que em geral são seus familiares.</p> <p>Vítimas mais jovens.</p> <p>Possuíam baixa auto-estima, inseguras e que necessitavam de atenção.</p>	<p>Maior quantidade de vítimas</p> <p>Podem ser estranhas, mas também podem ser conhecidas dos autores da agressão.</p> <p>Vítimas mais velhas.</p> <p>Foram escolhidas por sua maneira de vestir (vestidos, mini-saias) e por características físicas (crianças consideradas bonitas).</p>	<p>Haywood, Kravitz & Grossman (1996).</p> <p>Mailloux, Abracen, Serin, Cousineau, Malcolm e Looman (2003), Morgan, Brittain, Welch (2012), Rebocho e Gonçalves (2012), Tardif, Auclair, Jacob e Carpentier (2005).</p> <p>Titcomb, Delahunty e Puiseau (2012), Haywood, Kravitz & Grossman (1996).</p> <p>Elilott e Kilcoyne (1995).</p>

No que se referem às características da agressão e das vítimas identificadas nos dois contextos estudados, observou-se que a agressão no contexto intrafamiliar foi praticada por longo período de tempo por parentes próximos. No contexto extrafamiliar, essa agressão teve curto período de tempo e foi praticada, principalmente, por pessoas estranhas. As vítimas do contexto intrafamiliar estavam, em sua maioria, na faixa etária de zero a doze anos, sendo elas principalmente do sexo feminino.

No contexto extrafamiliar as vítimas foram identificadas, em sua maioria, como estranhas para o autor da agressão. Em geral, as vítimas do contexto extrafamiliar foram obrigadas a praticar relações sexuais por meio de coerção e eram mais velhas do que as vítimas do contexto intrafamiliar, porém assim como no contexto intrafamiliar, pertenciam principalmente ao sexo feminino.

Este estudo de revisão utilizou como referencial teórico para análise e discussão dos resultados o Modelo Bioecológico de Desenvolvimento Humano. Esse modelo considera o desenvolvimento como uma função articulada da pessoa com o ambiente, em um processo constante de continuidades e mudanças em suas características biopsicossociais. Então, as características bioecológicas identificadas nas publicações deste estudo foram analisadas por meio das relações estabelecidas entre os processos de desenvolvimento dos autores de agressão sexual e seus contextos, sendo estes mediados pelo tempo. Isso porque as características da pessoa sofrem continuidades e mudanças no decorrer do tempo, assim como elas se desenvolvem no ambiente físico e social, não sendo elas dimensões fixas.

Discussão

Os artigos internacionais publicados no idioma inglês predominaram neste estudo de revisão de literatura. Nas buscas a esses artigos foi encontrado um número elevado de publicações relacionadas às vítimas de agressão sexual (225), o que correspondeu a 24% do total de publicações descartadas. Então, constatou-se que as publicações sobre autores de agressão sexual de crianças e adolescentes em âmbito nacional ainda são escassas, uma vez que o interesse em estudar esta temática é relativamente recente.

Segundo Esber (2008), no âmbito internacional, o interesse em estudar os autores de agressão sexual de crianças e adolescentes teve início nas décadas de 1950 e 1960, com os estudos de Ellis, Doorbar e Johnston (1954) e de Cowen e Strickler (1963). No âmbito nacional, o interesse em estudar esse tema surgiu no meio acadêmico em meados dos anos de 1990. Contudo, Ferrari e Vecina (2002) afirmam que os estudos desse tema no Brasil podem ter começado mais cedo, na verdade, a partir da década de 1980.

A quantidade de artigos encontrados referente ao período de 1983 a 2013, neste estudo de revisão, demonstrou que ocorreu um crescimento no número de publicações sobre o tema em questão com o passar dos anos, principalmente, em âmbito internacional. Entre os estudos selecionados predominou a abordagem quantitativa em 88% dos estudos. De acordo com Cozby (2014), por meio desse tipo de abordagem, é possível submeter os dados à análise estatística, pois são atribuídos valores numéricos aos dados coletados. Neste estudo de revisão, observou-se que os dados quantificados se referiam, principalmente, à fisiologia da população estudada, à reincidência do comportamento de agressão sexual e aos fatores de risco para ocorrência de agressão sexual.

No que se refere à classificação dos procedimentos e técnicas utilizados nas pesquisas, o levantamento foi predominante em 68% dos estudos. Nesse tipo de procedimento, solicita-se às pessoas que participam das pesquisas que forneçam

informações sobre si mesmas. Segundo Cozby (2014), existem duas maneiras de aplicar levantamentos de pesquisa: a primeira maneira é por meio de questionários, em que a população estudada, após a leitura das questões, indica suas respostas, e estes instrumentos podem ser aplicados em grupos, via correio e até mesmo via internet; a segunda maneira é por meio de entrevista que é uma interação verbal pessoal em que o entrevistador deve formular perguntas e registrar as respostas do entrevistado, e este contato pode ser face a face, por telefone e com grupos focais.

Tanto questionários quanto entrevistas são técnicas de pesquisa consideradas pouco onerosas e de fácil aplicação. Elas podem se configurar como adequadas para pesquisas com autores de agressão sexual de crianças e adolescentes, pois os estudos existentes sobre essa população, em sua maioria, são realizados com condenados presos, e pelo fato de estarem sob a responsabilidade de um sistema prisional, os trâmites burocráticos para ter acesso a essa população são complexos e o período de tempo permitido para realizar as pesquisas costuma ser curto. Em resumo, trata-se de uma população de difícil acesso e que exige para sua participação em pesquisas a utilização de técnicas apropriadas às suas características pessoais e do ambiente onde estão presentes.

Neste estudo de revisão, 84% das publicações selecionadas possuíam em suas amostras condenados presos. Burn e Brown (2005) afirmam que existe certa dificuldade em conseguir amostras para realização de pesquisas sobre os autores de agressão sexual, por isso a maioria dos estudos referentes a esse tema é realizada com indivíduos encarcerados. Para esses autores, esse fato significa que os pesquisadores lidam apenas com uma determinada parcela dessa população, ou seja, aqueles que são julgados e sentenciados à prisão, que certamente não representam a sua totalidade.

De acordo com Burn e Brown (2005), existem evidências empíricas suficientes de que a agressão sexual infantil é praticada de forma predominante por homens,

independente do contexto onde ocorre e do sexo das vítimas agredidas. As publicações selecionadas nesta revisão demonstraram que a maioria das pessoas que praticou algum ato de agressão sexual pertencia ao sexo masculino (93%). Segundo Sattler (2011) mulheres também praticam agressão sexual, porém em menor proporção que os homens, segundo este autor ainda não há estatísticas precisas disponíveis sobre agressão sexual cometido por mulheres.

Presume-se que, independente do sexo da pessoa, é importante obter informações sobre o percurso desenvolvimental daqueles que se tornaram autores de agressão sexual de crianças e adolescentes, principalmente por meio de estudos longitudinais, pois essas informações são essenciais para a compreensão das características que foram desenvolvidas por essas pessoas em suas interações com os diversos ambientes dos quais participou de forma ativa, influenciando e sendo influenciada (Bronfenbrenner, 1996). Então, partindo do pressuposto de que as características biopsicossociais, são produtoras e produtos de relações estabelecidas com outras em dado contexto, considera-se que ninguém nasce autor de agressão sexual, mas a pessoa pode tornar-se um em função de suas características desenvolvidas nas interações estabelecidas nos ambientes em que atuaram e também por diversos fatores, entre eles, fatores de risco para o desenvolvimento, que são condições ambientais ou situações não favoráveis para o desenvolvimento.

O estudo de revisão sistemática de literatura realizado por Souto et al. (2010), identificou estudos que revelaram que agressão sexual na infância pode ser um fator de risco para psicopatias, dependência química, suicídio, além de vitimização sexual na idade adulta. Entre as publicações analisadas no presente estudo, identificou-se que, em 51% delas os participantes relataram ter sofrido algum tipo de agressão sexual na infância, sendo que quando este ocorreu no contexto intrafamiliar os autores foram parentes próximos, e no contexto extrafamiliar eram pessoas estranhas ou conhecidas de suas

famílias. A exposição ao uso abusivo de bebidas alcóolicas e ao consumo de drogas ilícitas foi o fator de risco mais frequentemente identificado depois da agressão sexual na infância.

No estudo sobre fatores de risco dos autores Simons, Wurtele e Durham (2008), constatou-se que, em uma amostra de 337 autores de agressão sexual de crianças, 73% afirmaram ter sofrido agressão sexual na infância. Neste estudo, constatou-se também que autores de agressão sexual do contexto intrafamiliar sofreram mais agressão sexual na infância do que aqueles do contexto extrafamiliar, que sofreram mais violência física. Estes dados estão em consonância com os resultados encontrados neste estudo de revisão, que mostra que nos anos iniciais da vida os autores da agressão no contexto intrafamiliar sofreram mais violência sexual, enquanto que os do contexto extrafamiliar mais violência física.

Saber qual o vínculo entre o autor da agressão sexual e a vítima e também o contexto em que ocorreu essa agressão é relevante, pois esta informação associada a outras mais retrospectivas, como exposição a fatores de risco na infância, ocorrências de psicopatologias, envolvimento em outras práticas criminais, comportamentos considerados estereotipados, crenças e valores pode contribuir com a elaboração do perfil dos autores deste tipo de agressão.

Nos estudos analisados identificaram-se ligações importantes entre os autores de agressão sexual e vítimas e os contextos onde ocorreram essas agressões. No contexto intrafamiliar, as maiores frequências ocorreram nos casos em que os autores da agressão sexual foram o pai ou o padrasto. No contexto extrafamiliar as maiores frequências identificadas referiam-se, principalmente a pessoas desconhecidas para às vítimas. Nesse sentido é possível afirmar que se faz necessário políticas de proteção à família no contexto intrafamiliar e políticas protetivas no contexto extrafamiliar referente aos espaços públicos (ruas, praças, parques) e instituições (escolas).

Neste estudo de revisão, observou-se que na maioria das publicações analisadas (84%) havia vítimas dos sexos feminino e masculino, porém tanto no contexto intrafamiliar quanto no extrafamiliar elas eram predominantemente do sexo feminino. Ou seja, apesar da presença de vítimas de ambos os sexos, o número de vítimas do sexo masculino apresentados era sempre menor do que o número delas do sexo feminino, (Blasko, Jeglic, & Mercado, 2011; Butler, Delahunty, & Lulham, 2012; Lambie & Stewart, 2012).

A menor quantidade de vítimas do sexo masculino nos estudos sobre agressão sexual pode estar relacionada aos estereótipos sexuais presentes nas sociedades, que podem levar crianças e adolescentes do sexo masculino a considerar que a manutenção de relações sexuais com os adultos, especialmente com mulheres seja uma forma de demonstrar masculinidade, uma vez que existem cobranças sociais em relação ao sexo masculino que carregam estereótipos sobre os papéis que devem desempenhar socialmente.

Segundo Stoltenborgh, IJzendoorn, Euser e Kranenburg (2011), a menor prevalência de vítimas do sexo masculino, nos casos de agressão sexual contra crianças e adolescentes, pode estar relacionada ao fato de realmente o sexo feminino sofrer mais esse tipo de agressão. E também pela atitude do sexo masculino em não admitir ter sofrido esse tipo de agressão, isto pode ocorrer pelo medo de serem interpretados socialmente como fracos, uma vez que tradicionalmente nas sociedades os homens são considerados agressores e não vítimas da agressão em questão, além disso, pode existir entre o sexo masculino o medo do rótulo de homossexual. As questões de gênero ainda são marcadas pelo patriarcalismo que gera uma cultura diferenciada para homens e mulheres operando de forma diferente para cada gênero.

Agressões sexuais contra crianças e adolescentes, independente do sexo das vítimas, podem ter um longo período de tempo ou um curto período. No presente estudo, no que se

refere ao tempo de duração das agressões sexuais ocorridas no contexto intrafamiliar, constatou-se que tiveram um longo período de duração e o tempo entre o início da agressão sexual e a punição do autor era alto. Essas agressões eram praticadas com vítimas conhecidas, em locais em que o autor dessa agressão possuía grande quantidade de controle, como suas residências e locais de trabalho. Diferente das agressões sexuais ocorridas no contexto extrafamiliar, que foram identificadas em um curto período de duração, o tempo entre o início da agressão sexual e a punição do autor era baixo. Essas agressões eram praticadas em vários locais entre eles a residência dos autores, veículos e locais onde as vítimas estavam propensas a ir como escolas, parques e praças.

Além do tempo e local de ocorrência das agressões sexuais contra crianças e adolescentes foi possível identificar também que os autores de agressão sexual são nomeados na literatura por uma diversidade de termos, sendo os mais utilizados molestatador e estuprador, que ocorreram em 54% das publicações analisadas. Os termos menos encontrados foram criminosos *hands on* e criminosos *hands off* (2%).

Segundo Tewksbury, Jennings e Zgoba (2012); Prentky, Lee, Knight e Cerce (1997) e Mair (1993), o termo molestatador se refere às pessoas que agredem sexualmente vítimas com idade abaixo de 16 anos e estuprador refere-se às pessoas que agredem sexualmente vítimas com 16 anos ou mais. Diferentemente de Rebocho e Gonçalves (2012), para os quais o termo molestatador refere-se à pessoa que agride sexualmente vítimas com idade abaixo de 14 anos, e o termo estuprador à pessoa que agride sexualmente vítimas com 14 anos ou mais. Desse modo, percebe-se que o termo molestatador e estuprador, nas publicações internacionais, estão relacionados à idade das vítimas.

Observou-se que, neste estudo de revisão de literatura, nas publicações internacionais selecionadas o termo molestatador esteve relacionado aos autores de agressão sexual do contexto intrafamiliar e no contexto extrafamiliar o termo mais utilizado foi

estuprador. Nele, apenas um artigo nacional foi selecionado, o qual utilizou o termo abusador sexual para se referir aos autores de agressão sexual de crianças e adolescentes.

Quanto aos termos criminosos *hands on* e *hands off*, Carlstedt (2012) e Mair (1993), afirmam que o termo criminoso *hands on* se refere aos autores de agressão sexual que praticam atos sexuais com contato físico como: carícias, sexo oral, vaginal ou anal e criminoso *hands off*, refere-se a atos sexuais sem contato físico como: assédio, voyeurismo e exibicionismo. O estudo de Mair (1993) demonstrou com seus resultados que, no contexto intrafamiliar, os autores da agressão agiram por considerável período de tempo, por meio de atos sexuais *hands off*, muitas vezes com a mesma vítima, e que houve provavelmente uma progressão desta forma de agressão para os atos sexuais *hands on* com o passar do tempo. No contexto extrafamiliar, o estudo de Mair (1993), demonstrou que os autores da agressão sexual apresentaram o padrão de cometer uma agressão por vítima, com atos sexuais *hands on*. Neste estudo, os autores de agressão sexual do contexto extrafamiliar possuíam mais condenações anteriores por outros crimes do que aqueles do contexto intrafamiliar. Esses resultados estão de acordo com os resultados encontrados neste estudo de revisão.

De acordo com os resultados obtidos neste estudo de revisão, supõe-se que, diferente dos autores de agressão sexual do contexto extrafamiliar, a maioria das pessoas que se tornaram autoras de agressão sexual no contexto intrafamiliar, desenvolveu-se de modo considerado normal para os padrões estabelecidos socialmente, uma vez que desempenham suas atividades (tarefas) e diferentes papéis sociais (mãe, pai, padrasto, filho), por meio de interações sociais consideradas satisfatórias. Também presume-se que as características desenvolvidas por essas pessoas durante o seu percurso desenvolvimental as levaram a premeditar suas atitudes e a serem manipuladoras e persuasivas. A possibilidade de sofrer agressão sexual na infância, por algum período de tempo não pode ser secundarizada,

ressalta-se que, nas publicações analisadas, houveram participantes das amostras que afirmaram ter sofrido agressão sexual na infância, porém os autores dos artigos analisados consideraram não ser este um fator determinante para alguém tornar-se um autor de agressão sexual (Simons, Wurtele, & Durham, 2008; Tardif, Auclair, Jacob, & Carpentier, 2005).

Levando em consideração as características identificadas entre os autores de agressão sexual do contexto extrafamiliar, observa-se que a maioria das pessoas que se tornaram autoras de agressão sexual nesse contexto desenvolveu-se de maneira considerada pouco comum para os padrões estabelecidos socialmente. Pelos estudos analisados (Rice & Harris, 2002; Mailloux, Abracen, Serin, Cousineau, Malcolm, & Looman, 2003), essas pessoas frequentemente foram consideradas menos ajustadas socialmente, mais violentas com as vítimas, além de apresentar mais condenações por crimes violentos de alto risco, mais problemas com drogas e mais condutas antissociais, e serem consideradas de alto risco para reincidência da agressão sexual.

Resumindo, pode-se acrescentar que essas pessoas não desempenhavam atividades e papéis sociais de modo satisfatório nos diversos ambientes em que estabeleciam interações sociais, como aponta a literatura (Jeglic, Mercado, & Levenson, 2012; Rice & Harris, 2002; Mailloux, Abracen, Serin, Cousineau, Malcolm, & Looman, 2003; Tewksbury, Jennings, & Zgoba, 2012). Presume-se, ainda, que as características desenvolvidas por essas pessoas durante o seu percurso desenvolvimental as conduziram a utilizar a coerção e outras formas de violência com frequência. A possibilidade de ter sofrido agressão física na infância, por um período de tempo prolongado, pode ter contribuído para que os autores de agressão sexual de crianças e adolescentes do contexto extrafamiliar viessem a reproduzir esse tipo de comportamento com suas vítimas.

Acredita-se que os conhecimentos produzidos neste estudo de revisão podem contribuir com a elaboração de hipóteses explicativas sobre como ocorreu o processo de desenvolvimento dos autores de agressão sexual. Esses conhecimentos também podem apontar novos questionamentos para realização de outras pesquisas. Mais estudos sobre a temática estudada, ainda precisam ser elaborados, para o melhor conhecimento do perfil das pessoas que praticam agressão sexual contra crianças e adolescentes no contexto intrafamiliar e extrafamiliar.

Considerações Finais

As investigações científicas possibilitam, além de novas descobertas, a maior visibilidade dos temas pesquisados, principalmente quando estes são cercados de preconceitos e tabus, que é o caso dos temas que envolvem questões de cunho sexual. No decorrer da realização deste estudo foi possível perceber a necessidade de mais pesquisas científicas, principalmente, nacionais sobre autores de agressão sexual do contexto intrafamiliar e extrafamiliar, devido à escassez de dados, sobretudo que levem em consideração a realidade socioeconômica e cultural dessa população.

Verificou-se essa falta de dados neste estudo de revisão em relação a vários fatores, entre eles, a incidência e prevalência da agressão sexual contra crianças e adolescentes de acordo com os contextos em que ocorrem, os desdobramentos legais a partir das denúncias, as consequências ocorridas no ciclo de vida dos autores de agressão sexual após a condenação, entre outros. Quanto mais dados estiverem disponíveis, mais elementos para elaboração de novos questionamentos podem permitir a revelação de fatores, ambientais e comportamentais, que envolvem a ocorrência da agressão sexual contra crianças e adolescentes no contexto intrafamiliar e extrafamiliar.

Neste estudo de revisão, entre as publicações selecionadas houve apenas um artigo no idioma português, e todos os outros artigos eram no idioma inglês, sendo o objeto de estudo mais investigado a reincidência nessa forma de comportamento. Observou-se na literatura internacional analisada que os autores de agressão sexual do contexto intrafamiliar, apesar de praticarem esse tipo de agressão, em geral, contra vítimas únicas por um longo período de tempo, eram menos prováveis de possuir histórico referente a outros crimes. Ao contrário dos autores de agressão sexual do contexto extrafamiliar que ofendiam diversas vítimas, mas, em geral, praticavam um episódio com elas. Isto pode estar relacionado ao fato de que esses autores possuíam um número maior de vítimas. No contexto extrafamiliar os autores de agressão, contudo, eram mais prováveis de possuir histórico referente a outros crimes.

Os resultados encontrados neste estudo de revisão sistemática de literatura seriam encontrados em âmbito nacional em estudos empíricos? Esse questionamento é pertinente, visto que apenas um artigo deste estudo de revisão pertencia ao âmbito nacional. Somente a realização de mais pesquisas científicas, neste âmbito, possibilitará comparações com as pesquisas internacionais referentes aos autores de agressão sexual.

Entre a literatura selecionada neste estudo, 68% do total, utilizou como procedimento de coleta de dados o levantamento, onde se solicita que os participantes das pesquisas falem de si mesmos. O fato dos estudos serem realizados com encarcerados pode comprometer sua confiabilidade? Visto que a maioria dos participantes das amostras negou a autoria da agressão sexual e culpou outras pessoas pelo fato de estarem presos, inclusive as próprias vítimas. O autorrelato deles pode ser considerado confiável?

Obter conhecimentos sobre o perfil dos autores de agressão sexual de crianças e adolescentes dos contextos, intrafamiliar e extrafamiliar, é importante socialmente, uma vez que esses conhecimentos possibilitam a elaboração de programas específicos de

intervenção e até mesmo de tratamento desses autores de agressão. Esses conhecimentos também são importantes porque podem auxiliar profissionais de diversas áreas (educação, jurídica, social) em suas atuações profissionais no atendimento às famílias com suspeita ou confirmação de ocorrência de agressão sexual.

Neste estudo, a utilização do Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano, como referencial teórico permitiu analisar o desenvolvimento dos autores de agressão sexual do contexto intrafamiliar e extrafamiliar, por meio das características biopsicossociais da pessoa em desenvolvimento. Os processos desenvolvimentais da população estudada podem variar como função conjunta das características de suas características e do ambiente no decorrer do tempo e tiveram como um de seus resultados o comportamento de agredir sexualmente crianças e adolescentes.

No contexto intrafamiliar, de acordo com a frequência em que foi identificada nos artigos, predominaram as combinações de sofrer agressão sexual na infância, comportamento manipulador e conhecer as vítimas, os autores de agressão sexual eram principalmente parentes. No contexto extrafamiliar as combinações predominantes foram: sofrer agressão física na infância, comportamento coercitivo e, principalmente ser desconhecido para as vítimas, mas também podiam ser conhecidos como amigos da família ou vizinhos.

Os resultados deste estudo de revisão podem contribuir para formulação de estratégias de prevenção das distintas formas de agressão sexual nos contextos intrafamiliar e extrafamiliar. Nele, procurou-se demonstrar que na maneira de agir, no sentido de concretizar a agressão sexual contra crianças e adolescentes, existiram mais diferenças que semelhanças entre os autores da agressão no contexto intrafamiliar e extrafamiliar.

Referências¹

- Aded, N. L. O., Dalcin, B. L. G. S., Moraes, T.M., & Cavalcanti, M. T. (2006). *Abuso sexual em crianças e adolescentes: revisão de 100 anos de literatura*. Rev. Psiq. Clín. 33 (4); 204-213. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rpc/v33n4/a05v33n4.pdf>
- Azevedo, R. S. (2010). *Sobrecarga do cuidador informal da pessoa idosa frágil: uma revisão sistemática* (Dissertação de Mestrado não publicada). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. Disponível em: http://www.livrosgratis.com.br/arquivos_livros/cp154195.pdf
- Bronfenbrenner, U. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano: Experimentos naturais e planejados*. Porto Alegre: Artmed.
- Bronfenbrenner, U. (2011). *Bioecologia do Desenvolvimento humano: Tornando os seres humanos mais humanos*. Porto Alegre: Artmed.
- Burn, M.F., & Brown, S. (2005). *A review of cognitive distortions in child sex offenders: An examination of the motivations and mechanisms that underlie the justification for abuse*. Aggression and Violent Behavior. Vol. 11. pp. 225–236. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1359178905000595>
- Carlstedt, A. (2012). *Child Sexual Abuse: Crimes, Victims, Offender Characteristics, and Recidivism*. Institute of Neuroscience and Physiology Sahlgrenska Academy at University of Gothenburg. Disponível em: https://gupea.ub.gu.se/bitstream/2077/29705/1/gupea_2077_29705_1.pdf
- *Carvalho, J., & Nobre, P. (2013). *Dynamic factors of sexual aggression: the role of affect and impulsiveness*. Criminal Justice and Behavior, Vol. 40, N. 4, pp. 376-387. DOI: 10.1177/0093854812451682
- Cerqueira, D., & Coelho, D.S.C. (2014). *Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da saúde. Nota Técnica*. IPEA. Brasília. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/140327_notatecnica_diest11.pdf
- Cowen, E. L., & Strickler, G. (1963). *The social desirability of trait descriptive terms: a sample of sexual offenders*. The Journal of Social Psychology, Vol. 59, No. 2, pp. 307-315, 1963. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00224545.1963.9919436#>

¹ Todas as referências com (*) fizeram parte da Revisão Sistemática da Literatura e foram pesquisadas no site: <http://www.periodicos.capes.gov>

- Cozby, P.C. (2014). *Métodos de Pesquisa em Ciências do Comportamento*. São Paulo: Atlas.
- *Elliott, M., Browne, K., & Kilcoyne, J. (1995). *Child sexual abuse prevention: what offenders tell us*. *Child Abuse & Neglect*, Vol. 19, No. 5. pp. 579-594.
- Ellis, A., Doorbar, R. R & Johnston, R. (1954). *Characteristics of convicted sex offenders*. *The Journal of Social Psychology*. Vol. 40, No. 1, pp. 3-15. Disponível em: http://www.researchgate.net/publication/254348290_Characteristics_of_Convicted_Sex_Offenders
- Esber, K. M. (2008). *Autores de violência sexual contra crianças e adolescentes: um estudo a partir da teoria sócio-histórica*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Católica - Goiânia. Disponível em: http://tede.biblioteca.ucg.br/tde_arquivos/11/TDE-2008-07-18T063119Z467/Publico/Karen%20Michel%20Esber.pdf
- Ferrari, D. C. A., & Vecina. (2002). *O fim do silêncio na violência familiar: teoria e prática* (Trabalho de Conclusão de Curso). São Paulo: Ágora.
- Ferreira, T.D., Silveira-Lacerda, E. P., & García-Zapata, M. T. A. (2014). *Genetic counseling for individuals with hemoglobin disorders and for their relatives: a systematic literature review*. *Rev. Esc. Enferm. USP*. 48 (5): pp. 927 – 933. DOI: 10.1590/S0080-623420140000500021
- *Hall, G. C. N., Maiuro, R. D. M., Vitaliano, P. P., & Proctor, W. C. (1986). *The Utility of the MMPI With Men Who Have Sexually Assaulted Children*. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*. Vol. 54, No. 4, pp.493-496.
- *Haywood, L. Grossman., & J. Cavanaugh. (1990). *Subjective Versus Objective Measurements of Deviant Sexual Arousal in Clinical Evaluations of Alleged Child Molesters*. *Psychological Assessment*. Vol. 2, No. 3, pp.269-275.
- *Haywood, T. W., Kravitz, H.M., Grossman, L. S., Wasyliv, O. E & Hardy, D. W. (1996). *Psychological aspects of sexual functioning among cleric and noncleric alleged sex offenders*. *Child Abuse & Neglect*, Vol. 20, No. 6, pp. 527-536.
- *Haywood, T.W., Kravitz, H. M., Wasyliv, O. E., Goldberg, J., & Cavanaugh, J. L. (1996). *Cycle of abuse and psychopathology in cleric and noncleric molesters of children and adolescents*. *Child Abuse & Neglect*, Vol. 20, No. 12, pp. 1233-1243.
- Hohendorff, J. V., Habigzang, L. F., & Koller, S. H. (2012). *Violência sexual contra meninos: dados epidemiológicos, características e consequências*. *Psicologia: USP, S.P.* 23(2), pp. 395-415. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pusp/v23n2/aop0712.pdf>

- *Hoke, S. E., McGrath, R. J., & Vojtisek, J. E. (1998). *Cognitive-behavioral treatment of sex offenders: a treatment comparison and long-term follow-up study*. *Criminal Justice and Behavior*, 25, 2: p. 203.
<http://cjb-sagepub-com.ez3.periodicos.capes.gov.br/>
- *Jeglic, E. L., Mercado, C.C., & Levenson, J. S. (2012). *The prevalence and correlates of depression and hopelessness among sex offenders subject to community notification and residence restriction legislation*. *Am J Crim Just.* 37. pp. 46–59.
- *Langevin, R., & Curnoe, S. (2012). *Lifetime criminal history of sex offenders seen for psychological assessment in Five decades*. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 56 (7) pp. 997 – 1021.
- Lei nº 12.015, de 07 de agosto de 2009 (2009). Dispõe sobre os crimes hediondos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112015.htm
- Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. (1940). Código Penal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm
- *Lussier, P., Bouchard, M., & Beauregard, E. (2011). *Patterns of criminal achievement in sexual offending: unravelling the “successful” sex offender*. *Journal of Criminal Justice* 39. pp.433–444.
- *Mailloux, D. L., Abracen, J., Serin, R., Cousineau, C., Malcolm, B., & Looman, J. (2003). *Dosage of treatment to sexual offenders: are we overprescribing?* *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 47(2). pp. 171-184.
- *Mair, K. J (1993). *The nature of the act; a neglected dimension in the classification of sex offenders*. *British Journal of Criminology*, 33.2: pp. 267-275. Disponível em: http://www.oxfordjournals.org.ez3.periodicos.capes.gov.br/our_journals/crimin/about.html
- Marotta, P. L. (2015). *A Systematic Review of Behavioral Health Interventions for Sex Offenders with Intellectual Disabilities*. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment* 1 - 38. DOI: 10.1177/1079063215569546
- *Marshall, W.L., Barbaree, H.E & Christoph. D. (1986). *Sexual offenders against female children: Sexual preferences for age of victims and type of behaviour*. *Canad. J. Behav. Sci./Rev. Canad. SCI. Comp.* 18(4).
- Martins, C.B.G., & Jorge, M.H.P.M. (2010). *Abuso Sexual na Infância e Adolescência: Perfil das Vítimas e Agressores em Município do Sul do Brasil*. *Texto Contexto*

- Enferm. Florianópolis. 19 (2): pp. 246-55. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tce/v19n2/05.pdf>
- *Morgan, L., Brittain, B., & Welch, J. (2012). *Multiple perpetrator sexual assault: how does it differ from assault by a single perpetrator?* Journal of Interpersonal Violence. 27(12) pp. 2415– 2436. DOI: 10.1177/0886260511433514
- Pereira, A. L. (2006). *Revisão Sistemática da Literatura sobre Produtos Usados no Tratamento de Feridas*. Goiânia. Dissertação. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tde/732/1/Angela%20Lima%20Pereira.pdf>
- Pereira, A. L., & Bachion, M.M. (2006). *Atualidades em revisão sistemática de literatura, critérios de força e grau de recomendação de evidência*. Rev. Gaúcha Enferm. Porto Alegre. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/RevistaGauchadeEnfermagem/article/view/4633/2548>
- Pincolini, A. M. F., Hutz, C. S., & Laskoski, L. (2012). *Caracterização da Violência Sexual a partir de Denúncias e Sentenças Judiciais*. Psicologia em Pesquisa. UFJF. 6(01) – pp. 19-28. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psipesq/v6n1/v6n1a04.pdf>
- Pincolini, A.M. F., & Hutz, C. S. (2014). *Abusadores sexuais adultos e adolescentes no sul do Brasil: pesquisa em denúncias e sentenças judiciais*. Temas psicol. Vol.22, No.2, pp. 301-312. DOI: 10.9788/TP2014.2-03
- Pureza, J. R., Kuhn, C. H. C., Castro, E. K., & Lisboa, C. S. M. (2012). *Psicologia positiva no Brasil: uma revisão sistemática da literatura*. Revista Brasileira de Terapias Cognitivas. Revista Brasileira de Terapias Cognitivas 8(2). pp. 109-117. DOI: 10.5935/1808-5687.20120016
- Ramos, A., Faria, P. M., & Faria, Á. (2014). *Revisão sistemática de literatura: contributo para a inovação na investigação em Ciências da Educação*. Rev. Diálogo Educ., Curitiba, Vol. 14, No. 41, pp. 17-36. DOI: 10.7213/dialogo.educ.14.041.DS01
- *Rebocho, M. F., & Gonçalves, R. A. (2012). *Sexual Predators and Prey: A Comparative Study of the Hunting Behavior of Rapists and Child Molesters*. Journal of Interpersonal Violence. 27 (14) pp. 2770– 2789. DOI: 10.1177/0886260512438280
- *Rice, M. E., & Harris, G. T. (2002). *Men Who Molest Their Sexually Immature Daughters: Is a Special Explanation Required?* Journal of Abnormal Psychology. Vol. 111, No. 2, pp. 329–339. DOI: 10.1037//0021-843X.111.2.329

- *Sanfelice, M.M., & De Antoni, C. (2010). *A Percepção do Abusador Sexual sobre a (sua) Sexualidade*. Revista Interamericana de Psicologia/Interamerican Journal of Psychology – Vol. 44, Num. 1 pp. 131-139.
- Sattler, M. K. (2011). O abusador: o que sabemos. IN: Azambuja., M.R. F & Ferreira., M. H. M. *Violência Sexual contra crianças e adolescentes*. Porto Alegre: Artmed.
- Schmucker, M., & Losel, F. (2008). *Does sexual offender treatment work? A systematic review of outcome evaluations*. Psicothema. Vol. 20, No. 1, pp. 10-19. Disponível em: <http://www.psicothema.com/pdf/3423.pdf>
- Schutz, G.R., Sant’Ana, A.S.S., & Santos, S.G. (2011). *Política de periódicos nacionais em Educação Física para estudos de revisão/sistemática*. Rev. Bras. Cineantropom Desempenho Hum 2011, 13 (4): pp. 313 - 319. DOI: 10.5007/1980-0037.2011v13n4p313
- *Simons, D. A., Sandy K.Wurtele, S. K., & Durham, R. L. (2008). *Developmental experiences of child sexual abusers and rapists*. Child Abuse & Neglect. 32. pp.549 – 560. DOI:10.1016/j.chiabu.2007.03.027
- Souto, R.Q., Lucena, B., Paiva, A. Z., & Cavalcanti, A. L. (2010). *Violência Sexual em Crianças e Adolescentes: Uma Revisão Sistemática*. Revista de Ciências Médicas e Biológicas. No. 9 (2): pp. 172-178. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/cmbio/article/view/4953/3614>
- Stoltenborgh, M., IJzendoorn, M.H., Euser, E.M., & Kranenburg, M. J. (2011). *A Global Perspective on Child Sexual Abuse: Meta-Analysis of Prevalence Around the World*. Child Maltreatment. 16 (2) pp. 79 - 101. DOI: 10.1177/1077559511403920
- *Tardif, M., Auclair, N., Jacob, M., & Carpentier, J. (2005). *Sexual abuse perpetrated by adult and juvenile females: an ultimate attempt to resolve a conflict associated with maternal identity*. Child Abuse & Neglect. Vol. 29. pp. 153–167. DOI:10.1016/j.chiabu.2004.05.006
- *Tewksbury, R., Jennings, W. G., & Zgoba, K.M (2012). *A longitudinal examination of sex ofender recidivism prior to and following the implementation of SORN*. Behavioral Sciences and the Law. 30. pp. 308–328. DOI: 10.1002/bsl.1009. DOI: 10.1002/bsl.1009
- *Titcomb, C., Delahunt, J.G., & Puisseau, B. W. (2012). *Pretrial diversion for intrafamilial child sexual offending does biological paternity matter?* Criminal Justice and Behavior, Vol. 39 N. 4, pp. 552-570. DOI: 10.1177/0093854811433678

- Tully, R. J., Chou, S., & Browne, K. (2013). *A systematic review on the effectiveness of sex offender risk assessment tools in predicting sexual recidivism of adult male sex offenders*. *Clinical Psychology Review*, 33. Pp. 287–316.
<http://dx.doi.org/10.1016/j.cpr.2012.12.002>
- Vosgerau, D. S. R., & Romanowski, J. P. (2014). *Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas*. *Rev. Diálogo Educ.*, Curitiba. V. 14, n. 41, p. 165-189.
DOI: 10.7213/dialogo.educ.14.041.DS08
- Zoltowski, A. P. C., Costa, A. B., Teixeira, M. A. P & Koller, S. H. (2014). *Qualidade Metodológica das Revisões Sistemáticas em Periódicos de Psicologia Brasileiros*. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. Vol. 30 n. 1, pp. 97-104. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v30n1/12.pdf>

CAPÍTULO III

Características Biopsicossociais de Pessoas Acusadas de Praticar Agressão Sexual contra Crianças e/ou Adolescentes no Município de Belém do Pará

Resumo

Este estudo investigou as características biopsicossociais de pessoas acusadas de praticar agressão sexual contra crianças e adolescentes. Os dados analisados foram coletados em processos judiciais tramitados na Vara Especializada de Crimes contra a Criança e Adolescente da comarca de Belém do Pará, entre os anos de 2012 a 2014. Foram coletados dados sobre as características dos acusados, das vítimas e da agressão reportada, objetivando caracterizar e comparar seus perfis de acordo com o contexto em que esta aconteceu. Dos 206 processos analisados, 96 foram incluídos na categoria contexto intrafamiliar e 110 na extrafamiliar. No contexto intrafamiliar os principais acusados foram pai ou padrasto das vítimas (53%). No contexto extrafamiliar houve a predominância de conhecidos da família das vítimas (81%). Quanto ao sexo das vítimas, em ambos os contextos predominou o feminino, sendo 82% no contexto intrafamiliar e 84% no extrafamiliar. A partir da aplicação de um modelo de Regressão Logística que considerou as variáveis idade na abertura do processo, situação conjugal, vínculo de parentesco com a vítima e possuir filhos foi possível estimar que uma pessoa com idade superior a 30 anos, com cônjuge e filhos, e com vínculo de parentesco com a vítima tem maior probabilidade de ser acusada de praticar agressão sexual no contexto intrafamiliar. A razão de chance (OR) calculada em 2,949 indicou que, nele, uma pessoa acima de 30 anos tem, aproximadamente, duas vezes mais chance de ser acusada de cometer tal agressão quando comparada a uma com idade abaixo de 30 anos. O resultado (OR 3,557) sugeriu que uma pessoa com cônjuge tem, supostamente, três vezes mais chance de ser acusada da autoria da agressão em estudo no contexto intrafamiliar. O resultado (OR 31,54) indicou ainda que ter com a vítima vínculo de parentesco aumenta em 31 vezes a chance de ocorrer esse tipo de acusação. Quanto a variável possuir filhos, o resultado (OR 3,631) indicou que uma pessoa com filhos tem cerca de três vezes mais chance de ser acusada da autoria da agressão em estudo no contexto intrafamiliar, quando comparada a uma sem essa característica. No contexto extrafamiliar, a maior probabilidade alcançada foi de 50,82%, quando as pessoas acusadas possuíam abaixo de 30 anos, com cônjuge e filhos e não possuíam vínculo de parentesco com as vítimas. As análises foram realizadas no software estatístico SPSS versão 20.0 for Windows. Os resultados encontrados sugerem que existem diferenças significativas no perfil dos acusados de praticar agressão sexual contra crianças e adolescentes nos contextos estudados, porém essa hipótese ainda necessita ser mais bem explorada. Este estudo, além de contribuir com a discussão da temática em questão, também amplia as pesquisas dessa natureza nesta região e no país.

Palavras-chave: Agressão sexual, crianças e adolescentes, características biopsicossociais.

Abstract

This study investigated the bio psychological characteristics of people accused of practicing sexual assault against children and adolescents. Data were collected on judicial legal follow the procedures in the Court Specialized Crimes against Children and Adolescents of the Belém City, State of Pará, between the years 2012-2014. Data were collected on the characteristics of the accused, the victims and the reported aggression, aiming to characterize and compare their profiles according to the context in which this happened. Of the 206 cases examined, 96 were included in the category intrafamilial context and 110 in extrafamilial. In intrafamilial context the main accused were father or stepfather of the victims (53%). In extrafamilial context was the predominance of the victims family acquaintances (81%). About the victims, in both contexts predominant female, 82% in intrafamilial context and 84% in extrafamilial context. From the application of a logistic regression model that considered the variables age at initiation of proceedings, marital status, kinship relation with the victim and have children was possible to estimate a person over the age of 30 years, with spouse and children, and kinship relation to the victim is more likely to be accused of practicing sexual aggression in the intrafamilial context. The odds ratio (OR) estimated at 2,949 indicated that in him a person over 30 years is approximately 2 times more likely to be accused of committing such aggression compared to an aged below 30 years. The result (OR 3.557) suggested that a person with spouse has supposedly three times more likely to be accused of authorship of aggression in study on intrafamilial context. The result (OR 31.54) also indicated that having a family relationship with the victim increases by 31 times the chance of this kind of accusation. As the variable has children, the result (OR 3.631) indicated that a person with children have about three times more likely to be accused of authorship of aggression in study on intrafamilial context compared to one without this characteristic. In extrafamilial context, most likely achieved it was 50.82%, while the accused persons had less than 30 years, with spouse has supposedly and children and had no kinship relation with the victims. Analyses were realized using SPSS software version 20.0 for Windows. The results suggest that there are significant differences in the profile of those accused of committing sexual aggression against children and adolescents in the studied contexts, but this hypothesis needs to be further explored. This study, in addition to contributing to the theme of the discussion in question also extends the research of this nature in this region and in the country.

Keywords: Sexual aggression, children and adolescents, bio psychological characteristics.

Introdução

A agressão sexual contra crianças e adolescentes é um fenômeno mundial presente em todas as classes sociais, sendo sua real prevalência desconhecida e provavelmente subnotificada. Esse tipo de agressão é comumente difundido pelo senso comum como algo limitado à concretização do ato sexual propriamente dito, ou a outros tipos de contatos físicos. Sabe-se que são múltiplas as formas utilizadas pelos autores da agressão em questão (voyeurismo, assédio, exposição a imagens ou eventos sexuais, pornografia e exibicionismo), e que certamente não há um padrão único na ocorrência deste fenômeno por sua complexidade e múltiplas formas de expressão. Contudo, a prática arbitrária do poder de adultos sobre crianças e/ou adolescentes deve ser vista como o aspecto central que caracteriza esse tipo de agressão, manifestando-se em uma relação de coisificação do outro por ser mais frágil e vulnerável (Russo, Silva, Nogueira & Dantas, 2014).

Segundo Alves, Santos, Oliveira e Ramos (2013) a prática da agressão sexual contra crianças e adolescentes é um problema social grave. Esse tipo de agressão pode ser cometido por familiares das vítimas, por pessoas conhecidas e próximas, mas também por alguém desconhecido, ou seja, pode ocorrer tanto no contexto intrafamiliar, quanto no extrafamiliar. No primeiro caso, a agressão sexual contra crianças e adolescentes, ocorre no contexto doméstico, na residência da criança e do adolescente ou do próprio autor da agressão, sendo praticada, em geral, por um parente próximo. Diferente da agressão sexual praticada no contexto extrafamiliar que, majoritariamente, ocorre fora da residência das vítimas, sendo praticada por pessoas que não possuem vínculo de parentesco com estas. É importante ressaltar que, neste contexto, a agressão sexual é caracterizada por ocorrer, tanto em locais privados quanto em locais públicos ou em instituições educativas e espaços destinados a reuniões grupais e outras atividades, onde adultos que cuidam das crianças aproveitam-se da diferença de idade, do poder, da autoridade ou da força para impor sua

vontade e sobrepor seus interesses (Cerqueira & Coelho, 2014; Guimarães & Villela, 2011; Libório & Castro, 2010).

De acordo com Vieira, Gossi e Gasparotto (2014), no Brasil a histórica invisibilidade do tema referente à agressão sexual de crianças e adolescentes, encontra-se relacionada a fatores culturais. Entre estes, destacam-se os fatores que foram estabelecidos ao longo do desenvolvimento social e que influenciaram a organização da família, tais como costumes e crenças que regulam o comportamento.

No âmbito da legislação brasileira, no que se refere às medidas protetivas e punitivas em relação aos envolvidos em agressões sexuais, destacam-se o Código Penal Brasileiro (CPB) de 1940, a Constituição Federal de 1988 e a Lei 8.069 de 1990, a qual é mais conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Para Minayo (2010), no Brasil, apenas nas últimas três décadas, o debate sobre a agressão sexual infanto-juvenil adquiriu maior visibilidade por parte dos órgãos governamentais, entidades civis e organizações não governamentais. Essa maior visibilidade teve como uma de suas consequências repercussões que levaram a modificações no Código Penal Brasileiro.

A Lei Federal 12.015 de agosto de 2009 alterou o CPB, essa Lei suprimiu o Art. 214 (atentado violento ao pudor) e o incorporou ao Art. 213 (estupro). Deste modo, foi extinto o crime de atentado violento ao pudor, em função do entendimento de que ele estaria incluído no crime de estupro. Antes, o estupro correspondia apenas ao ato sexual vaginal. O coito anal, mesmo com penetração, era considerado atentado violento ao pudor. Atualmente, de acordo com o CPB, não existe mais atentado violento ao pudor, pois a prática de atos libidinosos diversos da conjunção carnal e a prática da própria conjunção carnal correspondem a um único tipo penal, que é o estupro. De acordo com Saches et al. (2010), mudanças na legislação geram divergência de opiniões entre os pensadores das ciências humanas, principalmente da área jurídica, porém estas têm como objetivo tornar

mais eficiente o Sistema Judiciário, o qual busca alcançar a justiça social e garantir o direito de todos os cidadãos.

No que se refere à Constituição Federal, está expresso no parágrafo 4º, do Art.227 que: “A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente”. No Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu Art. 130 está expresso que: “verificada a hipótese de maus-tratos, opressão ou abuso sexual impostos pelos pais ou responsável, a autoridade judiciária poderá determinar, como medida cautelar, o afastamento do agressor da moradia comum”, essa legislação em seu Art.101 determina algumas medidas aplicáveis aos pais ou responsáveis, inclusive encaminhamentos a programas de tratamentos quando estes são alcólatras e/ou toxicômanos, porém não existem medidas específicas direcionadas aos pais ou responsáveis quando estes são autores de agressão sexual.

Contudo, na sociedade brasileira, já é possível observar algum interesse em elaborar políticas públicas para atender autores de agressão sexual devido, principalmente, à urgência de quebrar o ciclo da agressão sexual, pois apesar desse fenômeno possuir, no mínimo, dois envolvidos, a vítima e a pessoa que a pratica, percebe-se que tem sido dada maior atenção e atestada preocupação social com apenas um dos envolvidos, a vítima. Como exemplo desse interesse específico, é possível citar o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil, que foi aprovado no ano 2000 e revisado em 2010, objetivando garantir a legitimidade das ações previstas e o monitoramento de sua execução, sendo uma de suas metas previstas o fomento da criação de programas educativos de orientação e de atendimento a familiares, responsáveis, cuidadores ou demais envolvidos em situações de violência sexual (Brasil, 2013).

Pelo exposto, verifica-se que, aos poucos se começa a ter um olhar diferenciado para as pessoas que praticam a agressão sexual contra crianças e adolescentes, principalmente,

quando elas possuem vínculo de parentesco com as vítimas. Porém, a ênfase tem sido ainda a sua responsabilização criminal e consequente punição pelos seus atos ilícitos. Ou seja, pensa-se apenas em puni-las, levando-as a cumprir pena de encarceramento e privação de liberdade, sem levar em consideração suas características pessoais e aspectos da sua trajetória de desenvolvimento, o que parece não ser o melhor caminho para compreender a ocorrência desse tipo de comportamento. Além da punição nos moldes previstos na lei, entende-se ser necessário que ocorram intervenções sistemáticas, objetivando auxiliar na produção de conhecimentos sobre essa população e suas demandas sociais e pessoais. Segundo Lodetti (2010), a carência de pesquisas e de teorias sobre autores de agressão sexual remete à falta de intervenção com essas pessoas, então é necessário que mais estudos sejam elaborados com esta população.

A expansão das pesquisas referentes à agressão sexual de crianças e adolescentes ainda é cercada de entraves colocados às fontes para obtenção dos dados necessários à sua realização, principalmente no que se refere aos autores da agressão sexual. A literatura mostra que a maioria dos estudos sobre autores de agressão sexual de crianças e adolescentes é realizada com encarcerados. O acesso a esse tipo de população é considerado difícil, mas, em se tratando de indivíduos que vivem em instituições carcerárias, o contato pode acontecer de forma mais direta e sistemática. Geralmente, os estudos são realizados com indivíduos e populações que se encontram sob a responsabilidade do Sistema de Justiça, no local onde residem ou praticaram a agressão sexual (Ferreira & Azambuja, 2011).

Em razão disso, para que o acesso e a coleta de informações sobre autores de agressão sexual de crianças e adolescentes possa acontecer de forma satisfatória, considera-se uma alternativa viável e segura realizar estudos documentais. No Brasil existem estudos documentais (Hohendorff, Costa, Habigzang & Koller, 2014; Pincolini,

Hutz & Laskoski, 2012; Silva, Brito, Araújo & Abath, 2013), que tratam principalmente das características sociodemográficas das vítimas e dos autores de agressão sexual, sendo esta a principal perspectiva investigada a partir de fontes documentais.

O estudo descritivo documental sobre agressão sexual contra meninos de Hohendorff, Costa, Habigzang e Koller (2014) foi realizado por meio dos casos notificados na Coordenadoria Geral de Vigilância em Saúde de Porto Alegre, entre 2009 e 2011. Nesse estudo, analisaram-se 239 fichas com anotações feitas ao longo da pesquisa, e os resultados demonstraram que a agressão em questão ocorreu com mais frequência no contexto intrafamiliar (57,9%) do que no extrafamiliar (41,3%). A residência das vítimas foi o lugar mais frequente das ocorrências no contexto intrafamiliar (78,7%), enquanto que no contexto extrafamiliar foram comumente citadas habitações coletivas, tais como unidades de cuidado institucional (6,5%), via pública (5,7%) e escolas (5,2%). Os autores de agressão sexual de meninos foram identificados, nesse estudo, como heterossexuais, sendo a maioria do sexo masculino (93%).

Os resultados do estudo realizado por Silva, Brito, Araújo e Abath (2013) sobre casos de agressões domésticas, sexuais e outras formas de violência registrados no ano de 2012, no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) de Recife, identificou 3.119 casos. Os autores verificaram que as vítimas dessas violências eram principalmente mulheres (67,3%), sendo que 33,6% delas pertenciam à faixa etária de zero a nove anos. Referiam-se a agressão sexual 23,9% do total de registros, que reportaram como principal autor um familiar da vítima em 69,3% dos casos e desconhecidos em 30,7%.

Igualmente, o estudo documental realizado por Pincolini, Hutz e Laskoski (2012) que investigou as características de vítimas e autores de agressão sexual e os contextos de ocorrência desta, demonstrou que foi predominante o sexo masculino entre os autores

dessa forma de agressão (96%). Esse estudo foi realizado por meio da análise de 229 processos criminais no período de 1996 e 2007, pertencentes a 1ª e 2ª Varas da Infância e Juventude de Porto Alegre. A maioria dos acusados tinha relação com a vítima, sendo familiar ou conhecido (53%), predominou a agressão sexual do contexto intrafamiliar. Em (44%), a agressão ocorreu no contexto extrafamiliar.

Em levantamento anterior verificou-se que, no contexto intrafamiliar, os locais em que mais ocorreram as agressões em questão foi a residência da vítima (41%), a casa do autor (41%), como divulgado por Pincolini et al. (2012). Destacou-se que, nesse contexto, as agressões ocorriam na casa dos autores quando as vítimas lhes faziam visitas, sendo eles, principalmente, avós ou tios, mas também o pai quando separado da mãe da criança. No contexto extrafamiliar, os locais identificados foram os que são considerados mais ermos, como matos, campos, lavouras, barragens, terrenos baldios e construções (16%), locais públicos e de lazer, como clubes, parques e estabelecimentos comerciais (5%), escolas e creches (4%) e interior de veículo (1%), o abuso ocorreu no interior de veículos.

Admite-se que, por meio de dados documentais, é possível identificar características que definem o perfil de autores de agressão sexual de crianças e/ou adolescentes. Considera-se importante que os profissionais das diversas áreas de conhecimento (educação, jurídica, psicossocial) possuam informações sobre as características biopsicossociais de autores de agressão sexual de crianças e adolescentes, pois esses conhecimentos podem auxiliar na atuação desses profissionais, caso venham a se deparar com situações que envolvam agressão sexual de crianças e adolescentes praticadas por pessoas adultas. Essas informações podem contribuir no sentido de auxiliar esses profissionais a desenvolverem a capacidade de não rejeitar as pessoas que praticam agressão sexual, buscando compreender de que forma tornaram-se autores de agressão sexual no ambiente em que se desenvolveram.

Por acreditar que dados contidos em fontes documentais podem auxiliar na identificação de características biopsicossociais de autores de agressão sexual de crianças e adolescentes, considerara-se relevante a realização de estudos que levantem informações sobre essa população em processos jurídicos, que são fontes ricas de dados. De modo geral, esses processos são compostos por diversos documentos, entre eles: boletim de ocorrência, inquérito policial, procedimentos do Ministério Público, laudos médicos, laudos psicossociais e decisões judiciais que foram tomadas a partir da apuração de provas existentes nesses processos.

Sabe-se que estudos sobre as características sociodemográficas das vítimas e dos autores de agressão sexual são socialmente relevantes para a obtenção de novos conhecimentos sobre a população de autores de agressão sexual de crianças e adolescentes, porém, ainda se faz necessária a realização de mais investigações a esse respeito, que explorem outros aspectos que configuram essa temática, pois a literatura a respeito de autores de agressão sexual ainda é considerada escassa, principalmente, em âmbito nacional, e mais ainda no contexto da região amazônica (Maia & Barreto, 2012).

Nesses termos, este estudo traz os resultados de uma investigação realizada em fontes documentais sobre as características biopsicossociais de autores de agressão sexual de crianças e/ou adolescentes. O objetivo deste estudo foi investigar e analisar as características biopsicossociais desses autores de agressão sexual, com presença no contexto intrafamiliar e extrafamiliar. Foi tomado como referencial teórico mais amplo o Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano. Nele, o desenvolvimento é considerado como “o fenômeno de continuidade e de mudança nas características dos seres humanos como indivíduos e como grupos. Esse processo se estende ao longo do ciclo de vida, mediado pelas sucessivas gerações e pelo tempo histórico, tanto passado quanto futuro” (Bronfenbrenner, 2011, p. 38

Método

O presente estudo descritivo, documental, com caráter exploratório e abordagem quantitativa, refere-se às características biopsicossociais de pessoas acusadas de cometer agressão sexual contra crianças e/ou adolescentes no contexto intrafamiliar e extrafamiliar. A realização deste estudo ocorreu por meio de consulta aos dados secundários contidos nos processos jurídicos tramitados, no período de 2012 a 2014, nas Varas Judiciais de três municípios do Estado do Pará (Abaetetuba, Belém e Parauapebas), que estão situados em mesorregiões diferentes deste Estado (Nordeste, Região Metropolitana e Sudoeste), sendo afastadas territorialmente, porém possuem significativo papel político-administrativo no Estado do Pará. Neste estudo, optou-se por analisar somente os dados do município de Belém, pois em comparação com os outros dois municípios pesquisados, Belém apresentou maior concentração de processos. Por meio da Figura 1 é possível verificar a distância territorial entre os três municípios pesquisados.



Fonte: <http://www.baixarmapas.com.br/mapa-do-para/>

Figura 1: Mapa do Estado do Pará destacando os municípios pesquisados.

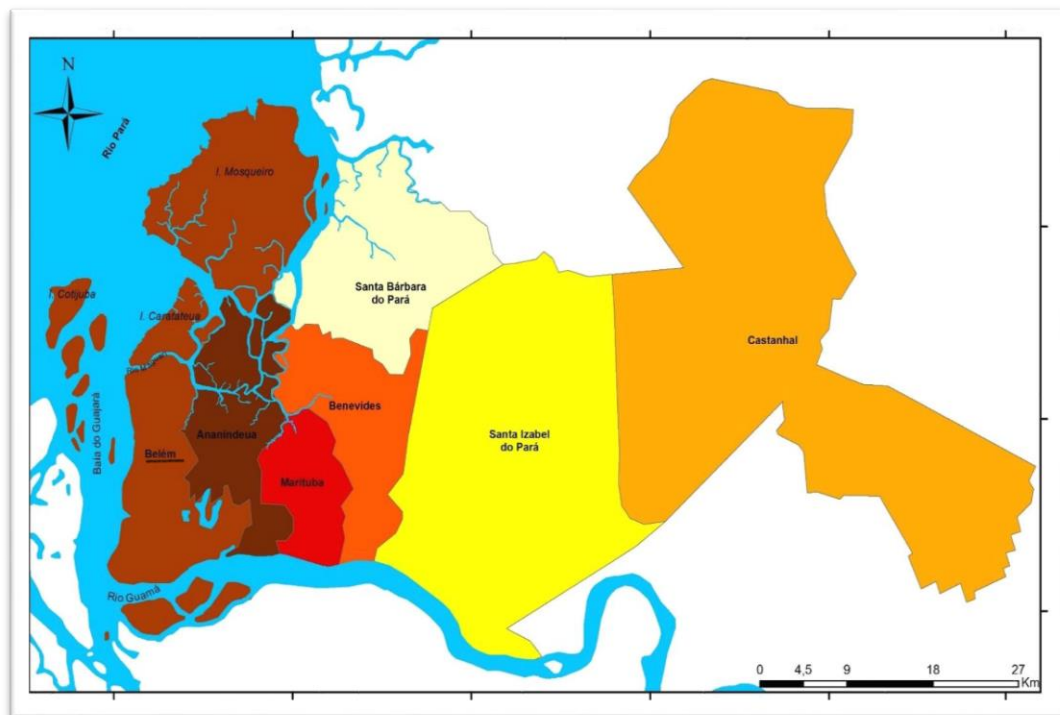
Contexto da pesquisa

Considerando o histórico de violações de direitos de crianças e adolescentes no que se refere à integridade sexual realizou-se, no município de Belém, capital do Estado do Pará, um estudo sobre as características biopsicossociais da população acusada de praticar agressão sexual contra crianças e adolescentes representada nos processos jurídicos desse município.

Belém pertence à mesorregião Metropolitana de Belém e possui grande importância administrativa, por ser a capital do Estado do Pará. Segundo o relatório de pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (2013), a mesorregião metropolitana de Belém era composta até o ano de 2010 por seis municípios (Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Bárbara do Pará e Santa Isabel do Pará), a partir de 2011 o município de Castanhal também passou a compor essa mesorregião. Situada na foz do rio Pará, sendo ainda cortada por vários rios e igarapés, a mesorregião metropolitana de Belém possui terreno parcialmente peninsular, por ter sido implantada às margens do rio Guamá e baía de Guajará (formada pela confluência dos rios Guamá, Moju e Acará) e por sua formação geomorfológica fluvial, ela é composta por um conjunto de ilhas, com um relevo pouco acidentado e de origem sedimentar, tanto na sua porção continental quanto insular, influenciando no perfil do seu sítio urbano (IPEA, 2013).

Belém é a principal via de entrada na região norte do Brasil, devido à sua privilegiada posição geográfica. Sua localização no extremo Norte da malha rodoviária brasileira, BR 316 (Nordeste), BR 010 (Belém Brasília) e PA 150 (Alça Viária), permite fácil acesso pelas vias terrestre, aérea e fluvial. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2014) a população estimada de Belém é de 1.432.844 habitantes, possui a segunda maior densidade demográfica da Região Norte do Brasil (1.315 hab/km²) e sua área territorial é de 1.059,458 Km². A economia de Belém

baseia-se primordialmente nas atividades do comércio e serviços, embora sejam desenvolvidas também atividades industriais com alguns estaleiros, metalúrgicas, pesca e beneficiamento do palmito e principalmente de madeira.



Fonte: IDESP/ NEURB, 2013.

Figura 2: Mapa da Mesorregião Metropolitana de Belém

Segundo dados dos Ministérios da Justiça (2007), o município de Belém pertence a uma das onze regiões em que houve crescimento de vários tipos de violência na área urbana, entre elas a agressão sexual, por isso foi contemplada a partir do ano de 2008 com recursos do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI). Segundo Lírio (2013), anos antes, em 2005, foi elaborado o Plano Municipal de Enfrentamento à violência Sexual contra Crianças e Adolescentes de Belém, que previu a unificação de políticas públicas de enfrentamento deste que é considerado um dos problemas com maior visibilidade na sociedade local. No ano de 2013 foi registrado no Estado do Pará 1276 denúncias no serviço Disque 100 referentes a agressão sexual contra crianças e adolescentes. A capital, Belém, apresenta altos índices de violência sexual com

ofensas a crianças e adolescentes, que são denunciadas principalmente em delegacias especializadas e Conselhos Tutelares.

Ambiente de Pesquisa

No município de Belém, a coleta de dados foi realizada no Fórum Criminal, na Vara Especializada de Crimes Contra a Criança e ao Adolescente. Este é um órgão especializado no julgamento de crimes praticados por pessoas adultas contra crianças e adolescentes.

O Sistema Libra

O Sistema de Gestão de Processos Judiciais, denominado de LIBRA, foi implantado no Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA) a partir do ano de 2008. Antes do sistema LIBRA, este órgão utilizava o Sistema de Acompanhamento Processual (SAP). O novo sistema foi criado pelos técnicos da Secretaria de Informática do TJPA, obedecendo às determinações estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), através da resolução de nº 46/2007, que propôs o uso de tabelas processuais unificadas, além de outras providências. Com o novo sistema a atualização das informações nos processos passou a ser realizada por meio de qualquer servidor conectado à internet, mediante identificação eletrônica e senha de acesso.

O sistema LIBRA permite ao Poder Judiciário do Pará contar com um banco de dados centralizado *online*, empregando maior segurança às informações que embasam os processos e trâmites judiciais nas Comarcas do interior e da capital, sem haver o risco de perder esses dados, caso ocorram incêndios ou outros acidentes, por exemplo. De acordo com o *site* oficial do TJPA (<http://www.tjpa.jus.br>), o sistema LIBRA foi implantado de forma gradual em todas as 108 comarcas que integram o Judiciário paraense.

No mês de dezembro de 2008, o sistema LIBRA foi implantado, como projeto piloto, na comarca de Benevides, e, em seguida, nas comarcas de Marituba e Ananindeua. A comarca de Abaetetuba, no ano de 2009, foi a quarta a implantar o LIBRA, por estar entre as 20 com maior demanda de processos no Pará, assim como a comarca de Belém, que implantou esse sistema no ano de 2010. A comarca de Parauapebas implantou o sistema LIBRA no ano de 2011. Apesar do *site* oficial do TJPA informar que todas as comarcas pertencentes ao estado do Pará já utilizam o novo sistema, pode-se dizer que existem hoje informações desencontradas a esse respeito, na medida em que, como levantado por este estudo, nem todos os processos existentes nas Varas Criminais e Cíveis, migraram para o novo sistema. Ou seja, ainda existem processos que não foram incluído no novo sistema LIBRA, principalmente aqueles que tiveram início em um período anterior ao ano de 2007.

Com o sistema LIBRA os processos passaram a ter numeração única do início ao fim da tramitação, independente de estar na primeira ou segunda instância. Antes, a cada instância, o processo recebia uma nova numeração, o que gerava uma confusão nas estatísticas e no volume dos processos. Esta padronização possibilitou um melhor acesso aos dados dos acusados e das vítimas, possibilitando o acompanhamento da evolução de suas ações na Justiça por meio da numeração de seu processo. Como os processos passaram a ter apenas uma numeração, a probabilidade de duplicação e incorreções na quantificação tornou-se menor. Com o sistema LIBRA as informações sobre o andamento dos processos podem ser consultadas pelas partes envolvidas por meio do *site* do TJPA, desde que não contemplem segredos de justiça. Nestes casos, os envolvidos ou seus representantes legais devem se dirigir até a Vara responsável pelo processo para obter informações.

Amostra da Pesquisa

Este estudo foi realizado no município de Belém através de informações retiradas de 206 processos judiciais que envolveram pessoas adultas, acusadas de praticar agressão sexual contra crianças e adolescentes. Não foi possível afirmar que a população estudada nos processos se tratava de autores de agressão sexual e sim de acusados de cometer agressão sexual, devido ao princípio jurídico da presunção da inocência. Este princípio é de ordem constitucional, e estabelece o estado de inocência como regra em relação ao acusado de prática de infração penal, até que a sentença condenatória transite em julgado na última instância do judiciário.

A população contida nos processos analisados era composta por pessoas acusadas de praticar qualquer forma de agressão sexual contra crianças ou adolescente, em sua maioria, estavam respondendo o processo em liberdade e os poucos condenados ainda poderiam recorrer da sentença determinada em outra instância judicial, ou seja, ainda poderiam ser inocentados. Os processos analisados pertenciam aos anos de 2012 a 2014, sendo que o ano de 2014 se referiu apenas ao primeiro semestre. Esse período foi escolhido por concentrar um maior número de processos no sistema LIBRA. A Tabela 1 demonstra o número de Processos Judiciais referentes à agressão sexual contra crianças e adolescentes, em trâmite no TJPA, nos municípios paraenses pesquisados, no período de 2012 a 2014.

Tabela 1: Número de processos registrados no Sistema LIBRA entre 2012 e 2014

Municípios	Nº de Processos	%
Abaetetuba	47	6.96
Belém	555	82.22
Parauapebas	73	10.81
Total	675	100

Fonte: TJPA, 2014.

De acordo com a Tabela 1, é possível verificar que a maioria dos processos concentrou-se no município de Belém (82,2%). Os processos analisados nos três municípios tramitavam em segredo de justiça, uma vez que possuíam como uma das partes crianças e/ou adolescentes, por esse motivo só podiam ser acessados em horários restritos nos Fóruns do TJPA, onde estavam localizadas as Varas responsáveis por julgar tais processos.

O Cálculo Amostral

Então, obter as informações contidas no total de 675 processos seria inviável, devido ao período proposto para realizar esse estudo e também devido a algumas particularidades do Sistema Judiciário Paraense. Por esse motivo, optou-se em trabalhar com uma amostra estatística representativa da população em estudo, então um cálculo amostral foi realizado. No caso do município de Belém a amostra foi de 206 processos. A Tabela 2 apresenta o tamanho da amostra pesquisada em cada município.

Tabela 2: Amostra por Município

Município	Cálculo amostral
Abaetetuba	17
Belém	206
Parauapebas	27
Total	250

Por se conhecer o tamanho da população (N), foi possível proceder ao cálculo de n_0 equiparando-o ao tamanho da amostra aleatória simples (n), através da fórmula:

$$n = \frac{N \times n_0}{N + n_0}$$

Neste caso, N é o tamanho total da população pesquisada e n_0 o tamanho inicial da amostra. Para a um erro amostral de 5% , em uma população de 675 processos judiciais, obteve-se o tamanho da amostra geral a ser utilizada.

$$n = \frac{N \times n_0}{N + n_0} = \frac{675 \times 400}{675 + 400} = 250$$

Contudo, a população pesquisada estava dividida em três municípios com quantidades de processos diferentes. Logo, houve a necessidade de levantar o tamanho da amostra por município, levando-se em conta que o número de elementos sorteados em cada estrato deve ser proporcional à quantidade de elementos no estrato, ao que se chama Método de Amostragem Estratificada Proporcional. Assim, para se calcular o tamanho da amostra estratificada proporcional de cada município (estrato) da população, utilizou-se a seguinte fórmula:

$$n_{h_i} = n \times \frac{N_{h_i}}{N}$$

Nesta fórmula, n significa o tamanho da amostra geral, N_{h_i} o tamanho de cada estrato (municípios) da população pesquisada, e N o tamanho total da população em estudo. Assim, para cada município calculou-se o tamanho de amostra.

$$n_{h_1} = n \times \frac{N_{h_1}}{N} = 251 \times \frac{47}{675} = 17$$

$$n_{h_2} = n \times \frac{N_{h_2}}{N} = 251 \times \frac{555}{675} = 206$$

$$n_{h_3} = n \times \frac{N_{h_3}}{N} = 251 \times \frac{73}{675} = 27$$

$$n = n_{h_1} + n_{h_2} + n_{h_3} = 18 + 206 + 27 = 250$$

A Tabela 3 apresenta o tamanho da amostra pesquisada por município, de acordo com o cálculo amostral, que foi realizada através do número de estratos e a população total da pesquisa existente nesses municípios, no período de 2012 a 2014.

Tabela 3: Números de Estratos e Tamanho de Amostras por Município

Município	Estratos (Nh)	Amostras (nh)
Abaetetuba	Nh1 = 47	nh1 = 17
Belém	Nh2 = 555	nh2 = 206
Parauapebas	Nh3 = 73	nh3 = 27
Total	N = 657	n = 250

Para a coleta dos dados na amostra delimitada, foi utilizado o Método de Amostragem Sistemática para se mapear essa população de forma rápida, na medida em que os processos judiciais eram organizados em forma de pilhas ordenadas por sequência numérica. A amostragem sistemática consiste em selecionar unidades de amostras a partir de um esquema rígido e preestabelecido de sistematização, apresentando-se como uma estratégia eficaz de distribuição espacial equitativa ou mecânica, que tem o propósito de cobrir a população em toda a sua extensão e obter um modelo sistemático simples e uniforme.

De forma geral, na amostragem sistemática, utiliza-se a ordenação natural dos elementos da população (processos judiciais), considerando o tamanho da população (N) e o tamanho da amostra (n) para calcular o intervalo de amostragem, ou o pulo sistemático, chamado K . Para tanto, utilizou-se a fórmula: $K = \frac{N}{n}$. Neste estudo, calculou-se o

K e obtendo-se o seguinte resultado:

$$K = \frac{N}{n} = \frac{675}{250} = 2,7 \cong 3$$

Com este resultado, de cada três processos judiciais um deveria ser selecionado até se chegar ao número amostral determinado. Porém, vale destacar que, em relação ao município de Belém, foi coletado o número amostral determinado, mas não foi possível fazer a seleção dos processos na forma esperada, pois somente os funcionários do Tribunal de Justiça do Estado do Pará poderiam fazer isso, e estes alegaram falta de tempo para fazer essa escolha de forma sistemática devido ao acúmulo de atividades que realizam em seu ambiente de trabalho. Então, os processos não foram selecionados obedecendo-se à ordenação dos elementos que compunham a amostra, mas sim de acordo com a sua disponibilidade na secretaria, pois muitos desses processos se encontravam com a Juíza da Vara, ou com promotores, defensores públicos ou advogados para análises e inclusão de provas.

Instrumento

O instrumento utilizado na coleta de dados deste estudo foi um *Formulário de Caracterização Biopsicossocial – FCBS* (Apêndice - A). Este formulário foi elaborado pelo Grupo de Estudo de Autores de Violência (GEAV), vinculado ao Laboratório de Ecologia do Desenvolvimento (LED) da Universidade Federal do Pará, tomando como referência o estudo de Habigzang, Koller, Azevedo e Machado (2006). O objetivo da utilização deste instrumento foi coletar dados referentes à caracterização biopsicossocial da população estudada, assim como obter informações sobre as vítimas e também a agressão sexual notificada, organizando os dados obtidos de acordo com o contexto onde ocorreu (intrafamiliar ou extrafamiliar).

Os itens do FCBS foram distribuídos da seguinte forma: identificação do processo (número do processo, data da abertura do processo, data da ocorrência da primeira

agressão sexual, data do boletim de ocorrência policial); dados sociodemográficos e processuais dos acusados e das vítimas (data de nascimento, sexo, cor/etnia, religião, situação conjugal, possuir filhos, escolaridade, tipificação do ato, situação processual do acusado/a, condenações anteriores, tempo de abertura do processo); dados das características agressão sexual (local onde aconteceu, contexto intrafamiliar ou extrafamiliar, tempo de duração da agressão sexual). Cada um desses itens foi distribuído em vários subitens, que podem ser verificados no Apêndice desta dissertação, entre eles: número do processo, idade, sexo, etnia, religião, situação conjugal, possuir filhos, bairro onde mora, onde nasceu, idade quando cometeu a primeira agressão sexual, idade na abertura do processo, escolaridade, vínculo de parentesco com a vítima, saúde, profissão e ocupação, bairro onde aconteceu a agressão sexual, se a violência sexual foi intrafamiliar ou extrafamiliar, se confessou ou não a agressão sexual, motivos da confissão, tempo de duração da violência, onde foi realizado o Boletim de Ocorrência Policial, tipificação do ato, aplicação da pena, condenações anteriores, julgamento, fatores de risco individual, familiar e contextual, entre outros subitens referentes às vítimas e a agressão sexual.

Considerações Éticas

Para a realização deste estudo foram solicitadas as devidas autorizações formais às instituições envolvidas nas investigações propostas, que foram Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Núcleo de Medicina Tropical, da Universidade Federal do Pará, o qual deu parecer favorável a realização da pesquisa, de acordo com o que está previsto na Resolução de nº 466, de 12 de dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde, a qual trata de trabalhos científicos que envolvem seres humanos. As Instituições Jurídicas também autorizaram a realização deste trabalho.

Procedimentos da Pesquisa

Procedimentos preliminares

Após o parecer favorável do Comitê de Ética para realização da pesquisa foram realizados os primeiros contatos com os juízes das comarcas escolhidas, todas pertencentes ao Tribunal de Justiça do Estado do Pará - TJPA. Esse contato teve a intenção de explicar os objetivos da pesquisa e solicitar autorização para coletar os dados nos processos tramitados nas comarcas escolhidas. Após o contato inicial foi obtida autorização para a realização da pesquisa mediante assinatura do termo de autorização pelos juízes das Varas Judiciais, que são os responsáveis pela apreciação desses processos em suas respectivas comarcas. O termo referente ao município de Belém pode ser visto no Anexo B desta dissertação.

A coleta de dados no município de Belém ocorreu na Vara Especializada de Crimes contra a Criança e ao Adolescente, no início no mês de setembro de 2014 e terminou em junho de 2015. No decorrer da coleta de dados identificou-se a existência de processos em que havia mais de um autor de agressão sexual, assim como também se identificou processos em que havia mais de uma vítima. Então, quando se identificou em um mesmo processo dois acusados de agressão sexual, foram coletados os dados de cada um deles em formulários diferentes. Em seguida, foi realizado um sorteio para determinar qual dos formulários preenchidos com as informações dos acusados de agressão sexual faria parte da análise dos dados, uma vez que o cálculo amostral foi realizado de acordo com o número de processos registrados no sistema LIBRA e não de acordo com o número de autores de agressão sexual. Nos casos em que havia mais de uma vítima, optou-se por incluir na análise a vítima mais jovem.

Procedimentos de análise

Os dados foram coletados nos municípios de Abaetetuba, Belém e Parauapebas por uma equipe de cinco pessoas que compõe o Grupo de Estudo de Autores de Violência (GEAV), o qual é vinculado ao Laboratório de Ecologia do Desenvolvimento Humano (LED) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Para este estudo, analisaram-se exclusivamente os dados do município de Belém, que corresponderam a 82,2% do total de processos pesquisados.

Inicialmente os dados coletados foram armazenados em uma planilha do programa Excel, de acordo com as categorias elaboradas a partir do FCBS utilizado na coleta de dados. Em seguida foi elaborada uma planilha com as variáveis elaboradas para análise, organizando-as de forma binária em relação ao contexto onde ocorreu a agressão: contexto intrafamiliar e extrafamiliar. Assim, as variáveis analisadas foram relacionadas com as características dos acusados de praticar agressão sexual no contexto intrafamiliar e extrafamiliar e suas vítimas, assim como, com as características da agressão. O modelo de regressão logística binária múltipla foi utilizado na análise estatística, considerando como variável dependente o contexto da agressão sexual.

O modelo de regressão logística múltipla foi estimado utilizando-se um procedimento iterativo de inclusão de variáveis chamado *Stepwise Forward* não automático. A inclusão de cada variável no modelo foi verificada a partir da aplicação do teste da razão de verossimilhança e o critério de Akaike (AIC). Foram apresentadas as razões de chance (OR) e os respectivos intervalos de confiança na ordem de 95%. Em todas as análises foi adotado um nível de significância de 5%. As análises foram realizadas no software estatístico SPSS versão 20.0 for Windows.

Resultados

Os processos analisados neste estudo abrangeram o período compreendido entre os anos de 2012 a 2014. Os principais denunciantes das agressões sexuais contra crianças e adolescentes identificados nos processos foram os familiares das vítimas. A Figura 4 apresenta o número de processos analisados de acordo com os anos.

Ano	Nº de processos
2012	77
2013	77
2014	52
Total	206

Figura 3: Processos Analisados no Município de Belém por Ano

O Município de Belém, além de sua área urbana, é composto por um conjunto de ilhas que são zonas de moradia de contexto ribeirinho. Contudo, nos processos analisados, a zona de moradia dos acusados de praticar agressão sexual e das vítimas foi predominantemente a urbana (97%). Dos 206 processos pesquisados, em 96 (47%), os acusados da agressão sexual pertenciam ao contexto intrafamiliar e 110 (53%), ao contexto extrafamiliar. A Tabela 4 mostra as características das formas de agressão sexual relatadas nos processos jurídicos, no que se refere ao local de ocorrência e tempo de duração.

Tabela 4. Característica da Agressão Sexual no Contexto Intrafamiliar e Extrafamiliar

Variáveis	N=206	
	Intrafamiliar (n = 96)	Extrafamiliar (n = 110)
	%	%
Local da agressão		
Público	0	17
Privado	100	83
Tempo de duração		
Única vez	21	55
Mais de uma vez	46	20

Observou-se durante as análises dos processos, que as agressões teriam ocorrido principalmente em locais privados, tanto no contexto intrafamiliar quanto extrafamiliar, sobretudo, em residências (das vítimas, dos acusados da autoria da agressão ou de ambos,

quando coabitavam), porém somente no contexto extrafamiliar foram identificadas ocorrências em interior de veículos e locais públicos e/ou ermos (via pública, praças, parques). Houve processos em que não existia registro do tempo de ocorrência das agressões, porém se constatou que no contexto intrafamiliar as agressões teriam ocorrido, em sua maioria, mais de uma vez. Diferentemente do observado no contexto extrafamiliar, onde predominou a ocorrência de uma única vez.

Neste estudo, verificou-se que nos processos não estavam disponíveis informações sobre os acusados, inclusive houve a abertura de processos sem a identificação de seus nomes. Nesses casos, utilizou-se uma alcunha, ou seja, um apelido. A falta de informações ocorreu, principalmente quando os acusados pertenciam ao contexto extrafamiliar. Também foram identificadas informações incongruentes em relatórios contidos nos processos judiciais, todos referentes a endereços, nomes e sobrenomes, datas de nascimento e das ocorrências das agressões. Por isso, resolveu-se coletar as informações desejadas em cópias de documentos dos acusados e das vítimas (por exemplo, Certidão de Nascimento, Registro Civil, entre outras). Para preservar a identificação dos acusados seus nomes não foram registrados nos formulários de coleta de dados.

Nos processos, identificou-se que os acusados pertenciam, predominantemente, ao sexo masculino (98%), a maioria possuía idade acima de 30 anos no período de abertura do processo (57%). No contexto intrafamiliar 76% possuíam cônjuge, diferente do encontrado no contexto extrafamiliar, em que 54% não tinham cônjuge. A Tabela 5 apresenta características do perfil dos acusados identificadas nos processos analisados.

Tabela 5. Características dos Acusados de Cometer Agressão Sexual nos Contextos Intrafamiliar e Extrafamiliar

Variáveis	N=206	
	Intrafamiliar (n = 96) %	Extrafamiliar (n = 110) %
Idade na abertura do processo		
Mais de 30 anos	84	66
Menos de 30 anos	16	31
Sexo		
Masculino	97	98
Feminino	3	2
Cor		
Branca	8	5
Não branca	56	51
Religião		
Com religião	44	27
Sem religião	56	73
Escolaridade		
Baixa escolaridade	44	33
Média e alta escolaridade	40	42
Situação conjugal		
Com cônjuge	76	40
Sem cônjuge	24	54
Possuía filhos		
Sim	82	46
Não	15	45
Condição de trabalho		
Estava trabalhando	70	65
Não estava trabalhando	20	17
Com vínculo de parentesco		
Pai ou padrasto	53	-
Outros parentes	47	-
Sem vínculo de parentesco		
Conhecidos	-	81
Desconhecidos	-	19
Confessou a agressão		
Sim	5	20
Não	95	77
Registro de fatores de risco contextual		
Sim	47	38
Não	53	62
Situação processual		
Preso	23	18
Não preso	77	82

No contexto intrafamiliar 98% dos acusados possuíam vínculo de parentesco com as vítimas, sendo que 53% deles era pai ou padrasto delas. No contexto extrafamiliar, 93% não possuíam vínculo de parentesco com a vítima, e 81% eram pessoas conhecidas dessas vítimas e de seus familiares. Tanto no contexto intrafamiliar quanto no contexto extrafamiliar, os acusados, em sua maioria, não confessaram a autoria das agressões sexuais, porém, no último caso, ocorreu um maior percentual de confissão. É importante

notar que esses acusados alegaram em seus depoimentos ter tido alguma forma de contato sexual com a vítima, e que este ocorrera com o consentimento das vítimas. Nos processos foram identificadas informações sobre a escolaridade dos acusados, sendo que a baixa escolaridade se referiu ao grau de instrução até o ensino fundamental, e a alta escolaridade além do ensino fundamental. No entanto, por vezes, essa informação não constava dos processos analisados.

Quanto à situação processual, a maioria dos processos encontrava-se em tramitação, uma vez que estavam em processo de apuração dos fatos, e aqueles em que os acusados foram condenados, ainda existia a possibilidade de recorrer da sentença determinada em outro grau de jurisdição do judiciário. A maior parte dos acusados estava respondendo ao processo em liberdade, em ambos os contextos estudados, ou seja, os acusados ainda poderiam ser considerados inocentes, ou mesmo só poderiam ser presos após o trânsito em julgado de sentença condenatória definitiva, quando não cabem mais recursos. Também havia aqueles que estavam respondendo ao processo em regime de liberdade provisória. Nele, considera-se que o estado de liberdade de quem se encontrava preso era provisoriamente, ficando este vinculado ao processo penal até sua decisão.

Tabela 6. Situação Processual dos Acusados nos Contextos Intrafamiliar e Extrafamiliar

Situação dos acusados no processo	N=206	
	Intrafamiliar (n = 96)	Extrafamiliar (n = 110)
	%	%
Absolvidos	3	3
Processos arquivados	1	2
Condenados	4	1
Foragidos	12	6
Liberdade provisória	0	9
Respondendo em liberdade	61	63
Preso e autuado em flagrante delito	1	2
Prisão preventiva	18	14

No que se refere às vítimas, no contexto intrafamiliar 66% eram crianças e 34% eram adolescentes, já no contexto extrafamiliar estes percentuais foram 45% e 55% respectivamente. O sexo feminino predominou entre as vítimas, tanto no contexto intrafamiliar quanto no extrafamiliar. No contexto intrafamiliar somente 18% das vítimas pertenciam ao sexo masculino e no extrafamiliar 16%.

Neste estudo, inicialmente, foram analisadas as variáveis descritoras de características biopsicossociais de pessoas adultas acusadas de agredir sexualmente crianças, e, depois, foi calculada a probabilidade desta forma de violência ocorrer no contexto intrafamiliar e extrafamiliar em função de cada uma delas, assim como, no que diz respeito às características da agressão sexual denunciada. A Tabela 7 traz os resultados da estimativa feita a partir do modelo de regressão logística referente aos acusados de agressão sexual contra crianças e adolescentes, nos contexto intrafamiliar e extrafamiliar.

Tabela 7. Modelo de Regressão Logística dos Acusados de Autoria de Agressão Sexual

Variáveis	Parâmetro	Erro Padrão	Test de Wald	P - valor	Razão de chance
Idade na abertura do processo	0,6674	0,2982	1.9506	0,005	2.949
Situação conjugal	1.2689	0,3034	4.1826	0,001	3.557
Vínculo de parentesco com a vítima	3.4513	0,4692	7.3558	0,001	31.54
Possuir filhos	1.2895	0,3063	4.2097	0,001	3.631

O coeficiente positivo (0,6674) para a variável idade na abertura do processo sugere o seguinte: entre as pessoas acusadas de cometer agressão sexual aquelas com idade acima de 30 anos tem maior probabilidade de ser autora dessa agressão, no contexto intrafamiliar, do que uma com idade inferior a 30 anos. A razão de chance (2,949) indica que entre as pessoas acusadas aquelas acima dos 30 anos tem, aproximadamente, duas vezes mais chance de ser acusada de autoria agressão sexual no contexto intrafamiliar, quando comparado a uma com idade abaixo dos 30 anos.

Por sua vez, o coeficiente positivo (1,2689) para a variável situação conjugal sinaliza que as pessoas acusadas com cônjuge tem maior probabilidade de pertencer ao contexto intrafamiliar, do que aquelas não o possuem. A razão de chance (3,557) indica os acusados/as com cônjuge tem, aproximadamente, três vezes mais chance de pertencer ao contexto intrafamiliar quando comparada a uma que não possui a mesma condição.

Para a variável vínculo de parentesco com a vítima, o coeficiente positivo (3,4513) indicou que os acusados/as com vínculo de parentesco tem maior probabilidade de pertencer ao contexto intrafamiliar do que aquelas que não tem este tipo de relação – seja por laços consanguíneos ou por afinidade. A razão de chance (31,54) indicou que os acusados/as com vínculo de parentesco com a vítima tem provavelmente 31 vezes mais chance de pertencer ao contexto intrafamiliar. Do mesmo modo, o coeficiente positivo (1,2895) para a variável possuir filhos fortalece a suposição de os acusados/as que tinham filhos possuíam maior probabilidade pertencer ao contexto intrafamiliar do que aquelas que não possui filhos. A razão de chance (3,631) indicou que os acusados/as com filhos tem cerca de três vezes mais chance de pertencer ao contexto intrafamiliar, quando comparado a uma sem filhos.

Para a aceitação do modelo, foram feitas as estatísticas de Bondade de Ajuste de *Pearson*, *Hosmer-Lemeshow* e *Deviance*, que verificam as hipóteses H_0 : o ajuste dos dados é bom versus H_1 : o ajuste dos dados não é bom, para o estudo da chance de alguma pessoa ser acusada de autoria de agressão sexual no contexto intrafamiliar. Após o ajuste, utilizou-se o modelo para estimar a probabilidade de alguma pessoa ser acusada de autoria de agressão sexual. Resumindo: pode-se dizer que os resultados demonstraram que a maior probabilidade desta ocorrência acontecer (96,37%), corresponde às pessoas que foram acusadas de cometer agressão sexual nos processos judiciais analisados no contexto intrafamiliar, com idades acima dos 30 anos, que possuíam cônjuge, filhos e vínculo de

parentesco com a vítima. A Tabela 8 demonstra as possíveis probabilidades de ocorrência de agressão sexual.

Tabela 8. Probabilidades de Ocorrência de Agressão Sexual de acordo com o Contexto Intrafamiliar e Extrafamiliar

Contexto	Idade na abertura do processo	Situação conjugal	Vínculo de parentesco com a vítima	Possuir filhos	Probabilidades (%)
Intrafamiliar	Acima de 30	Com cônjuge	Sim	Sim	95,45
	Acima de 30	Com cônjuge	Sim	Não	93,37
	Abaixo de 30	Com cônjuge	Sim	Não	94,69
	Acima de 30	Com cônjuge	Sim	Sim	96,37
	Abaixo de 30	Sem cônjuge	Sim	Não	90,62
	Abaixo de 30	Sem cônjuge	Sim	Não	88,41
	Abaixo de 30	Sem cônjuge	Sim	Sim	93,50
Extrafamiliar	Acima de 30	Com cônjuge	Não	Não	35,43
	Acima de 30	Sem cônjuge	Não	Não	22,91
	Abaixo de 30	Sem cônjuge	Não	Não	27,33
	Abaixo de 30	Sem cônjuge	Não	Sim	30,66
	Abaixo de 30	Sem cônjuge	Não	Sim	35,89
	Abaixo de 30	Com cônjuge	Não	Não	40,98
	Abaixo de 30	Com cônjuge	Não	Sim	50,82

Discussão

Neste estudo, dos 206 processos pesquisados, 47% eram de acusados de agressão sexual que pertenciam ao contexto intrafamiliar e, 53%, contexto extrafamiliar. Esta distribuição não corroborou outras tendências que foram observadas em estudos anteriores (Langevin & Curnoe, 2012; Martins & Jorge, 2010; Pincolini & Hutz, 2014). Esses autores informaram que o maior percentual de agressão sexual contra crianças e adolescentes foi encontrado no contexto intrafamiliar, onde a vítima permanece bastante tempo vulnerável a diversas formas de ataque e ofensa e sofre repetidamente esse tipo de agressão.

Presume-se que essa distribuição dos processos, na comarca de Belém, entre os contextos estudados, ocorreu devido às dificuldades enfrentadas pelas famílias envolvidas neste estudo em denunciar os supostos autores dessa agressão, sobretudo quando esta ocorre no contexto intrafamiliar. Sabe-se que, em geral, estes são parentes próximos das

vítimas. Essa hipótese apoia-se na constatação realizada por meio da leitura dos Boletins de Ocorrências Policial (BOP), contidos nos processos analisados, pois havia um lapso de tempo maior, entre a ocorrência da agressão sexual e a denúncia quando o acusado pertencia ao contexto intrafamiliar. Em outras palavras, quando o acusado da agressão sexual estava vinculado ao contexto extrafamiliar, observou-se que, geralmente, a denúncia ocorria no mesmo dia da ocorrência da agressão sexual ou no dia seguinte, talvez porque os acusados eram pessoas que não pertenciam ao âmbito familiar.

Outra hipótese explicativa, para a amostra de processos ser maior no contexto extrafamiliar no presente estudo, pode ser a suposta naturalização da agressão sexual de crianças e adolescentes no contexto intrafamiliar em Belém, devido às características regionais desse município. Apesar de ser a capital do Estado, e estar localizada em uma região metropolitana, uma zona descrita como urbana e com maior concentração de serviços públicos, além de grande circulação de pessoas e informações de todo tipo, inclusive sobre os direitos dessa população mais vulnerável, ainda assim possui uma cultura que reduz bastante o poder das crianças e adolescentes na família e na sociedade local, como mostram pesquisas feitas por pesquisadores nos últimos anos (Santos & Souza, 2014). Desse modo, faz-se necessário a maior divulgação das legislações que visam garantir direitos e proteção de crianças e adolescentes, objetivando evitar os fatores que impedem a efetivação desses direitos, que são estabelecidos nos dispositivos sociojurídicos.

Outro aspecto a ser discutido remete ao fato de que, neste estudo, no contexto intrafamiliar, verificou-se também que 53% dos acusados eram pai ou padrastos das vítimas, outros parentes 47%. O primeiro estudo deste trabalho de dissertação, que se trata de uma revisão de literatura, demonstrou que a maioria das pessoas que se tornaram autoras de agressão sexual, no contexto intrafamiliar, sofreram agressões sexuais na

infância. Diferenciando-se daquelas que praticaram tal agressão no contexto extrafamiliar, que foram alvo de agressões físicas durante a infância. Vale ressaltar que segundo a literatura (Lussier, Bouchard & Beauregard, 2011; Simons, Wurtele & Durham, 2008), sofrer violência na infância pode causar implicações para o desenvolvimento, porém não é possível afirmar que a violência sofrida será reproduzida em fases posteriores.

Após a aplicação do modelo de regressão logística, as variáveis mais significativas para prever a probabilidade de ocorrência de acusação de prática de agressão sexual no contexto intrafamiliar e extrafamiliar foram: idade na abertura do processo, situação conjugal, vínculo de parentesco com a vítima e possuir filhos. Os resultados obtidos indicaram que a probabilidade entre as pessoas acusadas de autoria de agressão sexual no contexto intrafamiliar foi de 96,37% quando essa pessoa tinha idades acima de 30 anos, com cônjuge e filhos, e com vínculo de parentesco com a vítima. No contexto extrafamiliar a maior probabilidade alcançada foi de 50,82%, quando as pessoas acusadas possuíam abaixo de 30 anos, com cônjuge e filhos e não possuíam vínculo de parentesco com as vítimas.

Então, em termos estatísticos esses foram os resultados obtidos na população estudada, que corroboram os resultados de alguns estudos, no que se refere à idade e ao vínculo de parentesco com as vítimas (Lussier, Bouchard & Beauregard, 2011; Rebocho & Gonçalves, 2012; Rice e Harris, 2002), uma vez que esses estudos demonstraram que no contexto intrafamiliar os autores de agressão sexual possuíam vínculo de parentesco com as vítimas e eram mais velhos do que autores do contexto extrafamiliar.

Outros resultados encontrados neste estudo mostram que, no contexto intrafamiliar, no que se refere à situação conjugal e a condição de possuir filhos, estes corroboram os resultados de alguns estudos encontrados na literatura (Jesus & Moreira, 2015; Serafim, 2009). Os autores afirmam que, nesse contexto, a maior parte dos supostos autores de

agressão sexual de crianças e adolescentes, além de serem casados e possuírem filhos, são empregados e desempenham várias atividades profissionais.

Neste estudo, no contexto extrafamiliar, a maior probabilidade entre as pessoas acusadas de cometer agressão sexual contra crianças e adolescentes não ultrapassou 50,82%. Isso indicou que as pessoas acusadas de tal prática teriam, provavelmente, menos de 30 anos, possuíriam cônjuge e filho. Dessa forma, apenas ter idade abaixo de 30 anos vai ao encontro do que mostra a literatura (Lussier, Bouchard & Beauregard, 2011; Rebocho & Gonçalves, 2012).

Pesquisas dessa natureza são fundamentais para compreender a ocorrência da agressão sexual contra crianças e adolescentes e suas características segundo os contextos, intrafamiliar e extrafamiliar, pois a agressão em estudo trata-se de um sério problema social que se relaciona a outras questões sociais. No contexto intrafamiliar, a agressão sexual contra crianças e adolescentes é severamente disfuncional, por motivos diversos.

A constatação da ocorrência da agressão sexual e a denúncia pode ter diversas consequências nesse contexto, entre elas, a ruptura de vínculos socioafetivos, a desagregação familiar, onde as vítimas podem ser encaminhadas para instituições de acolhimento e os autores da agressão punidos com privação de liberdade ou deixar de conviver com a vítima. Nesse contexto, é comum as vítimas apresentarem sentimento de culpa e quanto mais duradouros e frequentes forem os episódios de agressão sexual, mais sérios serão seus efeitos psicológicos (Chaves & Costa, 2012; Risman, Figueira, Vieira & Azevedo, 2014).

O estudo de Pincolini, Hutz e Laskoski (2012), constatou que, no contexto intrafamiliar, após a denúncia da agressão sofrida pela criança ou pelo adolescente, foi mais frequente ver a vítima ser acolhida em instituições de proteção social, do que o afastamento do acusado desse convívio. Segundo esses autores, isso pode ter como

consequência para a vítima a sensação de que é ela quem está sendo punida pela ocorrência da agressão sexual.

Diversas pesquisas (Hohendorff, Costa, Habigzang & Koller, 2014; Pincolini, Hutz & Laskoski, 2012; Silva, Brito, Araújo & Abath, 2013) confirmam os resultados encontrados neste estudo, no que se refere à predominância de vítimas do sexo feminino em ambos contextos estudados, mas também em relação ao local de ocorrência e tempo de duração das supostas agressões sexuais ocorridas. Identificou-se que, tanto contexto intrafamiliar quanto no extrafamiliar, essas agressões teriam ocorrido principalmente em locais privados, sobretudo, em residências (das vítimas, dos acusados da autoria da agressão e de ambos, quando coabitavam), e apenas no contexto extrafamiliar foram identificadas acusações de ocorrências da agressão em estudo no interior de veículos e locais públicos ou ermos. Quanto à duração, as agressões teriam ocorrido, em sua maioria, mais de uma vez, no contexto intrafamiliar, diferenciando-se do contexto extrafamiliar, onde predominou episódios de única vez.

Os estudos de Lussier, Bouchard e Beauregard (2011) e Mair (1993) afirmam que no contexto intrafamiliar os autores de agressão sexual costumam manter vítimas únicas que podem ser repetidamente revitimizadas. No contexto mencionado, há evidências de que o autor da agressão apresenta maior capacidade de retardar a descoberta desse comportamento. Diferentemente do observado no contexto extrafamiliar, aonde os autores da agressão em questão fazem um número maior de vítimas, pois, em geral, praticam uma agressão por vítima e possuem menor capacidade de retardar a descoberta da agressão sexual praticada.

A continuidade da agressão sexual contra crianças e adolescentes no contexto intrafamiliar, segundo Risman, Figueira, Vieira e Azevedo (2014), relacionam-se com a Síndrome de Segredo e a Síndrome de Adição, as quais se encontram interligadas. O

segredo está diretamente relacionado com a situação de controle do autor da agressão que, por saber que seu comportamento sexual, gera intenso repúdio social, tende a se preservar com esse segredo, mantido com ameaças em relação à vítima. A Síndrome de Adição é caracterizada pelo comportamento compulsivo do descontrole do impulso diante da possibilidade de praticar a agressão sexual gerando dependência. Outra síndrome citada por esses autores se refere à síndrome de Acomodação da Criança, em que a vítima é seduzida e depois se adapta a situação de agressão, por medo, vergonha e como meio de sobrevivência.

No contexto extrafamiliar, após a constatação da ocorrência da agressão sexual, a denúncia em geral é imediata, e as principais consequências sociais e psicológicas sofridas pelas vítimas são isolamento social, trauma psicológico, sentimentos de baixa autoestima e depressão, nesse contexto a pena para o autor da agressão, em geral, é a privação da liberdade (Santos & Ippolito, 2011).

No que se refere a responsabilização da população analisada nos processos jurídicos, foi possível verificar na situação processual dessa população, que os processos pesquisados se encontravam em tramitação, pois, na maioria, não havia sentença, portanto eram apenas acusados de praticar a agressão contra crianças e adolescentes, pois segundo o texto da Constituição Brasileira de 1988 em seu artigo 5º, inciso LVII: "Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória".

O ônus de provar as acusações é totalmente do acusador, ou seja, o acusado não tem a obrigação de provar a sua inocência, pois, em regra, ele é considerado inocente até que alguém demonstre o contrário. Portanto, enquanto não existir mais a possibilidade de recursos nas instâncias judiciais os réus em regra são inocentes. O estudo de Pincolini e Hutz (2014) sobre autores de agressão sexual no sul do Brasil, concluiu que recorrer à instância de 2º Grau foi vantajoso na maior parte dos casos. No estudo em questão,

constatou-se que muitos autores de agressão sexual condenados conquistam o direito de recorrer das sentenças determinadas em condição de liberdade.

Houve processos em que existiam mais de um acusado de cometer agressão sexual contra uma única vítima, também houve processos que possuíam um único acusado e mais de uma vítima. O tipo de acusação que mais se identificou nos processos foi estupro de vulnerável, tipificado no Artigo 71 – A do Código Penal Brasileiro “Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos”. Em 58% dos processos referente ao contexto intrafamiliar havia laudos do Instituto Médico Legal (IML) confirmando a agressão sexual e no contexto extrafamiliar o percentual foi um pouco menor: 55%

No Brasil, de acordo com o Código Penal, a pena para o crime de estupro de vulnerável é de 8 (oito) a 15 (quinze) anos de reclusão, sendo aumentada a metade se quem pratica é ascendente, padrasto ou madrasta, tio, irmão, cônjuge, companheiro, tutor, curador, preceptor ou empregador da vítima ou por qualquer outro título tem autoridade sobre ela. Então, a pena para condenados de praticar agressão sexual contra crianças e adolescentes é maior para aqueles do contexto intrafamiliar.

Os acusados pertenciam, predominantemente, ao sexo masculino (98%), sendo que 61% do contexto intrafamiliar e 62% no extrafamiliar encontravam-se respondendo processo em liberdade. De acordo com Martins e Jorge (2010), o sexo masculino é apontado como predominante entre autores de agressão sexual, eles afirmam que esse predomínio reforça a discussão de gênero acerca da exploração e dominação dos homens, especialmente sobre as crianças e adolescentes, que vem perpetuando o padrão cultural da sociedade patriarcal.

Pelo exposto, constata-se que a ocorrência da agressão sexual no contexto intrafamiliar e extrafamiliar acarreta sérias consequências para o desenvolvimento das

vítimas e também para os autores de tal agressão. Os dados encontrados neste estudo podem auxiliar na criação de estratégias de prevenção e elaboração de políticas voltadas para o atendimento de todas as pessoas envolvidas nesse tipo de agressão, em especial no contexto da região amazônica, pois o estudo dessa temática ainda é incipiente nessa região.

Reconhecer através de dados fornecidos por pesquisas científicas, que na sociedade brasileira a agressão sexual contra crianças e adolescentes ocorre, tanto no contexto intrafamiliar quanto no extrafamiliar, é fundamental para o avanço na apropriação de conhecimentos sobre essa temática, a qual é importante na área da psicologia do desenvolvimento humano. Afinal, saber quem são e como se comportam pessoas acusadas de praticar agressão sexual contra crianças e adolescentes, nesses contextos, por meio da descrição de suas características biopsicossociais, em uma cidade pertencente à região amazônica, além de contribuir com o aumento de pesquisas sobre essa temática pode apontar caminhos para a realização de outros estudos, a partir das tendências apontadas nos resultados encontrados neste estudo.

Considerações Finais

Este estudo teve como objetivo investigar e analisar as características biopsicossociais de pessoas acusadas de praticar agressão sexual contra crianças e/ou adolescentes nos contextos intrafamiliar e extrafamiliar, por meio da análise de processos jurídicos. Este objetivo foi alcançado, porém uma importante limitação deste estudo foi a falta de informações nos processos sobre os acusados de cometer agressão sexual, principalmente, aos que pertenciam ao contexto extrafamiliar, e no que se refere, a ambos os contextos, em relação a fatores de risco individual, familiar e contextual para ocorrência da agressão sexual. Além disso, a escassez de estudos nacionais e regionais sobre a

população estudada no contexto extrafamiliar, limitou a discussão dos achados e sua confrontação com outras pesquisas.

Considera-se relevante a realização de mais pesquisas sobre a temática trabalhada, tanto do ponto de vista quantitativo (prevalência e características) quanto qualitativo (trajetória de vida da população estudada). Estudos quantitativos, com amostras maiores, poderão corroborar ou confrontar os achados encontrados neste estudo. Caso venham a corroborar, contribuirão para que as estimativas de prevalência da agressão sexual contra crianças e adolescentes estejam mais próximas da realidade. Estudos qualitativos com a população de autores de agressão sexual poderiam contribuir na compreensão dos fatores motivadores da ocorrência da agressão sexual no contexto intrafamiliar e extrafamiliar, bem como na proposição de intervenções que possuam uma perspectiva preventiva e terapêutica.

Outra possibilidade seria a realização de estudos longitudinais, que poderiam esclarecer as relações entre a prática da agressão sexual no contexto intrafamiliar e extrafamiliar e a reincidência. Os resultados de estudos desta natureza poderiam ser utilizados pelo sistema prisional e por outros órgãos governamentais e não governamentais, constituindo-se em valiosos subsídios para nortear intervenções junto a autores de agressão sexual desses contextos e de suas famílias e, assim, prevenir a recorrência da agressão sexual.

Referências

- Alves, N., Diego, A., De Souza Santos, J. M., Albuquerque Oliveira, J. S., & Souza Ramos, F. R. (2013). *Conselho tutelar e abuso sexual: ocorrências em crianças e adolescentes*. *Revista de Enfermagem*, 7(1): pp. 135 - 142. DOI: 10.5205/reuol.3049-24704-1-LE.0701201319
- Brasil. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2014). *Relatório de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável – Brasil*. Disponível em: <http://www.ibge.org.br/>.
- Brasil. *Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes*. (2013). Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/bibliotecavirtual/criancas-e-adolescentes/publicacoes-2013/pdfs/plano-nacional-de-enfrentamento-da-violencia-sexual-contracrianca-e-adolescentes>
- Cerqueira, D., & Coelho., D.S.C. (2014). *Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da Saúde. Nota Técnica*. IPEA. Brasília. Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/140327_notatecnica_diest11.pdf
- Chaves, E., & Costa, L. F. (2012). *Estudo técnico sobre o afastamento do agressor do lar no abuso sexual: autor, família e vítima*. *Psicologia: teoria e prática*, 14 (2), 102-115. Disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/ptp/article/view/4776/3682>
- Constituição da República Federativa do Brasil 1988. (2015). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- Ferreira, M.H.M., & Azambuja, M. R. F. (2011). *Aspectos jurídicos e psíquicos da inquirição da criança vítima*. IN: Azambuja., M.R. F., & Ferreira., M. H. M. *Violência Sexual contra crianças e adolescentes*. Porto Alegre: Artmed.

- Guimarães, J.A.T.L., & Villela, W.V. (2011). *Características da violência física e sexual contra crianças e adolescentes atendidos no IML de Maceió, Alagoas, Brasil*. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 27(8):1647-1653, ago. Disponível em: <http://www.scielo.org/pdf/csp/v27n8/19.pdf>
- Hohendorff, J.V., Costa, L. S., Habigzang, L. F., & Koller, S. H. (2014). *Análise documental de casos de violência sexual contra meninos notificados em Porto Alegre. Paidéia (Ribeirão Preto), 24 (58), pp. 187-196*. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/paideia/article/view/84829/87542>
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2013). *Relatório de Caracterização e Quadros de Análise Comparativa da Governança Metropolitana no Brasil*. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/redeipea/images/pdfs/governanca_metropolitana/rmbbelem.pdf
- Jesus, A.P.C., & Rosa, R. B. (2015). *A violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil: da proteção jurídica as políticas públicas*. XI Seminário Internacional de Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea. Disponível em: <http://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/view/13166/2249>
- Langevin, R., & Curnoe, S. (2012). *Lifetime criminal history of sex offenders seen for psychological assessment in Five decades*. International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology 56 (7) pp. 997 – 1021. Disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/21862525>
- Lei nº 12.015, de 07 de agosto de 2009 (2009). Dispõe sobre os crimes hediondos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112015.htm
- Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. (1940). Código Penal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm

Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990. (1990). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm

Libório, R. M. C., & Castro, B.M. (2010). *Abuso, exploração sexual e pedofilia: as intrincadas relações entre os conceitos e o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes*. Criança e Adolescentes: Direitos, Sexualidades e Reprodução. – ABMP. P. 19- 41. São Paulo. Brasil. Disponível em http://jornalggn.com.br/sites/default/files/documentos/livro_crianca_e_adolescente_direitos_sexualidades_reproducao.pdf

Lírio, F.C., (2013). *A Avaliação da Implementação das Ações de Enfrentamento ao Abuso Sexual contra Crianças e Adolescentes em Escolas Públicas de Ensino Fundamental no Bairro do Guamá – Belém /Pa*. Tese de Doutorado não publicada, Curso de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará. Belém, Pa.

Lodetti, A. S. (2010). *Homens encarcerados por violência sexual: um estudo sobre enunciação e performatividade*. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/93981/282994.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

Lussier, P., Bouchard, M & Beauregard, E. (2011). *Patterns of criminal achievement in sexual offending: unravelling the “successful” sex offender*. Journal of Criminal Justice 39. pp. 433–444. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0047235211000857>

Maia, A. C., & Barreto, M. (2012). *Violência contra crianças e adolescentes no Amazonas: análise dos registros*. Psicologia em Estudo, 17(2), 195-204. Disponível

- em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722012000200003&lng=en&tlng=pt. 10.1590/S1413-73722012000200003.
- Mair, K. J. (1993). *The nature of the act: a neglected dimension in the classification of sex offenders*. *British Journal of Criminology*. 33.2: pp. 267-275.
- Martins, C. B. G., & Jorge, M. H. P. M. (2010). *Abuso sexual na Infância e Adolescência: Perfil das Vítimas e Agressores em um Município do Sul do Brasil*. *Texto Contexto Enferm.* Florianópolis, Abr-Jun; 19(2): 246-55. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/tce/v19n2/05.pdf>
- Minayo, M. C. (2010). *Conceitos, teorias e tipologias de violência: a violência faz mal a saúde*. IN: Njaine, Kathie (org). *Impactos da Violência na Saúde*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ.
- Ministério da Justiça (2007). *Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania*. Disponível em: http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812B35FA90012B4A67F34171B1/aprendizagem_manual_PRONASCI.pdf
- Pincolini, A. M. F., Hutz, C. S & Laskoski, L. (2012). *Caracterização da Violência Sexual a partir de Denúncias e Sentenças Judiciais*. *Psicologia em Pesquisa*. UFJF. 6(01) - 19-28. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psipesq/v6n1/v6n1a04.pdf>
- Pincolini, A.M. F., & Hutz, C. S. (2014). *Abusadores sexuais adultos e adolescentes no sul do Brasil: pesquisa em denúncias e sentenças judiciais*. *Temas psicol.* vol.22, n.2, pp. 301-312. DOI: 10.9788/TP2014.2-03
- Rebocho, M.F., & Gonçalves, A. (2012). *Sexual Predators and Prey: A Comparative Study of the Hunting Behavior of Rapists and Child Molesters*. *Journal of Interpersonal Violence* 27(14) 2770– 2789. Disponível em <http://jiv.sagepub.com/content/27/14/2770>

Resolução de nº 466, de 12 de dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde. (2012). Dispõe sobre pesquisas e testes em seres humanos Disponível em:

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html

Resolução nº 46 de 18 de dezembro de 2007. (2007). Cria as Tabelas Processuais Unificadas do Poder Judiciário. Disponível em:

http://www.cnj.jus.br/images/stories/docs_cnj/resolucao/rescnj_46.pdf

Rice, M. E., & Harris, G. T. (2002). *Men Who Molest Their Sexually Immature Daughters: Is a Special Explanation Required?* Journal of Abnormal Psychology. Vol. 111, No. 2, 329 -339. Disponível em

<http://psycnet.apa.org/index.cfm?fa=fulltext.journal&jcode=abn&vol=111&issue=2&page=329&format=PDF>

Risman, A., Figueira, R. L., Vieira, G. M., & de Azevedo, L. T. (2014). *Abuso sexual intrafamiliar: Um olhar multifacetado para o incesto*. América Latina, 26, 87-105.

Disponível em: <http://www.revistapsicolatina.org/wp-content/uploads/2014/07/No.-26-Completo.pdf#page=92>

Russo, G. H. A., de Lira Silva, H. T., Nogueira, J. L. R., & da Silva Dantas, J. G. (2014). *Ecos do silêncio: violência sexual denunciada no CREAS Mossoró-RN*. Argumentum.

6 (1). pp. 223-239. Disponível em: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4834952>

Saches, A. C. G., Alvim, F. F., Azeredo, J. L., Curcio, R., Souza, V. M., & Botelho, L. A. (2010). *A Lei Nº 12.015 de 7 de agosto de 2009 e seus efeitos sobre o Art. 9º da lei de crimes hediondos*. Jornal Eletrônico Faculdades Integradas Vianna Júnior. Ano II – Edição I – maio. Disponível em:

http://www.viannajr.edu.br/files/uploads/20140224_082439.pdf

- Santos, B. R., & Ippolito, R. (2011). *Guia escolar: identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes*. Seropédica, RJ: EDUR. Disponível em: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000016936.pdf>
- Santos, R. A. F., & Souza, J.G.F. (2014). *Casos de violência sexual contra crianças e adolescentes na região metropolitana de Belém: uma análise dos municípios a partir dos dados obtidos das notícias divulgadas pelos jornais diário do pará e o liberal nos anos de 2008 e 2010*. *Revista Universo & Extensão*, 1(1). Disponível em: <file:///C:/Users/Defensoria/Downloads/378-1122-1-PB.pdf>
- Serafim, A.P., Saffi, F., Rigonatti, P.R., Casoy, I., & Barros, D.M. (2009). *Perfil psicológico e comportamental de agressores sexuais de crianças*. *Rev. Psiq. Clín.* 2009; 36(3):105-11. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rpc/v36n3/v36n3a04.pdf>
- Silva, M. C. M., Brito, A. M., Araújo, A. L., & Abath, M. B. (2013). *Caracterização dos casos de violência física, psicológica, sexual e negligências notificados em Recife, Pernambuco, 2012*. *Epidemiol. Serv. Saúde*, Brasília, 22(3). pp. 403-412. Disponível em: <http://scielo.iec.pa.gov.br/pdf/ess/v22n3/v22n3a05.pdf>
- Simons, D. A., Sandy K.Wurtele, S. K., & Durham, R. L. (2008). *Developmental experiences of child sexual abusers and rapists*. *Child Abuse & Neglect*. 32. pp.549 – 560. Disponível em: <https://www.ncjrs.gov/App/Publications.aspx?ID=245642>
- Vieira, M. S., Gossi, P. K., & Gasparotto, G. P. (2014). *A violência sexual infanto-juvenil e o olhar dos profissionais da rede de enfrentamento: notas críticas acerca do cenário do município de porto alegre*. XI Seminário Internacional de Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea, (11). Disponível em: <http://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/view/11750>

CAPÍTULO IV

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou contribuir com o avanço das investigações sobre as características biopsicossociais de autores de agressão sexual de crianças e adolescentes dos contextos intrafamiliar e extrafamiliar. Com o objetivo de apontar semelhanças e diferenças no perfil dos autores desse tipo de agressão nos distintos contextos inicialmente, planejou-se realizar três estudos independentes, porém tematicamente interligados, porém foram realizados dois estudos.

O primeiro estudo que corresponde a uma Revisão Sistemática de Literatura, foi realizado conforme o planejado no projeto de pesquisa aprovado. No segundo estudo, planejou-se coletar dados nos municípios de Abaetetuba, Altamira e Belém, porém não foi possível coletar esses dados no município de Altamira, pois apesar de termos obtido autorização para realização da pesquisa, não havia funcionários disponíveis para localizar os processos jurídicos para análise. Desse modo, optou-se, como alternativa, realizar a coleta em Parauapebas que é um município paraense com histórico de violações de direitos de crianças e adolescentes.

No segundo estudo, pretendia-se analisar processos transitados e julgados nos três municípios escolhidos, ou seja, processos de pessoas condenadas pelo crime de agressão sexual contra crianças e adolescentes, porém a maioria dos processos localizados ainda estava em tramitação e, portanto, sem sentenças ou penas definidas. Desta forma, atentando ao princípio constitucional da presunção de inocência, o que se pode afirmar é que os processos investigados eram de pessoas acusadas pelo crime de violência sexual contra a população infanto-juvenil.

Durante o período de coleta dos dados alguns desafios foram encontrados pela equipe que estava em campo. O primeiro deles foi a dificuldade de encontrar os processos

no município de Abaetetuba, pois apesar do registro no Sistema de Gestão de Processos Judiciais – LIBRA os mesmos não foram imediatamente localizados no arquivo da secretaria da Vara Criminal responsável por esses processos. Desta forma, por diversas vezes, a equipe, que reside em Belém, se deslocou até esse município, mas não pode realizar a coleta, pois os processos não estavam disponíveis.

Dificuldades para acessar os processos também foram encontradas em Belém, contudo, neste município, o principal obstáculo pode ser reconhecido como a falta de profissionais para identificar e separar os processos requeridos. Um único estagiário foi designado para tal tarefa e na impossibilidade de realizá-la não havia ninguém para substituí-lo, inviabilizando a coleta por diversas vezes. Outro impedimento para a coleta foi a não localização dos processos nas dependências, pois se encontravam com juízes, promotores, defensores públicos ou advogados para análises e inclusão de provas.

Além disso, o espaço inicialmente disponibilizado para análise e registro das informações contidas nos processos foi uma sala do setor multidisciplinar da Vara Especializada em julgar crimes contra crianças e adolescentes, porém, neste local frequentemente ocorriam atendimentos de depoimento sem dano e a equipe de pesquisa era convidada a se retirar e ocupar um pequeno e inadequado espaço na secretaria da Vara. Depois de algum tempo, uma sala na Vara de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher foi colocada à disposição de nossa equipe, quando havia processos disponíveis a coleta ocorria com tranquilidade. No município de Parauapebas a coleta de dados ocorreu conforme o planejado, sem intercorrências. Então, a coleta de dados do segundo estudo ocorreu conforme o planejado no município de Parauapebas, porém demorou mais que o previsto nos municípios de Abaetetuba e Belém.

Neste trabalho se alcançou o objetivo específico do primeiro estudo, que foi analisar por meio da literatura, nacional e internacional, no período de 1983 a 2013 as semelhanças

e diferenças das características biopsicossociais de autores de agressão sexual de crianças e/ou adolescentes no contexto intrafamiliar e extrafamiliar. Todas as publicações selecionadas foram caracterizadas e os dados extraídos foram organizados segundo a categoria de trabalhos que tratavam ao mesmo tempo do contexto intrafamiliar e extrafamiliar e que demonstravam seus resultados de acordo com os contextos em que ocorreram as agressões em questão foram analisadas de modo mais específico.

O objetivo do segundo estudo também foi alcançado, porém apesar da coleta de dados ter ocorrido em três municípios do Estado do Pará, para esta dissertação, optou-se por analisar somente os dados do município de Belém, uma vez que apresentou maior concentração de processos, em comparação com os outros dois municípios estudados. O objetivo específico desse estudo foi investigar e analisar as características biopsicossociais de autores de agressão sexual de crianças e/ou adolescentes nos contextos intrafamiliar e extrafamiliar, por meio da análise de processos jurídicos.

Os resultados do primeiro estudo corroboraram os resultados do segundo, em relação à forma como os dados se comportaram nos contextos estudados, sobretudo no que se refere ao sexo da população formada pelos acusados de serem autores de agressão sexual, onde predominou o sexo masculino, quanto à predominância de vítimas do sexo feminino e o local de ocorrência das agressões, onde prevaleceram espaços privados nos dois contextos e somente no contexto extrafamiliar a agressão esteve presente em veículos e local público. No contexto intrafamiliar, em ambos os estudos desta dissertação, o vínculo entre os acusados de terem cometido agressão contra crianças e adolescentes e as vítimas foi, em sua maioria, descrito como de pai ou padrastos e filhos ou enteados. Nesse contexto, uma única vítima sofreu agressão sexual mais de uma vez. No contexto extrafamiliar, também nos dois estudos aqui apresentados, os episódios de uma única agressão por vítima foram a maioria dos casos encontrados. Contudo, nesse contexto, o resultado do segundo estudo

não corroborou o resultado do segundo em relação aos autores da agressão. Uma vez que no primeiro estudo no contexto extrafamiliar predominaram autores desconhecidos para as vítimas e, no segundo, destacaram-se os autores conhecidos das vítimas e de seus familiares.

Também houve diferença no que se refere à idade da população estudada nos dois estudos. No primeiro, constatou-se que a população era mais velha no contexto intrafamiliar e mais jovem no contexto extrafamiliar, todavia, o resultado do segundo estudo demonstrou que, nos dois contextos estudados, a maioria dos acusados pela agressão em questão, possuía mais de 30 anos, sendo 81% no contexto intrafamiliar e no contexto extrafamiliar 73%, ou seja, não houve uma diferença significativa nessa variável.

A Revisão Sistemática da Literatura e o estudo documental de caráter descritivo e análise quantitativa dos dados extraídos de processos jurídicos buscaram, separadamente e conjuntamente, responder ao seguinte questionamento: Existem mais diferenças ou semelhanças entre as características biopsicossociais de pessoas que se tornaram autoras de agressão sexual no contexto intrafamiliar e extrafamiliar? Os resultados encontrados sugerem que há mais diferenças do que semelhanças no perfil das pessoas que se tornaram autoras de agressão sexual ou foram acusadas de cometer tal agressão contra crianças e/ou adolescentes nos contextos estudados.

Os estudos realizados neste trabalho de dissertação podem trazer importantes contribuições para a Psicologia do Desenvolvimento Humano, na área que estuda pessoas adultas por meio de informações retrospectivas, na medida em que dá visibilidade para aspectos biopsicossociais e contextuais da agressão sexual praticada contra criança e/ou adolescente. As pessoas envolvidas nesse tipo de agressão, na perspectiva bioecológica, são consideradas em processo de desenvolvimento, onde um conjunto de fatores pessoais e ambientais em interação sinérgica atua de forma recíproca. Nesse sentido, o conhecimento

produzido neste trabalho acadêmico pode possibilitar novas reflexões na maneira de compreender o que pode conduzir uma pessoa a se tornar autora de agressão sexual de crianças e/ou adolescentes, no contexto intrafamiliar ou extrafamiliar. Porém, para compreender essas pessoas é relevante que as condições ecológicas dos contextos em que se desenvolveram, seja levado em consideração.

A realização deste trabalho acadêmico fomentou diversos questionamentos sobre a temática estudada entre eles: por que mesmo sabendo das consequências de agredir sexualmente crianças e adolescentes este comportamento é manifestado por homens e mulheres nos contextos intrafamiliar e extrafamiliar? Qual a resposta para esse questionamento quando se utiliza modelos teóricos diferentes do Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano? Para responder a esses e outros questionamentos se faz necessário realizações de outras pesquisas científicas, principalmente em âmbito nacional, especialmente no contexto amazônico, que possui características culturais bastante diferenciadas de outras regiões do país.

Referências

- Antoni, C.D., Yunes, M.A.M., Habigzang, L., & Koller, S.H. (2011). *Abuso sexual extrafamiliar: percepções das mães de vítimas*. Estudos de Psicologia. Campinas, 28 (1) pp. 97-106. Janeiro – março. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v28n1/a10v28n1.pdf>
- Assis, S.G., Avanci, J.Q., Pesce, R.P., Pires, T. O., & Gomes, D.L. (2012). *Notificações de violência doméstica, sexual e outras violências contra crianças no Brasil*. Ciência & Saúde Coletiva, 17 (9). Pp. 2305-2317. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/csc/v17n9/a12v17n9.pdf>
- Barreto, A.C., Soares, P.G., & Barbato, S.B. (2014). *Considerações sobre o Fomento de Pesquisa em Psicologia do Desenvolvimento Humano no Brasil: História e Desafios*. Psicologia: ciência e profissão. 34 (4), 1002-1013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v34n4/1982-3703-pcp-34-4-1002.pdf>
- Blasko, B.L., Jeglic, E.L., & Mercado, C.C. (2011). *Are Actuarial Risk Data Used to Make Determinations of Sex Offender Risk Classification? An Examination of Sex Offenders Selected for Enhanced Registration and Notification*. International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology 55(5) 676–692 Disponível em: <http://ijo.sagepub.com/content/55/5/676>
- Brasil. Lei Federal nº. 9.970, de 17 de maio de 2000. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9970.htm
- Brasil. *Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes*. (2000). Disponível em http://www.comitenacional.org.br/files/anexos/08-2013_PNEVSCA-2013_f19r39h.pdf

Lei nº 12.015, de 07 de agosto de 2009 (2009). Dispõe sobre os crimes hediondos.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112015.htm

Brasil. *Relatório Disque Denúncia Direitos Humanos*. (2011). Módulo Crianças e Adolescentes. Brasília: SDH, agosto.

Bronfenbrenner, U. (2011). *Bioecologia do Desenvolvimento humano: Tornando os seres humanos mais humanos*. Porto Alegre, Brasil: Artmed.

Butler, L., Delahunty, J.G., & Lulham, R. (2012). *Effectiveness of Pretrial Community-Based Diversion in Reducing Reoffending by Adult Intrafamilial Child Sex Offenders*. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, Vol. 39. No. 4. pp. 493-513. Disponível em: <http://cjb.sagepub.com/content/39/4/493>

Cerqueira, D., & Coelho., D.S.C. (2014). *Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da Saúde*. Nota Técnica. IPEA. Brasília. Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/140327_notatecnica_diest11.pdf

De Antoni, C., & Koller, S.H. (2014). *A manifestação da agressividade na compreensão da teoria bioecológica do desenvolvimento humano*. In: Borsa, J.C., & Bandeira, D. R. (Orgs). *Comportamento Agressivo na Infância: da teoria à prática*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Ferreira, A. B. H. (2012). *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 5. Ed. Curitiba: Positivo.

Gonçalves, M., Graça, O., Almeida, N., & Vieira, F. (2010). *A psiquiatria e a psicologia na avaliação Pericial em Sexologia Forense*. *Acta Med Port* 23: 469-474. Disponível em <http://www.actamedicaportuguesa.com/revista/index.php/amp/article/view/632/316>

- Guimarães J.A.T.L., & Villela. W.V. (2011). *Características da violência física e sexual contra crianças e adolescentes atendidos no IML de Maceió, Alagoas, Brasil*. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 27(8):1647-1653, ago. Disponível em: <http://www.scielo.org/pdf/csp/v27n8/19.pdf>
- Habigzang, L.F., Ramos, M., & Koller, S.H. (2011). *A Revelação de Abuso Sexual: As Medidas Adotadas pela Rede de Apoio*. Psicologia: Teoria e Pesquisa Out-Dez 2011, Vol. 27 n. 4, pp. 467-473. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v27n4/10.pdf>
- Hildebrand, N. A., Celeri, E. H. R. V., Morcillo, A. M., & Zanolli, M. L. (2015). *Violência doméstica e risco para problemas de saúde mental em crianças e adolescentes*. Psicologia: Reflexão e Crítica, 28(2), 213-221. Retrieved June 18, 2015, Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722015000200213&lng=en&tlng=pt. 10.1590/1678-7153.201528201.
- Hohendorff, V.J., Habigzang, L.F., & Koller, S.H. (2012). *Violência sexual contra meninos: dados epidemiológicos, características e consequências*. Psicologia: USP, S.P. 23(2), 395-415. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pusp/v23n2/aop0712.pdf>
- Lambie, I., & Stewart, M.W. (2012). *Community Solutions for the Community's Problem: An Evaluation of Three New Zealand Community-Based Treatment Programs for Child Sexual Offenders*. International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology 56 (7) 1022 – 1036. Disponível em: <http://ijo.sagepub.com/content/56/7/1022>
- Libório, R. M. C., Castro, B.M. (2010). *Abuso, exploração sexual e pedofilia: as intrincadas relações entre os conceitos e o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes*. Criança e Adolescentes: Direitos, Sexualidades e Reprodução. – ABMP. pp. 19 - 41. São Paulo. Brasil. Disponível em

http://jornalggn.com.br/sites/default/files/documentos/livro_crianca_e_adolescente_direitos_sexualidades_reproducao.pdf

Lima, J.S., & Deslandes, S.F. (2011). *A notificação compulsória do abuso sexual contra crianças e adolescentes: uma comparação entre os dispositivos americanos e brasileiros*. Interface: comunicação saúde educação. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/icse/v15n38/aop4111.pdf>

Lírio, F.C., (2013). *A Avaliação da Implementação das Ações de Enfrentamento ao Abuso Sexual contra Crianças e Adolescentes em Escolas Públicas de Ensino Fundamental no Bairro do Guamá – Belém /Pa*. Tese de Doutorado não publicada, Curso de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará. Belém, Pa.

Maia, A. C., & Barreto, M. (2012). *Violência contra crianças e adolescentes no Amazonas: análise dos registros*. Psicologia em Estudo, 17(2), 195-204. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722012000200003&lng=en&tlng=pt. 10.1590/S1413-73722012000200003.

Marshall, W. L., Marshall, L. E., & Kingston, D. A. (2011). *Are the cognitive distortions of child molesters in need of treatment?* Journal of Sexual Aggression, 17(2), 118-129. Disponível em: http://www.researchgate.net/profile/Liam_Marshall/publication/233094231_Are_the_cognitive_distortions_of_child_molesters_in_need_of_treatment/links/54d23e6a0cf2b0c614690a58.pdf

Martins, C. B. G. & Jorge, M. H. P. M. (2010). *Abuso sexual na Infância e Adolescência: Perfil das Vítimas e Agressores em um Município do Sul do Brasil*. Texto Contexto Enferm. Florianópolis, Abr-Jun; 19(2): 246-55. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/tce/v19n2/05.pdf>

- Matos, C.S.N., Costa, C.L.N.A., Ferreira, G.A., Cardoso, J.V., Santos, M.A.S & Pereira M.C.S. (2013). *Análise do abuso sexual a crianças e adolescentes e a proteção familiar no município do Conde-BA nos anos de 2004 a 2012*. Cadernos de Graduação: Ciências Humanas e Sociais. Aracaju. v. 1, n.16. p. 157-163. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/index.php/cadernohumanas/article/view/262>.
- Monteiro, D. V. X. (2012). *Crimes Sexuais Contra Crianças: Pedófilo vs Molestador Sexual*. Disponível em: <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0640.pdf>
- Mota, M. E. (2005). *Psicologia do desenvolvimento: uma perspectiva histórica*. Temas em Psicologia, Vol. 13, nº 2, 105 – 111. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v13n2/v13n2a03.pdf>
- Moura, A. S., & Koller, S. H. (2008). *A criança na visão de homens acusados de abuso sexual: um estudo sobre distorções cognitivas*. Psico-USF, Vol. 13, No. 1, pp. 85-94, jan /jun. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/pusf/v13n1/v13n1a11.pdf>
- Neves, A. S., Castro, G. B., Hayeck, C. M., & Cury, D. G. (2010). *Abuso sexual contra a criança e ao adolescente: reflexões interdisciplinares*. Temas em Psicologia - 2010, Vol. 18, n. 1, 99 – 111. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v18n1/v18n1a09.pdf>
- Olofsson, N. (2014). *A life course model of self-reported violence exposure and ill health with a public health problem perspective*. AIMS Public Health. Vol. 1, Issue 1, pp. 9-24. Disponível em: http://aimspress.com/aimsph/ch/reader/create_pdf.aspx?file_no=20140101&year_id=2014&quarter_id=1&falg=1
- Organização Mundial de Saúde. *Relatório Mundial sobre violência e saúde*. (2002). *Relatório da OMS*. Disponível em: http://www.who.int/violence_injury_prevention/violence/world_report/en/

- Pelisoli, C., Pires, J.P.M., Almeida, M.E., & Dell’Aglío, D.D. (2010). *Violência sexual contra crianças e adolescentes: dados de um serviço de referência*. Temas em Psicologia - 2010, Vol. 18, nº 1, 85 – 97. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v18n1/v18n1a08.pdf>
- Pincolini, A.M. F., & Hutz, C. S. (2014). *Abusadores sexuais adultos e adolescentes no sul do Brasil: pesquisa em denúncias e sentenças judiciais*. Temas psicol. vol.22, n.2, pp. 301-312. DOI: 10.9788/TP2014.2-03
- Rebocho, M.F., & Gonçalves, A. (2012). *Sexual Predators and Prey: A Comparative Study of the Hunting Behavior of Rapists and Child Molesters*. Journal of Interpersonal Violence 27(14) 2770– 2789. Disponível em <http://jiv.sagepub.com/content/27/14/2770>
- Rice, M. E., & Harris, G. T. (2002). *Men Who Molest Their Sexually Immature Daughters: Is a Special Explanation Required?* Journal of Abnormal Psychology. Vol. 111, No. 2, 329 –339. Disponível em <http://psycnet.apa.org/index.cfm?fa=fulltext.journal&jcode=abn&vol=111&issue=2&page=329&format=PDF>
- Sands, N., Elsom, S., & Gerdtz, M. (2012). *Mentalhealth-relatedrisk factors for violence:using the evidence to guidementalhealth triage decision making*. Journal of Psychiatric and Mental Health Nursing 19(8): 690-701. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1365-2850.2011.01839.x/epdf>
- Sanfelice, M.M., De Antoni, C.(2010). *A Percepção do Abusador Sexual sobre a (sua) Sexualidade*. Revista Interamericana de Psicologia/Interamerican Journal of Psychology – Vol. 44, Num. 1 pp. 131-139.

Titcomb, C., Delahunty, J.G., & Puisseau, B.W. (2012). *Pretrial Diversion for Intrafamilial Child Sexual Offending Does Biological Paternity Matter?* Criminal Justice and Behavior. Vol. 39 No. 4, April. 552-570. Disponível em <http://cjb.sagepub.com/content/39/4/552.full.pdf>

Vasconcelos, K.L., Ferreira, A. G. N., Oliveira, E. N., Siqueira., D.D., & Pinheiro, P.N.C. (2010). *Características da violência sexual sofrida por crianças assistidas por um programa de apoio.* Rev. Rene. Fortaleza, Vol.11. No.1, p. 38-47, jan. /mar. Disponível em: <http://www.revistarene.ufc.br/revista/index.php/revista/article/view/345/pdf>

ANEXO A

NÚCLEO DE MEDICINA
TROPICAL-NMT/
UNIVERSIDADE FEDERAL DO



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Agressor Sexual de Crianças e Adolescentes

Pesquisador: Daniela Castro dos Reis

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 18209313.1.0000.5172

Instituição Proponente: Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento

Patrocinador Principal: CONS NAC DE DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLÓGICO

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 650.210

Data da Relatoria: 30/04/2014

Apresentação do Projeto:

projeto objetiva compreender a violência sexual contra criança e adolescente na percepção do agressor sexual. Os dados serão coletados por meio de entrevista individuais, com homens e mulheres acima de 18 anos de idade que tenham processo transitado e julgado pelo crime de violência sexual contra criança e adolescente, que se encontrem, em liberdade ou cumprindo pena em regime de cárcere. A pesquisadora já possui autorização dos dirigentes das unidades, com garantia de espaço e proteção para coleta dos dados.

Objetivo da Pesquisa:

O trabalho pretende estudar o perfil biopsicossocial de agressores sexuais de crianças e adolescente e os fatores de risco e proteção presentes em sua trajetória de vida.

Objetivo Específico:

¿ Identificar e analisar as características biopsicossociais dos agressores nos processos jurídicos que tramitam na Vara da Infância e Juventude na Comarca de Belém, na Promotoria da Infância e Juventude do Ministério Público do Pará, e Vara de Execução Penal de Belém/PA;

¿ Compreender a violência sexual contra criança e adolescente na percepção do agressor sexual;

Endereço: Av. Generalíssimo Deodoro, 92

Bairro: Umarizal

CEP: 66.055-240

UF: PA

Município: BELEM

Telefone: (91)3201-6857

E-mail: cepbel@ufpa.br

NÚCLEO DE MEDICINA
TROPICAL-NMT/
UNIVERSIDADE FEDERAL DO



Continuação do Parecer: 650.210

¿ Verificar e analisar os fatores de risco e proteção presentes nos contextos ecológicos do desenvolvimento de agressores sexuais.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A pesquisadora explicita que dará suporte psicológico, caso algum participante manifeste desconforto com a entrevista.

O estudo trará contribuições teóricas, considerando que são escassos os trabalhos sobre o agressor de violência sexual, no âmbito social os dados poderão auxiliar as instituições carcerárias no lidar com esses agressores, almejando a não reincidência.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O TCLE deverá ser modificado incluindo as seguintes informações: 1- convite formal para participar do estudo; 2- Enfatizar a justificativa para o estudo; 3- enfatizar a guarda das informações pelo pesquisador; 4- Por motivo de segurança da pesquisadora sugere-se colocar endereço institucional fazendo referência também ao comitê de ética para esclarecimentos caso necessário (endereço, telefone e e-mail); 5- Precisa ser informado o tempo de realização do estudo com início e fim; 6- Esta ausente informações sobre o processo de devolução dos dados para os participantes; 7- Redigir o termo em papel timbrado da instituição. Deverá ser anexado a declaração Judicial dos Órgãos competentes

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todas as recomendações foram acatadas pelo proponente.

Recomendações:

Considerando que as recomendações foram incluídas no documento apresentado, sou de parecer favorável a aprovação do estudo.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendências

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Av. Generalíssimo Deodoro, 92
Bairro: Umarizal CEP: 66.055-240
UF: PA Município: BELEM
Telefone: (91)3201-6857 E-mail: cepbel@ufpa.br

NÚCLEO DE MEDICINA
TROPICAL-NMT/
UNIVERSIDADE FEDERAL DO



Continuação do Parecer: 650.210

Considerações Finais a critério do CEP:

BELEM, 16 de Maio de 2014

Assinado por:
ANDERSON RAIOL RODRIGUES
(Coordenador)

Endereço: Av. Generalíssimo Deodoro, 92
Bairro: Umarizal **CEP:** 66.055-240
UF: PA **Município:** BELEM
Telefone: (91)3201-6857 **E-mail:** cepbel@ufpa.br

ANEXO B

Termo de autorização para a realização da pesquisa

Estamos realizando uma pesquisa intitulada **Agressores sexuais de crianças e adolescentes: características biopsicossociais e trajetórias de desenvolvimento**, orientada pela professora Dra. Lília Ieda Chaves Cavalcante (Prof^a. Dra. do Programa de Teoria e Pesquisa do Comportamento, Docente da Faculdade de Serviço Social) e realizada por mim, Daniela Castro dos Reis, psicóloga, Mestre e Doutoranda, por meio do Laboratório e Ecologia de Desenvolvimento Humano (LED), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento da Universidade Federal do Pará (UFPA). A pesquisa tem como objetivo investigar dados sobre **Agressores sexuais de crianças e adolescentes suas características biopsicossociais e trajetórias de desenvolvimento**. Para tanto será necessário realizado um estudo com fontes documentais, acessando os processos jurídicos.

Para a realização deste estudo, solicitaremos via ofício as informações sobre os processos jurídicos, por meio de uma ficha elaborada para este fim, à equipe técnica, de maneira que a pesquisadora não tenha acesso aos dados processuais diretamente, já que os processos correm em segredo de justiça. Este estudo tem o objetivo de identificar os aspectos biopsicossociais e os fatores de risco e proteção na trajetória de desenvolvimento do autor de agressão sexual.

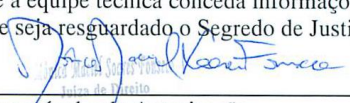
A qualquer momento o responsável pela instituição poderá solicitar informações sobre os procedimentos ou outros assuntos relacionados a este estudo. Todos os cuidados serão tomados para garantir o sigilo e a confidencialidade das informações bem como das instituições envolvidas, já que apenas a equipe de pesquisa terá acesso às informações obtidas na pesquisa. Todo o material desta pesquisa ficará armazenado no Programa de Pós-graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento da UFPA e serão destruídos depois de um período de cinco anos. Informamos ainda que o estudo está de acordo com a resolução de nº 466, de 12 de dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Saúde, respeitando assim todos os aspectos éticos em pesquisa detalhados na resolução.

Através deste trabalho, esperamos contribuir para o esclarecimento de algumas questões sobre o autor de agressão sexual de crianças e adolescentes em homens que cometeram esse ato. Desde já agradecemos sua contribuição para o desenvolvimento desta atividade de pesquisa e colocamo-nos a disposição para o esclarecimento através do telefone do Programa em Teoria e Pesquisa do Comportamento da UFPA, fone/fax (91)3201-7662, Coordenação (91) 3201-8542, Secretaria (91)3201-8476, e-mail: comporta@ufpa.br

Lília Iêda Chaves Cavalcante-Orientadora responsável (91) 8112-8006
Daniela Castro dos Reis-Psicóloga responsável (91) 8215-1992

Data 04/04/2014.

Autorizo a realização da pesquisa e que a equipe técnica conceda informações solicitadas pela equipe de pesquisa da UFPA, desde que seja resguardado o Segredo de Justiça dos processos.



Responsável pela Autorização
Mônica Maciel Soares Fonseca

Juíza da Vara de Crimes contra Criança e Adolescente

APÊNDICE A

FORMULÁRIO PARA CARACTERIZAÇÃO BIOPSISSOCIAL DO AUTOR E DA VÍTIMA DE AGRESSÃO SEXUAL

1 – IDENTIFICAÇÃO:

Nº do formulário _____ Nº do Processo _____ Data da abertura do processo: ___/___/___ Data da ocorrência da primeira agressão sexual: ___/___/___ <input type="checkbox"/> SI Data do B.O.: ___/___/___ <input type="checkbox"/> SI	Data da coleta: ___/___/2014 Cargo/graduação do Aplicador: _____ Cidade: Belém
---	--

2. DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS

AGRESSOR (A)			VÍTIMA (V)		
Data de nascimento ___/___/_____	Idade que cometeu o crime sexual _____	<input type="checkbox"/> SI	Data de nascimento ___/___/_____	Idade que sofreu a agressão sexual _____	<input type="checkbox"/> SI
Sexo	<input type="checkbox"/> Feminino <input type="checkbox"/> Masculino	<input type="checkbox"/> SI	Sexo	<input type="checkbox"/> Feminino <input type="checkbox"/> Masculino	<input type="checkbox"/> SI
Cor/Etnia	<input type="checkbox"/> Amarela <input type="checkbox"/> Branca <input type="checkbox"/> Parda <input type="checkbox"/> Preta	<input type="checkbox"/> SI	Cor/Etnia	<input type="checkbox"/> Amarela <input type="checkbox"/> Branca <input type="checkbox"/> Parda <input type="checkbox"/> Preta	<input type="checkbox"/> SI
Religião	<input type="checkbox"/> Católica <input type="checkbox"/> Espírita <input type="checkbox"/> Evangélica <input type="checkbox"/> Candomblé <input type="checkbox"/> Sem Religião <input type="checkbox"/> Outra/ Qual? _____	<input type="checkbox"/> SI	Religião	<input type="checkbox"/> Católica <input type="checkbox"/> Espírita <input type="checkbox"/> Evangélica <input type="checkbox"/> Candomblé <input type="checkbox"/> Sem Religião <input type="checkbox"/> Outras? Qual? _____	<input type="checkbox"/> SI
Situa. Conjugal	<input type="checkbox"/> Casado <input type="checkbox"/> Divorciado <input type="checkbox"/> Separado <input type="checkbox"/> Solteiro <input type="checkbox"/> União Estável <input type="checkbox"/> Viúvo	<input type="checkbox"/> SI	Faixa etária	<input type="checkbox"/> Adolescente <input type="checkbox"/> Criança	<input type="checkbox"/> SI
Possuifilhos	<input type="checkbox"/> Sim Quantos? _____ <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> SI	Mora com	<input type="checkbox"/> Mãe <input type="checkbox"/> Pai <input type="checkbox"/> Irmãos <input type="checkbox"/> Avô <input type="checkbox"/> Avó <input type="checkbox"/> Primo(a) <input type="checkbox"/> Tio(a) <input type="checkbox"/> Outros	<input type="checkbox"/> SI
Bairro/onde mora		<input type="checkbox"/> SI	Bairro/onde mora		<input type="checkbox"/> SI
Ondenasceu	Cidade <input type="checkbox"/> SI Estado _____	<input type="checkbox"/> SI	Ondenasceu	Cidade <input type="checkbox"/> SI Estado _____	<input type="checkbox"/> SI
Onde mora	Cidade <input type="checkbox"/> SI Estado _____	<input type="checkbox"/> SI	Onde mora	Cidade <input type="checkbox"/> SI Estado _____	<input type="checkbox"/> SI
Zona	<input type="checkbox"/> Urbana <input type="checkbox"/> Rural <input type="checkbox"/> Ribeirinho <input type="checkbox"/> SI	<input type="checkbox"/> SI	Zona	<input type="checkbox"/> Urbana <input type="checkbox"/> Rural <input type="checkbox"/> Ribeirinho <input type="checkbox"/> SI	<input type="checkbox"/> SI
Idade quando cometeu a 1ª agressão sexual		<input type="checkbox"/> SI	Idade quando sofreu a 1ª abuso sexual		<input type="checkbox"/> SI
Escolaridade	<input type="checkbox"/> Nunca estudou <input type="checkbox"/> E.F.I./ Série ___ <input type="checkbox"/> E.F.C <input type="checkbox"/> E.M.I./Série ___	<input type="checkbox"/> E.M.C. <input type="checkbox"/> E. S. I./Curso: _____ <input type="checkbox"/> E.S.C./Curso: _____	<input type="checkbox"/> SI	Escolaridade	<input type="checkbox"/> Nunca estudou <input type="checkbox"/> Creche <input type="checkbox"/> Pré-escola <input type="checkbox"/> E.F.I./ Série ___ <input type="checkbox"/> E.F.C <input type="checkbox"/> E.M.I./Série ___
				<input type="checkbox"/> E.M.C. <input type="checkbox"/> E. S. I./Curso: _____ <input type="checkbox"/> _____ <input type="checkbox"/> E.S.C./Curso: _____ <input type="checkbox"/> N.A.	<input type="checkbox"/> SI

Com vínculo de Parentesco	<input type="checkbox"/> Mãe <input type="checkbox"/> Pai <input type="checkbox"/> Irmão <input type="checkbox"/> Avô(ó) <input type="checkbox"/> Avôdrasto <input type="checkbox"/> Primo(a) <input type="checkbox"/> Tio(a) <input type="checkbox"/> Padrasto/Madrasta: <input type="checkbox"/> Cunhada(o)	<input type="checkbox"/> SI	Com vínculo de parentesco	<input type="checkbox"/> Filho (a) <input type="checkbox"/> Neto(a) <input type="checkbox"/> Primo(a) <input type="checkbox"/> Sobrinho (a) <input type="checkbox"/> Entead(o) <input type="checkbox"/> Cunhado(a) <input type="checkbox"/> Outros: _____	<input type="checkbox"/> SI
Semvínculo de parentesco	<input type="checkbox"/> Amiga(o) <input type="checkbox"/> Babá(s) <input type="checkbox"/> Desconhecida(o) <input type="checkbox"/> Conhecido <input type="checkbox"/> Vizinha(o) <input type="checkbox"/> Colega da escola <input type="checkbox"/> Namorada(o) <input type="checkbox"/> Professor(a) <input type="checkbox"/> N.A. <input type="checkbox"/> Outros: Qual? _____	<input type="checkbox"/> SI	Semvínculo de parentesco	<input type="checkbox"/> Aluna(o) <input type="checkbox"/> Amiga(o) <input type="checkbox"/> Colega da escola <input type="checkbox"/> Desconhecida(o) <input type="checkbox"/> Conhecido(a) <input type="checkbox"/> Namorado(a) <input type="checkbox"/> Namorado(a) <input type="checkbox"/> Vizinho(a) <input type="checkbox"/> N.A. <input type="checkbox"/> Outros: Qual? _____	<input type="checkbox"/> SI
Saúde	<input type="checkbox"/> Condições Médicas Graves: Qual? _____ <input type="checkbox"/> Deficiência: <input type="checkbox"/> física/motora <input type="checkbox"/> auditiva <input type="checkbox"/> visual <input type="checkbox"/> Intelectual <input type="checkbox"/> Laudo Transtorno Mental: Qual? _____ <input type="checkbox"/> Laudo Síndrome Cerebral Orgânica: Qual? _____ <input type="checkbox"/> Transtorno Mental/Parafilia (Pedofilia) <input type="checkbox"/> Outros: _____	<input type="checkbox"/> SI	Saúde	<input type="checkbox"/> Condições Médicas Graves: Qual? _____ <input type="checkbox"/> Deficiência: <input type="checkbox"/> física/motora <input type="checkbox"/> auditiva <input type="checkbox"/> visual <input type="checkbox"/> Intelectual <input type="checkbox"/> Transtorno Mental: Qual? _____ <input type="checkbox"/> Síndrome Cerebral Orgânica: Qual? _____ <input type="checkbox"/> Outros: _____	<input type="checkbox"/> SI
Ocupação		<input type="checkbox"/> SI	Ocupação	<input type="checkbox"/> Estudante <input type="checkbox"/> Aprendiz <input type="checkbox"/> Estagiário <input type="checkbox"/> Não se aplica	
Condição	<input type="checkbox"/> Autônomo <input type="checkbox"/> Beneficário/Pensionista <input type="checkbox"/> Estagiário/Estudante	<input type="checkbox"/> Empregado <input type="checkbox"/> Desempregado <input type="checkbox"/> Trabalho eventual		<input type="checkbox"/> Estudante/Estagiário <input type="checkbox"/> Do lar <input type="checkbox"/> SI	

3. DADOS PROCESSUAIS

AUTOR DE AGRESSOR(A) SEXUAL			
Bairro onde aconteceu o ato		<input type="checkbox"/> Zona Urbana <input type="checkbox"/> Zona Rural	<input type="checkbox"/> Período Diurno <input type="checkbox"/> Período Noturno
	Local onde aconteceu o ato:		<input type="checkbox"/> SI
Agressão sexual:	<input type="checkbox"/> Intrafamiliar <input type="checkbox"/> Extrafamiliar		<input type="checkbox"/> SI
Tipo de Local onde aconteceu o ato	<input type="checkbox"/> Público/privado <input type="checkbox"/> Público <input type="checkbox"/> Privado <input type="checkbox"/> Ciber espaço <input type="checkbox"/> Outro _____		<input type="checkbox"/> SI
No espaço privado	<input type="checkbox"/> Residência da vítima <input type="checkbox"/> Residência do Autor <input type="checkbox"/> Residência da vítima/autor <input type="checkbox"/> Residência de Terceiros/Onde? _____	No espaço público	<input type="checkbox"/> Rio/Mata <input type="checkbox"/> Estabelecimento comercial/lazer <input type="checkbox"/> Via pública/terreno baldio <input type="checkbox"/> Motel <input type="checkbox"/> Outros/Onde? _____ <input type="checkbox"/> N.A.

	<input type="checkbox"/> Outros/Onde? _____ <input type="checkbox"/> N.A. <input type="checkbox"/> SI		
Confessou:	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		<input type="checkbox"/> SI
Se sim qual foram os Motivos:			<input type="checkbox"/> SI
Tempo de duração da Agressão Sexual (meses/ano)			<input type="checkbox"/> SI
Quantas vezes por semana			<input type="checkbox"/> SI
Onde foi realizado o BOP	Delegacia:		<input type="checkbox"/> SI
Tipificação do Ato			<input type="checkbox"/> SI
Situação processual do autor			<input type="checkbox"/> SI
Quantos processos/condenações anteriores	<input type="checkbox"/> Nenhuma _____ <input type="checkbox"/> 05 Quais? _____ <input type="checkbox"/> 01 Quais? _____ <input type="checkbox"/> 06 Quais? _____ <input type="checkbox"/> 02 Quais? _____ <input type="checkbox"/> 07 Quais? _____ <input type="checkbox"/> 03 Quais? _____ <input type="checkbox"/> 08 Quais? _____ <input type="checkbox"/> 04 Quais? _____ <input type="checkbox"/> 09 Quais? _____		<input type="checkbox"/> SI
Tempo de abertura de processo			<input type="checkbox"/> SI
Julgamento	<input type="checkbox"/> Uliminar <input type="checkbox"/> Julgamento de 1ª grau / Qual encaminhamento/medidas: _____ <input type="checkbox"/> Julgamento de 2ª grau/ Qual encaminhamento/medidas: _____ <input type="checkbox"/> Julgamento de 3ª grau/ Qual encaminhamento/medidas: _____		<input type="checkbox"/> SI
Aplicação da Pena definitiva	Data: : ____/____/____		<input type="checkbox"/> SI
Fatores de risco individual para Agressão sexual	<input type="checkbox"/> Agressividade <input type="checkbox"/> Humor eufórico <input type="checkbox"/> Cíume patológico <input type="checkbox"/> Humor ansioso <input type="checkbox"/> Cognição confusa <input type="checkbox"/> Ideação homicida <input type="checkbox"/> Delírio <input type="checkbox"/> Ideação suicida <input type="checkbox"/> Fobias <input type="checkbox"/> Impulsividade <input type="checkbox"/> Humor deprimido <input type="checkbox"/> Memória preservada <input type="checkbox"/> Humor desesperançado <input type="checkbox"/> Obsessão/compulsão <input type="checkbox"/> Humor irritável <input type="checkbox"/> Paranoia	<input type="checkbox"/> Problemas com a aparência física <input type="checkbox"/> Ter alguma doença grave ou lesões sérias <input type="checkbox"/> Tentativa de suicídio <input type="checkbox"/> Uso de drogas ilícitas <input type="checkbox"/> Uso abusivo do álcool <input type="checkbox"/> Outros: Quais? _____	<input type="checkbox"/> SI
Fatores de risco na família para Agressão Sexual	<input type="checkbox"/> Abandono <input type="checkbox"/> Não ter recebido cuidado ou atenção dos pais <input type="checkbox"/> Baixo nível econômico da família <input type="checkbox"/> Negligência familiar <input type="checkbox"/> Falecer alguém importante <input type="checkbox"/> Passar fome <input type="checkbox"/> Fugir de casa <input type="checkbox"/> Tem alguém doente da família <input type="checkbox"/> Separação dos pais <input type="checkbox"/> Um dos pais ter se casado novamente	<input type="checkbox"/> Violência institucional <input type="checkbox"/> Violência psicológica <input type="checkbox"/> Violência física <input type="checkbox"/> Outros: Quais? _____	<input type="checkbox"/> SI

	<input type="checkbox"/> Sofrer grave acidente <input type="checkbox"/> Violência sexual	
Fator de risco contextual para Agressão sexual	<input type="checkbox"/> Acesso à bebida alcoólica <input type="checkbox"/> Dormir na rua <input type="checkbox"/> Problemas com o sistema legal/criminal <input type="checkbox"/> Acesso ao crack <input type="checkbox"/> Fanatismo Religioso <input type="checkbox"/> Problemas econômicos <input type="checkbox"/> Acesso a anabolizante <input type="checkbox"/> Ficar grávida ou namorada grávida <input type="checkbox"/> Problemas com o social (não ter amigos) <input type="checkbox"/> Acesso a cocaína <input type="checkbox"/> Problemas com a justiça <input type="checkbox"/> Ser morador de rua <input type="checkbox"/> Acesso a remédio <input type="checkbox"/> Problemas habitacionais (mudanças de casa) <input type="checkbox"/> Ter sido acolhido no abrigo <input type="checkbox"/> Acesso a maconha <input type="checkbox"/> Problemas educacionais <input type="checkbox"/> Ter histórico criminal <input type="checkbox"/> Acesso a cigarro <input type="checkbox"/> Problemas ocupacionais (perda do emprego) <input type="checkbox"/> Outros. Quais? _____	<input type="checkbox"/> SI
Argumentos Oferecidos pela Defesa:	<input type="checkbox"/> Atribui os sintomas da violência sexual ao afastamento da mãe do lar <input type="checkbox"/> Calúnia da mãe por vingança, raiva e desavença com o autor de agressão sexual <input type="checkbox"/> Calúnia da vítima para não se submeter às ordens e regras do agressor <input type="checkbox"/> Mal entendido <input type="checkbox"/> Negação da Agressão Sexual <input type="checkbox"/> Parentes e amigos induziram a vítima, para retirar ele de caso ou por detestarem o autor de agressão sexual <input type="checkbox"/> Responsabiliza a vítima pela violência <input type="checkbox"/> Responsabiliza outras pessoas pela violência	<input type="checkbox"/> SI

4. DADOS PROCESSUAIS

VÍTIMA	Depoimento sem dano <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		
Houve mais de uma vítima:	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		<input type="checkbox"/> SI
Caso a resposta seja "sim", a outra vítima era da mesma família?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> N.A.	<input type="checkbox"/> SI	A outra vítima tinha parentesco com o agressor? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> N.A. Quantas e Quem eram? _____
Quem fez a denúncia	<input type="checkbox"/> Mãe <input type="checkbox"/> Vítima <input type="checkbox"/> Pai <input type="checkbox"/> Outros parentes: Qual? _____		<input type="checkbox"/> SI
Os primeiros encaminhamentos adotados	<input type="checkbox"/> Ao Conselho Tutelar <input type="checkbox"/> À Escola <input type="checkbox"/> Ao CRAS <input type="checkbox"/> PROPAZ <input type="checkbox"/> AO CREAS <input type="checkbox"/> À Polícia <input type="checkbox"/> Ao hospital ou unidade pública de saúde <input type="checkbox"/> Outras: Quais? _____		<input type="checkbox"/> SI
Agressão sexual foi comprovada?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Houve confirmação pelo IML? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> N.A.	
A principal forma de comprovação	<input type="checkbox"/> Avaliação Psicológica <input type="checkbox"/> Depoimento da vítima <input type="checkbox"/> Depoimento de outros familiares <input type="checkbox"/> Exames ginecológicos <input type="checkbox"/> Exame de corpo e delito <input type="checkbox"/> Laudos do IML <input type="checkbox"/> Relato da mãe <input type="checkbox"/> Imagens/vídeos <input type="checkbox"/> Outras: Quais? _____ <input type="checkbox"/> N.A.		<input type="checkbox"/> SI

Indícios que contribuíram para que a ocorrência não fosse confirmada	<input type="checkbox"/> Ausência de Exame Médico ou provas materiais <input type="checkbox"/> Depoimento do agressor <input type="checkbox"/> Depoimento da mãe da vítima <input type="checkbox"/> Depoimento da Vítima <input type="checkbox"/> Laudos do IML <input type="checkbox"/> Outras: Quais? _____ <input type="checkbox"/> N.A.		<input type="checkbox"/> SI	
Tipos de violência sofrida pela vítima, além da agressão sexual	<input type="checkbox"/> Abandono (AB) <input type="checkbox"/> Violência psicológica (VPS) <input type="checkbox"/> Violência física (VF) <input type="checkbox"/> Negligência familiar (NF) <input type="checkbox"/> Violência Institucional (VI) <input type="checkbox"/> Violência Patrimonial (VP)		<input type="checkbox"/> SI	
Severidade e gravidade da agressão sexual	<input type="checkbox"/> Agressão sexual com uso da força e/ou outro tipo de coerção severa (Handson) <input type="checkbox"/> Agressão sexual com "menos" severos como exibicionismo e abuso verbal (Hands off) <input type="checkbox"/> Com contato físico sem uso da força, com sedução		<input type="checkbox"/> SI	
Atos de agressão sexual contra a vítima	<input type="checkbox"/> Assédio <input type="checkbox"/> Esfregar-se na vítima ou passar a mão no corpo <input type="checkbox"/> Exibicionismo da genitália do autor <input type="checkbox"/> Masturbação da vítima pelo agressor e vice-versa <input type="checkbox"/> Obrigação de assistir relações sexuais de terceiros <input type="checkbox"/> Tirar as roupas da vítima <input type="checkbox"/> Sexo vaginal <input type="checkbox"/> Sexo anal <input type="checkbox"/> Sexo oral <input type="checkbox"/> Outras: Quais? _____		<input type="checkbox"/> SI	
A vítima reagiu no ato	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> N.A. <input type="checkbox"/> S.I.	A vítima reagiu após o ato	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> N.A. <input type="checkbox"/> S.I.	
Tipo de reação no ato	<input type="checkbox"/> Chorar <input type="checkbox"/> Consentir <input type="checkbox"/> Empurrar <input type="checkbox"/> Fugir <input type="checkbox"/> Gritar <input type="checkbox"/> Outro: _____ <input type="checkbox"/> N.A. <input type="checkbox"/> SI	Tipo de reação após o ato	<input type="checkbox"/> Contar para familiares <input type="checkbox"/> Contar para terceiros <input type="checkbox"/> Contar para outros: _____ <input type="checkbox"/> N.A. <input type="checkbox"/> SI	
As principais condições físicas e psicológicas após a situação de agressão sexual	<input type="checkbox"/> Agressividade confortativa <input type="checkbox"/> Comportamentos delinquentes (infrações ou delitos) <input type="checkbox"/> Dificuldade na escola	<input type="checkbox"/> Falta de limite <input type="checkbox"/> Manifestações emocionais <input type="checkbox"/> Problemas relacionados à sexualidade <input type="checkbox"/> Gravidez	<input type="checkbox"/> Sintomatologia Psicológica _____ <input type="checkbox"/> Tentativas de Suicídio <input type="checkbox"/> Inibição afetiva e Social (Introversão ou isolamento) <input type="checkbox"/> Outras: Quais? _____	<input type="checkbox"/> SI